

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP

Fernanda Cristina Vieira de Matos

Modalização: uma estratégia argumentativa

MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

SÃO PAULO  
2009

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP

Fernanda Cristina Vieira de Matos

Modalização: uma estratégia argumentativa

MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do Título de Mestre em: Língua Portuguesa, sob a orientação da **Professora Doutora Sueli Cristina Marquesi.**

SÃO PAULO  
2009

Banca Examinadora

---

---

---

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação por processo fotocopiado ou eletrônico.

São Paulo, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2009.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Aos meus pais, **Ordalino** e **Iracy**, pelo exemplo de vida, amor e fé.

Ao meu marido, **Sandro**, pelo carinho e pelo apoio nos momentos de desânimo.

À minha filha, **Gabriela**, que, ainda, não nasceu, mas acompanhou a finalização deste trabalho junto comigo.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, que me acompanhou em todos os dias, de forma silenciosa e secreta, carregando-me no colo nos momentos de desânimo.

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sueli Cristina Marquesi, pela dedicação e seriedade com que me orientou neste trabalho e , sobretudo, pelo apoio e incentivo nas horas mais difíceis.

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nílvia Pantaleoni e ao Prof. Dr. Luiz Antônio Ferreira, pelas valiosas contribuições dadas a este trabalho no Exame de Qualificação.

Aos Professores do Programa de Pós-graduação em Língua Portuguesa, pelos ensinamentos.

Ao meu marido, por acreditar em meu trabalho e, principalmente, por estar sempre ao meu lado em todos os momentos difíceis.

Aos meus pais, que me ensinaram a ser o que eu sou e a nunca desistir, nem mesmo, diante de um enorme desafio.

Às minhas amigas, Heloísa, Renata e Cici, pelo apoio e pelas palavras de incentivo nas horas difíceis.

À Telma, chefe de Gabinete da Reitoria da UNICSUL, pelo atendimento eficiente e sempre cordial que me dispensou.

À Direção e aos colegas da E.E. Maria Zeza Gomes de Oliveira, pelo incentivo e torcida à finalização deste trabalho.

À Secretaria da Educação, pelo apoio financeiro que possibilitou a realização deste trabalho.

Enfim, a todos que estiveram comigo no decorrer desta pesquisa e que, direta ou indiretamente, contribuíram para sua realização.

## RESUMO

Este trabalho insere-se na linha de Pesquisa Leitura, Escrita e Ensino de Língua Portuguesa e tem como objeto de estudo a modalização como estratégia argumentativa. Pretendemos evidenciar, por meio da análise de quatro crônicas, a importância da modalização para a argumentação do autor.

O fato de atuarmos como professora no ensino fundamental e médio justificou a realização desta pesquisa, cujos objetivos específicos foram assim definidos: 1. verificar como se dá a modalização nas crônicas de Carlos Heitor Cony, publicadas no jornal *Folha de S. Paulo* ( página 2, seção Opinião); 2. refletir, com base na análise, sobre a modalização como estratégia argumentativa do autor.

Para cumprir os objetivos estabelecidos, fundamentamo-nos em princípios teóricos da Teoria da Argumentação, propostos por Perelman (2005, 1993), Olbrechts-Tyteca (2005) e Mosca (2004); da Teoria dos Atos de Fala, de acordo com Austin (1990) e Searle (2002); da Linguística Textual, na perspectiva de Koch (2006, 2004), Castilho A. e Castilho C. (1993) e Neves (1996, 2000); da Teoria da Enunciação, segundo Kerbrat-Orecchioni (1980); e da Teoria do Jornalismo, de acordo com Beltrão (1980) e Melo (2003).

Os resultados obtidos na análise das crônicas evidenciaram que a modalização se faz presente nas crônicas de Cony, por meio de marcas lingüísticas modalizadoras (verbos, advérbios, substantivos e adjetivos), que permitem ao autor se posicionar em relação ao que escreve, comprometendo-se com seu texto, imprimindo sua avaliação e julgamento sobre os fatos, orientando, por meio de sua credibilidade, a opinião de seu leitor. Evidenciaram, também, que o tipo de leitor pressuposto por Cony nas crônicas analisadas é o intelectual, e, ainda, que as crônicas podem ser classificadas como gerais e como satírico-humorísticas.

Consideramos que o desenvolvimento do trabalho nos permitiu aprofundar nossos conhecimentos sobre o tema, assim como repensar nossa prática pedagógica e, conseqüentemente, trazer algumas contribuições para o ensino da leitura.

Palavras-chave: modalização; argumentação; leitura; crônica.



## ABSTRACT

This work is inserted in the line of Research Reading, Writing and Teaching of Portuguese Language and it has as object of study the modality as argumentative strategy. This study intends to evidence, through the analysis of four chronicles, the importance of modality for the argument of the author.

The fact of we acting as teacher in elementary and high school justified the realization of this research, which specific purposes were thus defined: 1. to verify how the modality occurs in the chronicles of Carlos Heitor Cony, published at *Folha de S. Paulo* newspaper (page 2, section Opinion); 2. to reflect, with basis in the analysis, about the modality as argumentative strategy of the author.

To accomplish the purposes established, this study is founded in theoretical principles of the Theory of Argument, proposed by Perelman (2005, 1993), Olbrechts-Tyteca (2005) and Mosca (2004); from the Theory of Speech Acts, according to Austin (1990) and Searle (2002); from Textual Linguistic, at Koch's perspective (2006, 2004), Castilho A. e Castilho C. (1993) and Neves (1996, 2000); from Enunciation Theory, according to Kerbrat-Orecchioni (1980); and from Journalism Theory, in accordance with Beltrão (1980) and Melo (2003).

The results obtained in the analysis of the chronicles evidenced that the modality is present in Cony's chronicles, through modal linguistic marks (verbs, adverbs, nouns and adjectives), which allow the author to position himself in relation to what he writes, compromising himself with his text, printing his evaluation and judgment about facts, guiding, through his credibility, the opinion of his reader. It was also evidenced that the type of reader presupposed by Cony at the analyzed chronicles is the intellectual one, and, besides that the chronicles can be classified as general and as satirical humorous.

We considered that the work development allowed us to deepen our knowledge about the subject, as well as to rethink our pedagogical practice and, consequently, bring some contributions to the teaching of reading.

Keywords: modality; argument; reading; chronicle.

# SUMÁRIO

|                                                                         |     |
|-------------------------------------------------------------------------|-----|
| INTRODUÇÃO.....                                                         | 3   |
| Capítulo 1 – Fundamentação Teórica.....                                 | 8   |
| 1.1 A Argumentação na Retórica Clássica.....                            | 8   |
| 1.2 A Teoria da Argumentação.....                                       | 11  |
| 1.3 A argumentação e a interação .....                                  | 15  |
| 1.4 A modalização e a modalidade.....                                   | 18  |
| 1.4.1 Os verbos.....                                                    | 23  |
| 1.4.2 Os advérbios.....                                                 | 25  |
| 1.4.3 Os substantivos.....                                              | 28  |
| 1.4.4 Os adjetivos.....                                                 | 29  |
| 1.5 Os pressupostos e os subentendidos: a importância do implícito..... | 32  |
| 1.6 A Teoria dos Atos de Fala.....                                      | 36  |
| Capítulo 2 – Jornalismo Opinativo.....                                  | 43  |
| 2.1 A natureza do jornalismo: traços fundamentais.....                  | 43  |
| 2.2 A expressão da opinião no jornal.....                               | 47  |
| 2.3 Os gêneros jornalísticos.....                                       | 53  |
| 2.4 A crônica.....                                                      | 56  |
| 2.5 O leitor: seus interesses e a expressão de sua opinião.....         | 59  |
| Capítulo 3 – Análise de Crônicas de Carlos Heitor Cony.....             | 64  |
| Considerações iniciais.....                                             | 64  |
| 3.1 Texto 1.....                                                        | 65  |
| 3.1.1 Situando a crônica .....                                          | 66  |
| 3.1.2 Os verbos.....                                                    | 66  |
| 3.1.3 Os advérbios.....                                                 | 69  |
| 3.1.4 Os substantivos.....                                              | 71  |
| 3.1.5 Os adjetivos.....                                                 | 72  |
| 3.1.6 Discutindo a análise.....                                         | 74  |
| 3.2 Texto 2.....                                                        | 75  |
| 3.2.1 Situando a crônica.....                                           | 76  |
| 3.2.2 Os verbos.....                                                    | 77  |
| 3.2.3 Os advérbios.....                                                 | 79  |
| 3.2.4 Os substantivos.....                                              | 79  |
| 3.2.5 Os Adjetivos.....                                                 | 81  |
| 3.2.6 Discutindo a análise.....                                         | 82  |
| 3.3 Texto 3.....                                                        | 84  |
| 3.3.1 Situando a crônica.....                                           | 85  |
| 3.3.2 Os Verbos.....                                                    | 85  |
| 3.3.3 Os Advérbios.....                                                 | 87  |
| 3.3.4 Os substantivos.....                                              | 88  |
| 3.3.5 Os adjetivos.....                                                 | 89  |
| 3.3.6 Discutindo a análise.....                                         | 90  |
| 3.4 Texto 4.....                                                        | 91  |
| 3.4.1 Situando a crônica.....                                           | 93  |
| 3.4.2 Os verbos .....                                                   | 93  |
| 3.4.3 Os advérbios.....                                                 | 96  |
| 3.4.4 Os substantivos.....                                              | 97  |
| 3.4.5 Os adjetivos.....                                                 | 98  |
| 3.4.6 Discutindo a análise.....                                         | 99  |
| Considerações Finais.....                                               | 100 |

|                                 |     |
|---------------------------------|-----|
| CONCLUSÃO .....                 | 103 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 107 |

# INTRODUÇÃO

---

Este trabalho insere-se na linha de Pesquisa *Leitura, Escrita e Ensino de Língua Portuguesa* e tem como objeto de estudo a modalização como estratégia argumentativa. Pretendemos evidenciar, por meio da análise de crônicas, a importância da modalização para a argumentação do autor.

O fato de atuarmos como professora no ensino fundamental e médio justificou a necessidade dessa pesquisa. Por meio dela, pretendemos aprofundar nossos conhecimentos sobre o tema, apresentar novas perspectivas para o ensino de leitura e, conseqüentemente, melhorar nossa prática pedagógica.

Escolhemos a modalização, por ser uma estratégia argumentativa<sup>1</sup> que permite ao autor se posicionar em relação a seu texto, de acordo com sua intencionalidade<sup>2</sup>. Dessa forma, muitas vezes, o leitor não se dá conta de que todas as escolhas que o autor faz é uma maneira de se posicionar em relação ao que escreve.

Também, no uso da linguagem escrita ou falada, a argumentação se faz presente, pois, a todo momento, argumentamos e opinamos sobre os fatos que nos cercam. Assim, ao aprofundarmos nosso conhecimento sobre a argumentação e apresentarmos a utilização de uma de suas estratégias, abrimos novas perspectivas para o ensino de leitura, apresentando outra possibilidade para o trabalho com a argumentação na sala de aula. Afinal, nosso grande desafio é desenvolver atividades que promovam o aprimoramento da argumentação de nossos alunos, dando a eles algumas ferramentas importantes para argumentarem de forma mais eficiente.

Acreditamos que este estudo apresenta novas perspectivas para o ensino de

---

<sup>1</sup> Segundo Koch (2004, 2006a).

<sup>2</sup> Segundo Koch (2004, p.42), *a intencionalidade refere-se aos diversos modos como os sujeitos usam os textos para perseguir e realizar suas intenções comunicativas, mobilizando, para tanto, os recursos adequados à concretização dos objetivos visados; em sentido restrito, refere-se à intenção do locutor de produzir uma manifestação lingüística coesa e coerente, ainda que esta intenção nem sempre se realize integralmente.*

leitura, indicando como o jornal expressa sua opinião e como o autor exprime seu posicionamento, influenciando, por meio de sua credibilidade, a opinião de seus leitores.

Dentro dessa perspectiva, observamos que as escolhas do autor e do jornal indicam o que cada um considera importante e digno de interpretação. Também, a escolha de cada termo ou o assunto abordado denota uma avaliação ou um julgamento, pois todas as escolhas são feitas de acordo com uma intencionalidade.

Para orientar este trabalho, apresentamos as seguintes perguntas de pesquisa:

- Quais são as marcas lingüísticas que expressam a modalização?
- Por que a modalização pode ser considerada uma estratégia argumentativa?

Estabelecemos como objetivo geral deste trabalho desenvolver uma pesquisa que contribua para os estudos de Língua Portuguesa, com especial destaque para a leitura.

Como objetivos específicos, estabelecemos:

1. verificar como se dá a modalização nas crônicas de Carlos Heitor Cony, publicadas no jornal *Folha de S. Paulo* ( página 2, seção Opinião);
2. refletir sobre a modalização como estratégia argumentativa do autor.

Para atingir os objetivos propostos, empreendemos esta pesquisa de acordo com a abordagem pragmática da linguagem, que considera o texto um evento discursivo constituído por fatores de ordem lingüística, cognitiva e social, no qual convergem elementos argumentativos.

Fundamentamo-nos nos princípios teóricos da Retórica, com base nos pressupostos de Aristóteles (s/d); na Teoria da Argumentação, propostos por Perelman (2005, 1993), Olbrechts-Tyteca (2005) e Mosca (2004); na Teoria dos Atos de Fala, de acordo com Austin (1990) e Searle (2002); na Lingüística Textual, na perspectiva de Koch

(2006, 2004), Castilho A. e Castilho C. (1993) e Neves (1996, 2000); na Teoria da Enunciação, segundo Kerbrat-Orecchioni (1980); e na Teoria do Jornalismo, de acordo com Beltrão (1980) e Melo (2003).

Com base nessa fundamentação teórica, analisamos quatro crônicas de Carlos Heitor Cony publicadas na Folha de S. Paulo, na 2.<sup>a</sup> página (Opinião) do 1.º caderno, pois o referido gênero, segundo Beltrão (1980) e Melo (2003), é identificado como pertencente ao jornalismo opinativo. Esse novo enfoque dado ao gênero que, tradicionalmente, é classificado como pertencente à tipologia narrativa, despertou nosso interesse em observar como a modalização, que é uma estratégia argumentativa, pode ser nele evidenciada.

Como procedimento Metodológico, estabelecemos:

- a pesquisa bibliográfica referente aos estudos sobre a argumentação, sobre a modalização e sobre o jornalismo opinativo, no gênero crônica;
- a seleção do *corpus* para análise, nos meses de janeiro a junho de 2008;
- a delimitação do *corpus*, selecionando quatro crônicas publicadas em março de 2008.
- a definição de categorias de análise;
- a identificação das categorias no *corpus* selecionado;
- a análise do *corpus* de acordo com as categorias definidas;
- a discussão dos resultados obtidos.

O trabalho se organiza da seguinte forma: a introdução situa o problema, justifica o tema da pesquisa, apresenta os objetivos, os procedimentos metodológicos e a organização do trabalho.

O primeiro capítulo traça o percurso histórico e teórico sobre os estudos da

argumentação, desde a Retórica Clássica, que marca o início desses estudos, até a Teoria da Argumentação, que retoma e atualiza os princípios teóricos da Retórica, a fim de contextualizar a modalização como estratégia argumentativa. Também, destaca a importância do implícito, do pressuposto e do subentendido, e da Teoria dos Atos de Fala para compreendermos o processo argumentativo e a modalização.

O segundo capítulo aborda o jornalismo opinativo, retratando sua natureza, os gêneros jornalísticos, e destacando a crônica, por ser objeto de nosso estudo. Além disso, apresenta os tipos de leitores, seus interesses e a expressão de sua opinião, que influenciam a publicação e divulgação das matérias jornalísticas.

O terceiro capítulo apresenta as análises das quatro crônicas selecionadas segundo os princípios teóricos do capítulo I, apontando as marcas lingüísticas que expressam o posicionamento do autor em relação a seu texto. Ao analisarmos essas marcas, verificamos o tipo de leitor pressuposto pelo cronista e que tipo de crônica é produzida.

Por fim, a conclusão aponta os resultados obtidos na análise e propõe uma nova perspectiva de estudo sobre o tema pesquisado.

# Capítulo 1 – Fundamentação Teórica

---

Este capítulo tem por finalidade apresentar a modalização como estratégia argumentativa do autor. Para tanto, abordamos os estudos sobre a argumentação desde a Retórica, que inicia esses estudos, até a Teoria da Argumentação, que retoma e atualiza os princípios teóricos da Retórica, e tratamos dos implícitos (do pressuposto e do subentendido) e dos atos de fala que nos auxiliam na compreensão da modalização.

Organiza-se o capítulo em seis seções: a argumentação na Retórica Clássica; a Teoria da Argumentação; a argumentação e a interação; a modalização e a modalidade; os pressupostos e os subentendidos: a importância do implícito; e a Teoria dos Atos de Fala.

As principais referências teóricas do capítulo são: Aristóteles (s/d), Perelman (2005,1993), Olbrechts-Tyteca (2005), Pacheco (2008), Ducrot (1987,1981), Koch (2006, 2004), Mosca (2004), Castilho A. e Castilho C. (1993), Kerbrat-Orecchioni (1980), Neves (1996, 2000), Austin (1990) e Searle (2002).

## 1.1 A Argumentação na Retórica Clássica

Os estudos sobre a argumentação se iniciaram em Atenas, na Grécia antiga, por volta de 427 a.C., com o surgimento da Retórica. Nesse período, os atenienses estavam vivendo a primeira experiência de democracia de que se tem notícia na História e precisavam dominar a arte de bem falar e de argumentar com as pessoas, para participarem das assembléias populares e dos tribunais, segundo Pacheco (2008).

Todos os julgamentos, nessa época, eram submetidos ao voto popular. Assim, todos os cidadãos eram responsáveis pelas decisões a serem tomadas, como a fixação de impostos, a declaração de guerra e até mesmo a morte de um cidadão; e, também, pela defesa de seus direitos. Como nem todos dominavam a habilidade de falar e argumentar de forma eficaz, tinham de recorrer aos especialistas, conhecidos como *sofistas*, que lhes ensinavam a arte retórica (PACHECO, *ibid.*).



O primeiro professor de Retórica de que há conhecimento foi Górgias Leontino, conhecido entre os atenienses por seus discursos brilhantes e floreados. Ele foi o verdadeiro fundador da técnica retórica, voltada para a oratória de exibição e aparato, sem obediência a objetivos políticos. Para Górgias, a oratória deveria excitar o auditório até o deixar completamente persuadido e a linguagem utilizada precisava ser brilhante e poética, cheia de efeitos, figuras e ritmos (SOUSA, 2000).

Mas a retórica só passa a ter uma base teórica sólida, segundo Pacheco (*op. cit.*), com Aristóteles, em sua obra a *Arte Retórica*, na qual o autor (s/d) postula conceitos e classificações que até hoje são utilizados. Dentre elas, podemos citar a classificação dos gêneros de retórica em: *deliberativo*, voltado para o julgamento de fatos futuros, para aconselhar ou desaconselhar; *judicial*, voltado para o julgamento de fatos passados, a fim de acusar ou defender; e *demonstrativo (ou epidítico)*, voltado para fatos presentes, para louvar ou censurar (ARISTÓTELES, *ibid.*).

Para Aristóteles (s/d, p.29), a *Retórica apresenta analogia com a Dialética*, pois trata de competências comuns a todos os homens, que é a capacidade de defender uma tese, apresentar uma defesa ou uma acusação, mesmo que façam isso por acaso, sem discernimento, ou façam por força do hábito.

Outro fato importante tratado pelo filósofo é o discurso como meio de persuadir o outro, demonstrando-lhe o que é verdade ou o que parece ser verdade, de acordo com o que, sobre cada assunto, é suscetível de persuadir. Dessa forma, a retórica se volta para a importância do auditório e para o que é próprio para persuadir, baseando-se no que é verossímil, que faz parte do senso comum e da bagagem sócio-cultural das pessoas, visando à identificação do auditório ao assunto tratado.

Segundo Aristóteles (*ibid.*), os principais recursos da Retórica são: os *entimemas*, que são as provas<sup>3</sup> mais convincentes da retórica, e os *exemplos*. Os *entimemas* são uma espécie de silogismo, baseados em premissas verossímeis e aceitas pela maioria das pessoas. Já os *exemplos* são ligados à indução, baseados na relação da parte para a parte e do semelhante para o semelhante. Assim, por meio do emprego de *exemplos* e *entimemas*, todos os oradores procuram influenciar seu auditório, utilizando as provas

---

<sup>3</sup> Segundo Aristóteles (s/d), a prova é uma demonstração – pois que a nossa confiança é tanto mais firme quanto mais convencidos estivermos de ter obtido uma demonstração.

(demonstração) aceitas por todos.

Quanto às provas, que fazem parte da demonstração, Aristóteles (*ibid.*) as divide em: dependentes e independentes da arte. As dependentes da arte são fornecidas pelo método e pelo discurso do orador e podem ser divididas em três espécies: uma reside no caráter moral do orador, que imprime em seu discurso a sua credibilidade (*ethos*); outra na disposição que se cria no ouvinte, quando o discurso suscita emoção no seu auditório (*pathos*); enfim, no próprio discurso, no qual o orador demonstra o que é verdade ou o que parece ser verdade, sobre cada assunto, o que é suscetível de persuadir (*logos*). Já as independentes da arte são as provas que já preexistiam, como as leis, as testemunhas, os contratos, as confissões obtidas pela tortura e o juramento.

O discurso retórico, segundo o autor, pode ser dividido em duas partes essenciais: a exposição, que indica o assunto que será tratado, e a demonstração, que será a apresentação das provas. No máximo, Aristóteles admite quatro partes presentes no discurso: o exórdio, a exposição, a prova e o epílogo. O exórdio é o começo do discurso, no qual se exprime logo de entrada o que se pretende dizer e se apresenta o plano da argumentação. A exposição (ou narração) é a explanação dos fatos apresentados que ilustram o assunto, sendo indispensável o caráter moral. As provas devem ser demonstrativas, comprovando ou contestando os fatos. O epílogo (ou peroração) é composto de quatro partes: a primeira consiste em dispor o ouvinte a favor dos fatos defendidos pelo orador e dispô-lo contra o adversário; a segunda deve amplificar ou atenuar o que se disse; a terceira, excitar as paixões no ouvinte; a quarta, proceder a uma recapitulação.

As partes do discurso devem ser exploradas na medida certa, por isso não podem ser prolixas nem concisas. Por esse motivo, o autor estabelece as partes essenciais do discurso, considerando as outras dispensáveis. Dessa forma, o orador deve elaborar o seu discurso na medida justa, ilustrando ou provando tudo que valorize seu mérito pessoal e desvalorize o do adversário, demonstrando que o que se defende é útil, honesto e serve ao bem, sem cansar ou dispersar seu auditório (ARISTÓTELES, *ibid.*).

Todos os conceitos concebidos pela Retórica em Atenas, inclusive de Aristóteles, sofreram, com o tempo, distorções e deformações do seu conceito original, graças a seus

próprios introdutores, os sofistas, que levaram a Retórica a uma atitude de descrença, ao professar o ceticismo de toda ordem, segundo Mosca (2004). Assim, o discurso retórico foi associado a um discurso estilístico, ornamentado, mentiroso e sem significado. Segundo Pacheco (2008), apenas com os estudos de Perelman, no séc. XX, a Retórica começa a se desfazer dessa imagem negativa. Alguns de seus princípios foram reabilitados por Perelman (2005), em parceria com Olbrechts-Tyteca (2005), propondo a nova retórica, que é a Teoria da Argumentação.

Ao estabelecermos o percurso histórico da retórica até a Teoria da Argumentação, demonstramos como a argumentação se faz presente na história da humanidade, refletindo sobre sua importância para a nossa sociedade contemporânea. Ainda, retratamos a preocupação de se estabelecer técnicas para tornar o discurso mais persuasivo e eficaz, a fim de influenciar a opinião do leitor.

## 1.2 A Teoria da Argumentação

A Teoria da Argumentação, segundo Perelman (1993, p.24), concebida como uma nova Retórica (uma nova dialética), *cobre todo o campo do discurso que visa convencer ou persuadir, seja qual for o auditório<sup>4</sup> a que se dirige e a matéria a que se refere*. Assim, a Teoria da Argumentação ocupa-se com todo discurso com pretensão argumentativa, independentemente do interlocutor (leitor) ou do assunto tratado.

Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005,p.61), *a argumentação é uma ação que tende sempre a modificar um estado de coisas preexistente*. Dessa forma, ela pressupõe um debate, um confronto de idéias, para que se estabeleça um acordo, que acontecerá por meio da adesão do interlocutor (leitor), obtida graças à argumentação racional, sem o uso da violência.

Também, os autores (*ibid.*, p.18) afirmam que para argumentar *é preciso ter apreço pela adesão do interlocutor, pelo seu consentimento, pela sua participação mental*. Por isso, o autor, para persuadir, deve pensar nos argumentos que podem influenciar seu leitor, preocupar-se com ele, interessar-se por seu estado de espírito, porque *toda*

---

<sup>4</sup> Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p.22) definem auditório como *o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação*.

*argumentação visa à adesão dos espíritos e, por isso mesmo, pressupõe a existência de um contrato intelectual* (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, *ibid.*, p.16).

Para estabelecer esse contrato com o auditório (leitor), o orador (autor) precisa conhecer aquele que pretende conquistar e utilizar uma linguagem comum a ele. Essas são condições prévias de qualquer argumentação eficaz, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (*ibid.*). Também, os autores (*ibid.*, p.21) acrescentam que esse contato entre o orador (autor) e o auditório (leitor) *não concerne unicamente às condições prévias da argumentação, mas também é essencial para todo o desenvolvimento dela.*

Quanto ao objetivo de toda argumentação, Perelman e Olbrechts-Tyteca (*ibid.*, p. 50) afirmam que:

[...] é provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam a seu assentimento: uma argumentação eficaz é a que consegue aumentar essa intensidade de adesão, de forma que desencadeie nos ouvintes a ação pretendida (ação pretendida ou abstenção) ou pelo menos, crie neles uma disposição para a ação, que se manifestará no momento oportuno.

Em síntese, para os autores (*ibid.*), toda argumentação pressupõe um acordo entre o orador (autor) e seu auditório (leitor). Esse acordo acontece por meio da argumentação do orador (autor), que procura aumentar a adesão de seu auditório (leitor) à tese defendida ou criar nele uma disposição para ação.

Os objetos do acordo, que podem servir de premissas para a argumentação, são agrupados em duas categorias: uma relativa ao *real*, que comportaria os fatos as verdades e as presunções; e outra relativa ao *preferível*, que conteria os valores, as hierarquias e os lugares do preferível, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005).

Na categoria do real, os *fatos* designam objetos de acordo precisos, limitados; em contrapartida, as verdades designam sistemas mais complexos, relativos à relação entre fatos, que se tratem de teorias científicas ou de concepções filosóficas ou religiosas que transcendem a experiência; por fim, as presunções estão vinculadas ao normal e ao verossímil (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, *ibid.*).

Enquanto na categoria do *preferível*, os *valores* são o que as pessoas consideram, como certo, errado, verdadeiro, esses valores podem ser divididos em *abstratos*, como a justiça e a veracidade, e *concretos*, como a França e a igreja, isto é, o que veicula um ente vivo a um grupo determinado; as *hierarquias* estabelecem uma ordenação, que pode ser *concreta*, como a superioridade dos homens sobre os animais, ou *abstrata*, como a superioridade do justo sobre o injusto; e os *lugares*<sup>5</sup> do *preferível* são premissas de ordem geral, que podem ser divididos em:

- *lugares da quantidade, que determinam que alguma coisa é melhor que outra por razões quantitativas* (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, *ibid.*, p.97);
- *lugares da qualidade, que valorizam o que é único por seu prestígio inegável sobre o que é comum e corriqueiro* (*ibid.*, p.102);
- *lugares da ordem, que asseguram a superioridade do anterior sobre o posterior, ora da causa, dos princípios, ora do fim ou do objetivo* (*ibid.*, p.105);
- *lugares do existente, que confirmam a superioridade do existente, do que é atual, do que é real, sobre o possível, o eventual ou impossível* (*ibid.*, p.106);
- *lugares da essência, que concedem um valor superior aos indivíduos enquanto representantes bem representados de uma essência* (*ibid.*, p.106);
- *lugares da pessoa, que estão veiculados à sua dignidade, ao seu mérito, à sua autonomia* (*ibid.*, p.107).

Em relação as técnicas argumentativas, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p.215) as caracterizam em dois processos de argumentação: o de ligação e o de dissociação. Os autores entendem os processos da seguinte forma:

[...] os de *ligação* são *esquemas* que aproximam elementos distintos e permitem estabelecer entre eles uma solidariedade que visa, seja estruturá-los, seja valorizá-los positiva ou negativamente um pelo outro; [...] os de *dissociação* são técnicas de ruptura com o objetivo de dissociar, de separar, de desunir elementos considerados um todo, ou pelo menos um conjunto solidário dentro de um mesmo pensamento.

---

<sup>5</sup> Os *lugares* ou *topos* são abordados por Aristóteles (s/d, p.37).

No processo de ligação, encontram-se três tipos de argumentos: os quase-lógicos, que se aproximam do pensamento formal; os baseados na estrutura do real, que são apresentados conforme à própria estrutura das coisas; e os que visam fundar a estrutura do real, que se estribam no caso particular (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, *ibid.*).

Tanto os objetos do acordo quanto as técnicas de argumentação procuram determinar o que é próprio para persuadir o auditório, aumentando sua adesão. Em relação ao auditório, os autores (*ibid.*, p.22) o definem como o *conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação* e pode ser dividido em três auditórios:

[...] O primeiro, constituído pela humanidade inteira, ou pelo menos por todos os homens adultos normais, que chamaremos de *auditório universal*; o segundo formado, unicamente pelo *interlocutor* a quem se dirige; o terceiro, enfim, constituído pelo *próprio sujeito*, quando ele delibera ou figura as razões de seus atos [...] (*ibid.*, p.33-4).

Perelman (1993, p.37), também, distingue dois tipos de discursos: o persuasivo, que se dirige a um auditório particular, servindo apenas para alguns; e o convincente, que se dirige a um auditório universal, sendo válido para todos. Assim, o autor (*ibid.*) determina que *um discurso convincente é aquele cujas premissas e cujos argumentos são universalizáveis, isto é, aceitáveis, em princípio, por todos os membros do auditório universal*.

Com base nos pressupostos teóricos da Teoria da Argumentação, Abreu (2001,p. 25) define a argumentação como *a arte de convencer e persuadir* e afirma que saber argumentar é, *em primeiro lugar, saber integrar-se ao universo do outro, obtendo o que queremos de modo cooperativo e construtivo, traduzindo nossa verdade dentro da verdade do outro* (ABREU, *ibid.*, p.10). Dessa forma, o autor determina que, para argumentar, precisamos conhecer nosso interlocutor (leitor), para obtermos de forma cooperativa seu consentimento ao que é enunciado.

Também, o autor (*ibid.*) estabelece algumas condições para a argumentação. Primeiro, ter definida uma tese e saber para que tipo de problema essa tese é o próprio produto. Segundo, ter uma “linguagem comum” com o auditório (leitor), pois somos nós que temos que nos adaptar às condições intelectuais e sociais daqueles que nos ouvem, e não o contrário. Terceiro, ter um contato positivo com o auditório (leitor), com o outro,

saber ouvi-lo e prestar atenção em nossas palavras, na nossa voz e nos nossos atos. A quarta condição é a mais importante delas: agir de forma ética, isto é, devemos argumentar com o outro de forma honesta e transparente. Caso contrário, a argumentação fica sendo sinônimo de MANIPULAÇÃO<sup>6</sup>. O fato de agirmos com honestidade nos confere uma característica importante em um processo argumentativo: a CREDIBILIDADE<sup>7</sup>.

Ao analisarmos a Teoria da Argumentação, verificamos que seu objetivo é estabelecer um acordo entre locutor (autor) e interlocutor (leitor), a fim de aumentar a adesão do outro ou criar nele uma disposição para a ação. Dessa forma, não podemos conceber a argumentação, sem um acordo, estabelecido pelo diálogo, no qual o locutor (autor) procura, por meio de estratégias, convencer seu interlocutor (leitor).

### 1.3 A argumentação e a interação

Segundo Ducrot (1981,p.178), *muitos atos de enunciação têm uma função argumentativa e objetivam levar o destinatário a determinada conclusão ou desviá-lo dela*. Também, o autor (*ibid.*) afirma que :

[...] o valor argumentativo de uma frase não é somente uma consequência das informações por ela trazidas, mas a frase pode comportar diversos morfemas, expressões ou termos que além de seu conteúdo informativo, servem para dar uma orientação argumentativa ao enunciado, conduzindo o destinatário em tal ou qual direção.

O próprio enunciado contém uma caracterização argumentativa das proposições que o constituem, que pode variar de locutor (autor) para locutor (autor), segundo as situações de discurso, tanto ideológica quanto sociológica ou espaço-temporal, segundo Ducrot (*ibid.*). Assim, o autor admite que a argumentação do locutor (autor) se adapta a cada situação particular de discurso.

Quanto aos argumentos, podem variar de acordo com a intenção do locutor (autor), apresentando argumentos mais fortes e outros mais fracos, estabelecendo uma relação

---

<sup>6</sup> Grifo do autor.

<sup>7</sup> Grifo do autor.

de ordem entre os argumentos, tendo, assim, uma escala argumentativa<sup>8</sup>, que consiste em uma ordenação de mais de um argumento em que um seja mais forte que o outro. Também, o locutor (autor) pode estabelecer vários argumentos para uma mesma conclusão, criando uma classe argumentativa<sup>9</sup>, em que há uma seqüência de argumentos direcionando a conclusão do interlocutor<sup>10</sup> (DUCROT, 1981).

A utilização argumentativa da língua, segundo Ascombre (*apud* Ducrot, *ibid.*, p.180), *longe de lhe ser sobreposta, está nela inscrita, é prevista em sua organização interna*. Assim, o autor mostra a impossibilidade de se dar uma descrição puramente informacional em um enunciado, pois sempre há uma intenção argumentativa, que até está inscrita na nossa língua.

Com base nos fundamentos teóricos propostos por Ducrot, Koch (2006a, p.17) afirma que toda *interação social por intermédio da língua caracteriza-se, fundamentalmente, pela argumentatividade*. Assim, a autora (*ibid.*) acrescenta que o **ato de argumentar**<sup>11</sup>, isto é, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui o ato lingüístico fundamental, pois a **todo e qualquer discurso** subjaz **uma ideologia**<sup>12</sup>.

Assim, a autora (*ibid.*, p. 17) esclarece que a *neutralidade é apenas um mito: o discurso que se pretende “neutro”, ingênuo, contém também uma ideologia – a da sua própria objetividade*. Assim, podemos afirmar que em todo discurso há uma ideologia, mesmo que ela seja camuflada pela objetividade do enunciado.

Koch (*ibid.*, p. 21), também, adota a posição de que:

[...] a argumentação constitui uma atividade estruturante de todo e qualquer discurso, já que a progressão deste se dá, justamente, por meio das articulações argumentativas, de modo que se deve considerar a orientação argumentativa dos enunciados que compõem um texto como fator básico não só de coesão, mas principalmente de coerência textual.

Dentro dessa perspectiva, Mosca (2004, p. 17) afirma que a *argumentatividade*

---

<sup>8</sup> Uma escala argumentativa consiste na ordenação de argumentos, em que há um argumento mais forte do que o outro, estabelecendo uma escala (DUCROT, 1981).

<sup>9</sup> Classe argumentativa consiste numa seqüência de argumentos que vão direcionar o interlocutor para uma determinada conclusão (DUCROT, 1981)

<sup>10</sup> Consideramos o interlocutor como o leitor do texto.

<sup>11</sup> Grifo da autora.

<sup>12</sup> Grifo da autora.



*está presente em toda e qualquer atividade discursiva.* Assim, a autora considera que, para argumentar, é *necessário considerar o outro como capaz de reagir e de interagir diante das propostas e teses que lhes são apresentadas*, conferindo ao interlocutor (leitor) um papel importante para o exercício da discussão e do entendimento, por meio do diálogo.

Também, com base nos estudos de Ducrot e Anscombre, a autora (*ibid.*, p. 27) afirma que *a linguagem não é só um instrumento de informação, mas basicamente de argumentação*<sup>13</sup> e esta, por sua vez, se dá **na comunicação e pela comunicação**, razão pela qual a argumentação é sempre situada no diálogo entre os sujeitos (autor/leitor).

Dessa forma, Mosca (*ibid.*, p.26) lembra que:

[...] o ato de **informar**<sup>14</sup> não existe em estado puro e serve antes de **convencer**<sup>15</sup> e **persuadir**<sup>16</sup> do que por si próprio. Assim é que os discursos que se têm como informativos, tais como o científico e o jornalístico, são o exemplo disso, uma vez que existem em função de uma determinada finalidade prática a ser atingida. Por esse motivo, coloca-se em questão a tradicional divisão das modalidades dos gêneros jornalísticos em informativos, interpretativos e opinativos que, na realidade, serve apenas para balisar a práxis jornalística, quando não mesmo para despistar um leitor desavisado.

Assim, a autora afirma que em todo texto há argumentação, pois há sempre uma intenção ao se escrever e, assim, as divisões do gênero jornalístico servem apenas para delimitar a prática jornalística e despistar o leitor desavisado. Koch (2006a), também, compartilha dessa concepção, de que a argumentatividade se faz presente em maior ou menor grau em diferentes textos, como nos denominados narrativos ou descritivos. Dessa forma, Koch (*ibid.*) revela que a argumentação está presente em textos que historicamente não eram considerados argumentativos.

Podemos afirmar, com base nos autores, que a argumentação está presente em toda e qualquer interação verbal. Todo locutor (autor), ao se comunicar, constrói seu enunciado em função de sua intencionalidade, de seu interlocutor (leitor) e do contexto sócio-cultural, em que está inserido. Todas essas questões influenciam e determinam os

---

<sup>13</sup> Grifo da autora.

<sup>14</sup> Grifo da autora.

<sup>15</sup> Grifo da autora.

<sup>16</sup> Grifo da autora.

dizeres do locutor (autor) e, conseqüentemente, refletem sobre a opinião do interlocutor (leitor).

Ao analisar a argumentação presente em uma interação, percebemos que o autor, ao escrever, possui uma intenção implicada em seus dizeres, imprimindo neste sua intenção. Esse fato despertou-nos o interesse em verificar como o autor se posiciona diante do que enuncia, revelando uma avaliação dos fatos relatados, direcionando, assim, a opinião do leitor. Para isso, estudaremos a seguir a modalização e a modalidade, que são marcas da subjetividade do autor, utilizadas como uma estratégia argumentativa para persuadir o leitor.

## 1.4 A modalização e a modalidade

Ao tratar da modalidade e modalização, recorreremos a princípios da Gramática Tradicional, que, segundo Castilho A. e Castilho C. (1993,p.217), reconhece dois componentes na sentença:

[...] o componente proposicional, formado por sujeito + predicado (= *dictum*), e o componente modal, que é uma qualificação do conteúdo da forma de P, segundo o julgamento do falante (= *modus*). Esse julgamento expressa-se de dois modos: por *modalidade*, quando o falante apresenta o conteúdo proposicional numa forma assertiva (afirmativa ou negativa), interrogativa (polar ou não - polar) e jussiva (imperativa ou optativa); ou por *modalização*, quando o falante manifesta seu relacionamento com o conteúdo proposicional, avaliando seu teor de verdade ou manifestando seu julgamento sobre a forma selecionada para a verbalização desse conteúdo.

Os autores (*ibid.*) afirmam que essa distinção de modalização e modalidade é um pouco enganosa, pois de qualquer forma há uma avaliação prévia do falante (autor) sobre o conteúdo da proposição. Por esse motivo, os autores não distinguem os dois termos e os tomam como sinônimos.

Optamos por utilizar, em todo o nosso estudo, o termo modalização para indicar o posicionamento do autor em relação a seu enunciado, por consideramos que a

terminologia escolhida seja a mais apropriada para apontar o comprometimento do autor em relação ao que escreve.

Com base nos pressupostos dos autores, tratamos a modalização e modalidade como marca da subjetividade do autor impressa em seu texto, que permite identificar seu posicionamento diante do que escreve, influenciando, assim, a opinião do leitor. Esse posicionamento pode ser percebido por meio de algumas marcas lingüísticas que abordaremos a seguir.

Segundo Benveniste (1989), as marcas que permitem perceber o modo com que o locutor (autor) enuncia são marcas de modalização. Para ele, os tipos de modalização formais se organizam uns pertencentes aos verbos, como os “modos” (optativo, subjuntivo) que enunciam atitudes do enunciador do ângulo daquilo que se enuncia (expectativa, desejo, apreensão); e outros a fraseologia (“talvez”, “sem dúvida”, “provavelmente”), indicando incerteza, possibilidade, indecisão etc., ou recusa de asserção.

A presença do locutor (autor), segundo Kerbrat-Orecchioni (1980), pode ser percebida pelos modalizadores, que mostrarão a avaliação do locutor (autor) sobre aquilo que enuncia, se é verdadeiro, falso ou duvidoso, revelando sua atitude, isto é, sua adesão ou distanciamento. A lexicalização dessa avaliação, ou julgamento, poderá ser marcada pelo uso de substantivos, de advérbios, de verbos, de adjetivos ou de expressões que emitem juízo de valor do locutor sobre o assunto tratado. Existem palavras mais avaliativas que outras como, por exemplo, quando se diz que uma flor é vermelha se expressa menos juízo de valor do que quando se diz que ela é linda. Essas palavras que refletem a competência ideológica e avaliativa do locutor (autor) são chamadas de axiológicos<sup>17</sup>.

A modalização do discurso é considerada parte da atividade ilocucionária, segundo Koch (2006a, p. 85), porque revela a atitude do falante (autor) perante o enunciado (texto) que produz. Assim, o locutor (autor), ao produzir seu discurso *manifesta suas intenções e sua atitude perante os enunciados que produz por meio de sucessivos atos ilocucionários de modalização, que se atualizam pelo emprego de diversos modos de lexicalização que*

---

<sup>17</sup> Os axiológicos têm traços avaliativos do tipo bem/mal, segundo Kerbrat-Orecchioni (1980, p.156).

*a língua oferece que são os operadores modais.*

A autora (*ibid.*, p. 85) cita os seguintes tipos de lexicalização da modalização:

- a) **performativos explícitos:** eu ordeno, eu proíbo, eu permito, etc.
- b) **auxiliares modais:** poder, dever, querer, precisar, etc;
- c) **predicados cristalizados:** é certo, é preciso, é necessário, é provável, etc.;
- d) **advérbios modalizadores:** provavelmente, certamente, necessariamente, possivelmente, etc.;
- e) **formas verbais perifrásticas:** dever, poder, querer, etc. + infinitivo;
- f) **modos e tempos verbais:** imperativo; certos empregos de subjuntivo; uso do pretérito com valor de probabilidade, hipótese, notícia não confirmada; uso do imperfeito do indicativo com valor de irrealidade, etc.;
- g) **verbos de atitude proposicional:** eu creio, eu sei, eu duvido, eu acho, etc.;
- h) **entonação:** (que permite, por ex.: distinguir uma ordem de um pedido, na linguagem oral);
- i) **operadores argumentativos:** pouco, um pouco, quase, apenas, mesmo, etc.

Koch (*ibid.*) destaca alguns operadores argumentativos como fazendo parte dos modalizadores, pois, ao conduzir o interlocutor (leitor) a uma dada conclusão, utilizando os operadores argumentativos, o locutor (autor) está se posicionando em relação a seu enunciado (texto).

Quanto aos modalizadores, Koch (2006a,p.136) os define como *todos os elementos lingüísticos diretamente ligados ao evento de produção do enunciado e funcionam como indicadores das intenções, sentimentos e atitudes do locutor com relação ao seu discurso.*

A autora (2004) destaca dois tipos de modalizadores: os *stricto sensu*, que expressam a modalização que, desde muito tempo, vêm sendo objeto de estudo da lógica e da semântica, sendo tomados em sentido restrito; e os *lato sensu*, que podem ser tomados em sentido amplo.

Os modalizadores *stricto sensu* dividem-se em:

- *Aléticos* - que se referem à necessidade ou possibilidade da própria existência dos estados de coisas no mundo. São pouco comuns em textos da língua natural, por se confundirem geralmente com os epistêmicos ou com os deônticos, referem-se ao conhecimento que temos a respeito dessa existência ou à sua obrigatoriedade/facultatividade, como, por exemplo, é impossível (KOCH, 2004, p.135).
- *Epistêmicos* – que assinalam o comprometimento/engajamento do locutor com relação ao seu enunciado, o grau de certeza com relação aos fatos enunciados, como evidentemente, não há como negar, é certo, parece sensato, obviamente ( *ibid.*,p.136).
- *Deônticos* – que indicam o grau de imperatividade/facutatividade atribuído ao conteúdo posicional, como é indispensável, opcionalmente, é preciso ( *ibid.*,p.137).

Já os modalizadores *lato sensu* dividem-se:

- *Axiológicos* – que expressam uma avaliação dos eventos, ações, situações a que o enunciador faz menção, como curiosamente, mais uma vez inexplicavelmente, diligentemente (KOCH, 2004, p.137-8);
- *Atitudinais ou afetivos* – são aqueles que encenam a atitude psicológica com que o enunciador se representa diante dos eventos de que fala o enunciador, como lamentavelmente, infelizmente, desgraçadamente ( *ibid.*,p.138);
- *Atenuadores* – têm em vista a preservação das faces dos interlocutores, como talvez fosse melhor, ao que me parece, no meu modesto modo de entender, ainda é cedo, parece sensato ( *ibid.*,p. 138);
- *Delimitadores de domínio (hedges)* – que explicitam o âmbito dentro do qual o conteúdo do enunciado deve ser verificado (= estou falando do ponto de vista X), como geograficamente falando, ainda é cedo, parece sensato ( *ibid.*,p.138-9);

- *Comentadores* – que demonstram a forma como o enunciador se representa perante interlocutor como sendo franco, honesto, sincero, por exemplo: falo francamente, honestamente (*ibid.*,p.139).

Também, Koch (2006) observa que a modalização marca a posição do locutor (autor) em relação ao enunciado que ele produz. Assim, o discurso é autoritário, quando o locutor (autor) demonstra maior engajamento e tenta impor seus argumentos aos interlocutores (leitores), apresentando-os como incontestáveis, causando uma tensão. Já o discurso é polêmico, quando o locutor (autor) não se impõe, ou melhor, finge não se impor, utilizando esse distanciamento como uma estratégia argumentativa, deixando, ou fingindo deixar, ao interlocutor (leitor), a possibilidade de aceitar ou não os argumentos apresentados.

O recurso da modalização permite ao locutor (autor) marcar maior ou menor engajamento em relação ao que é dito (escrito); possibilita-lhe, também, deixar claros os tipos de atos que o locutor (autor) deseja realizar e fornecer “pistas” ao interlocutor (leitor) quanto às suas intenções e às “vozes” (polifonia) incorporadas ao seu discurso, isto é, a produção histórica de seu enunciado (KOCH, *ibid.*).

Segundo Coracini (1991), a modalização é uma expressão da subjetividade de um enunciador que assume com maior ou menor força o que enuncia, ora comprometendo-se, ora afastando-se, seguindo normas determinadas pela comunidade em que se insere. A autora (*ibid.*) acrescenta que a modalização, ao mesmo tempo em que expressa a *subjetividade* do enunciador (autor), o seu ponto de vista sobre o discurso, serve também à expressão da *convencionalidade*, obedecendo às regras da comunidade em que está inserido. Também, trata a modalização como um recurso argumentativo a favor de um desejo de imparcialidade por parte do enunciador (autor) que, apesar disso, revela-se julgando, avaliando dentre outras coisas.

Também, segundo Coracini, a escolha da modalização do locutor (autor) é determinada pela informação que possui e o grau de engajamento que ele tem com aquilo que é enunciado (interesse, intenções, preferências, normas sociais, ações etc.). Assim, para a autora (*ibid.*,p.121) as modalizações *constituem verdadeiras estratégias retórico-*

*argumentativas, na medida em que pressupõem uma intencionalidade discursiva, não podendo ser isoladas do ato de fala em que estão inseridas.*

A partir do estudo realizado, podemos afirmar que, em uma interação, os julgamentos e os valores são compartilhados pelos interlocutores (autor/leitor), por esse motivo não pode haver um rompimento total de valores entre eles. Assim, dependendo da sua relação com o leitor, o autor adota uma ou outra modalização. A modalização pode, também, ser alterada no decorrer do discurso: ora o autor se afasta, ora se posiciona. Além disso, pode haver a ocultação da modalização para deixar o enunciado mais neutro e convincente.

Os modalizadores apresentados neste estudo nos auxiliarão na identificação da adesão do autor (Cony) diante de seu enunciado (texto), possibilitando analisar se o que o autor enuncia ele considera certo, possível ou obrigatório. Além dessa modalização, consideramos como pertinentes à análise das crônicas de Carlos Heitor Cony: os tipos de lexicalização de modalização e os modalizadores, os quais apresentamos anteriormente, segundo Koch, e também os verbos, os substantivos, os advérbios e os adjetivos, que abordaremos a seguir.

#### **1.4.1 Os verbos**

Para Kerbrat-Orecchioni (1980), são modalizadores os verbos locutórios e os verbos de julgamento. Os verbos de julgamento ou de opinião comportam uma avaliação modalizadora que emana do locutor (autor) e indicam o grau de certeza do locutor (autor) sobre aquilo que enuncia (escreve), verificando se é verdadeiro, falso ou incerto. Já os verbos locutórios são aqueles que introduzem o dizer de uma outra pessoa e revelam o julgamento do locutor (autor), pela escolha do verbo, que demonstra maior ou menor posicionamento do locutor (autor) diante da fala do outro, por exemplo, ao utilizar o verbo “dizer” julgará menos a fala da outra pessoa do que quando utilizar o verbo “confessar”.

Os verbos locutórios, segundo a autora, podem ser divididos em três grupos: aqueles que nunca são locutórios, como andar, viajar e outros; aqueles que são sempre locutórios, como dizer, falar, afirmar e outros; e aqueles que só são locutórios em

determinados contextos, como acrescentar, oferecer e outros. Ainda, os verbos locutórios se dividem em duas classes, de acordo com o julgamento ou não do locutor (autor): a classe daqueles em que não há um julgamento explícito, como dizer, afirmar, declarar, e a dos de julgamento explícito e avaliativo, como confessar, fingir, reconhecer, admitir, que são verbos modalizadores intrínsecos.

Os verbos modalizadores trazem um julgamento do autor, que se compromete com aquilo que enuncia. Tal julgamento pode recair sobre os fatos apresentados pelo autor, considerando-os verdadeiros, falsos ou duvidosos, ou sobre os sujeitos envolvidos, introduzindo a fala do outro com verbos que imprimem a opinião do autor sobre o que é dito, como “confessar” ou “admitir”.

Uma estratégia que o locutor (autor) pode utilizar para não se comprometer e tornar seu texto mais objetivo é apagar as marcas de subjetividade; uma dessas formas, segundo Coracini (1991), é o uso da forma passiva, que se presta muito bem à expressão da impessoalidade, ausência explícita do sujeito-enunciador (autor) sem, contudo, apagá-lo totalmente; afinal, alguém é o responsável direto pela ação expressa pelo verbo. Esse é um recurso argumentativo utilizado pelo locutor (autor) para apagar sua responsabilidade, colocando-se como sujeito paciente, denotando, assim, um distanciamento do sujeito-enunciador (autor) daquilo que é enunciado. Também, essa estratégia é abordada por Neves (1996), que afirma que a apassivação permite ao falante (autor) se descomprometer, retirando-se da posição de sujeito, facilitando sua retirada do enunciado (texto).

Outro recurso para sugerir o distanciamento do locutor (autor), segundo Neves, é o uso da terceira pessoa no lugar da primeira. Assim, ficando fora do enunciado, o locutor (autor) adquire isenção do que é dito e suas declarações obtém maior autoridade.

Segundo Neves (1996), a modalização dos verbos pode ser percebida pelas categorias gramaticais (tempo, modo e aspecto). Assim, a autora conclui que o subjuntivo é uma marca, escolhida pelo falante (autor), para modalizar epistemicamente seu enunciado. Dentro dessa perspectiva, Coracini (*op.cit.*) afirma que o uso do futuro do pretérito constitui um recurso lingüístico de descomprometimento do locutor (autor) em relação ao que enuncia.



Também, segundo Maingueneau (2005), o modo verbal (o indicativo, o subjuntivo especialmente) indica uma marca de modalização importante, pois demonstra a atitude do enunciador (autor) em face do que diz, ou a relação que o enunciador (autor) estabelece com o co-enunciador (leitor) por meio de seu ato de enunciação. Assim, o autor (*ibid.*, p. 107) afirma que *o fato de todo enunciado ter um valor modal, de ser modalizado pelo enunciador, mostra que a palavra só pode representar o mundo se o enunciador, direta ou indiretamente, mostrar sua presença por meio do que diz.*

Os verbos *performativos* (como *jurar*, *batizar*) são considerados um conjunto de verbos que permitem modalizar um enunciado. Tradicionalmente, são distinguidos dos verbos que os lógicos denominam verbos de *atitude proposicional*. Enquanto os primeiros realizam um ato na linguagem, os segundos manifestam a adesão do locutor (autor) a seu enunciado, que se trata de verbos de *opinião* (achar, saber, estimar...) que se referem à verdade do conteúdo da proposição, quer de verbos *afetivos* (alegrar-se, lamentar...). Esses verbos podem figurar em duas posições: como introdutores, que impõem uma interpretação ao conjunto do enunciado que se segue a ele, ou em posição parentética, que parece acompanhar de maneira contingente o enunciado, para corrigir o risco de má interpretação (MAINGUENEAU, 1996).

Temos, também, segundo Perini (1996), verbos auxiliares considerados tradicionalmente como modais, como poder, dever, ter de/que, haver de/que. Esse auxiliares revelam a atitude do locutor (autor) diante de seu enunciado, pois revelam o que considera possível, provável e obrigatório. Os auxiliares modais também são citados por Matheus et alli (1987), como marcas de modalização, demonstrando o posicionamento do locutor (autor).

Consideramos para a nossa análise que verbos modalizadores são aqueles que imprimem uma marca de julgamento do autor sobre o que escreve. Com base nesse pressuposto, analisaremos como eles são utilizados por Cony em suas crônicas.

### **1.4.2 Os advérbios**

A classe dos advérbios oferece exemplos de todos os tipos de unidades subjetivas

(termos afetivos e avaliativos, axiológicos ou não), mas os modalizadores são encontrados de forma maciça, segundo Kerbrat-Orecchioni (1980). A autora divide os advérbios modalizadores em dois tipos: os modalizadores que implicam um julgamento de verdade (“sem dúvida”, “certamente”, “talvez”, “provavelmente”) e os modalizadores que implicam um julgamento de realidade (“realmente”, “verdadeiramente”, “efetivamente”).

Também, segundo a autora, os advérbios modalizadores dividem-se em subclasses: a modalidade da enunciação, que se reporta ao sujeito enunciador, e a modalização do enunciado, que se reporta ao sujeito do enunciado, eventualmente confundido com o sujeito da enunciação.

O termo “modalizador” ou “modalizante”, segundo a autora, é um elemento que indica o grau de adesão (forte ou fraco/ incerto/recuso) do locutor (autor) ao conteúdo enunciado por ele, demonstrando o que acredita ser certo, provável, duvidoso ou indiscutível. Esse traço modalizador, segundo Kerbrat-Orecchioni, aparece de forma maciça nos advérbios, sendo uma marca lingüística importante para ser analisada.

Nessa perspectiva, Castilho A. e Castilho C. (1993) classificam os advérbios modalizadores, isto é, aqueles que verbalizam a atitude do locutor (autor) a respeito de sua proposição, em: modalizadores epistêmicos, subdivididos em asseverativos, quase-asseverativos e delimitadores; modalizadores deônticos; e os modalizadores afetivos, subdivididos em subjetivos e intersubjetivos.

Segundo os autores, os modalizadores epistêmicos, que expressam uma avaliação sobre o valor de verdade e as condições de verdade, subdividem-se em:

- *asseverativos* demonstram uma alta adesão do locutor (autor) em relação a sua proposição, podem ser identificados por “eu sei [com certeza] que”, indicados por meio de afirmativos, como realmente, evidentemente, certamente, sem dúvida, certo, claro etc, ou de negativos, como de jeito nenhum, de forma alguma;
- *quase-asseverativo* expressam uma baixa adesão do locutor (autor) com respeito ao conteúdo que está sendo verbalizado, podem ser identificados por “eu acho”, “eu suponho”, “é provável”, indicando uma verdade possível como talvez,

possivelmente, provavelmente, eventualmente etc.;

- *delimitadores* revelam uma força ilocucionária maior que os outros citados, pois implicam uma negociação entre os interlocutores (autor/leitor), necessária a manutenção do diálogo, identificados pelo “digamos que do ponto de vista X, Y”, como, por exemplo: um tipo de, uma espécie de, em geral, basicamente, praticamente, historicamente etc.

Já os modalizadores *deônticos* demonstram o que o locutor (autor) considera que deve ser feito, que precisa ocorrer obrigatoriamente, quando o locutor (autor) deseja atuar fortemente sobre o interlocutor (leitor), indicados pelo obrigatoriamente, necessariamente etc. (CASTILHO A. e CASTILHO C., *ibid.*).

E, para finalizar, os modalizadores *afetivos* revelam as reações emotivas do locutor (autor) diante do que é enunciado, como “eu sinto X em face de P”, podem ser subdivididos em: *subjetivos*, que expressam uma predicação dupla, a do locutor (autor) em face dos fatos e a da própria proposição, como em felizmente, infelizmente, curiosamente etc.; e em *intersubjetivos*, que expressam uma predicação simples, assumida pelo locutor (autor) em face de seu interlocutor (leitor), como em sinceramente, francamente, lamentavelmente etc. (CASTILHO A. e CASTILHO C., *ibid.*).

A classificação dos advérbios modalizadores de Castilho A. e Castilho C. é semelhante à classificação dos modalizadores, que já apresentamos, proposta por Koch (2006b), embora a autora não tenha a preocupação de restringir sua classificação apenas aos advérbios. Percebemos algumas semelhanças, quanto aos conceitos apresentados pelos autores, apresentando, apenas, algumas diferenças quanto às subdivisões das classificações, as quais Castilho A. e Castilho C. especificam uma subdivisão da modalização epistêmica, que Koch considera como uma única modalização, dentre outras.

Consideraremos, em nosso estudo, advérbios modalizadores, aqueles que demonstram a adesão do autor em relação a seus textos, apresentando maior ou menor comprometimento. Dentro desta perspectiva, analisaremos como eles são utilizados pelo cronista (Cony) em seus textos.

### 1.4.3 Os substantivos

Para Kerbrat-Orecchioni (1980), a maior parte dos substantivos afetivos e avaliativos é derivada de verbos ou de adjetivos, como “amor” (amar) e “beleza”(belo). Já, as unidades intrinsecamente substantivas, que possuem uma avaliação pejorativa ou elogiosa, são chamadas de axiológicos.

Os substantivos servem para denominar um indivíduo, mas essa nomeação pode ser mais avaliativa ou menos avaliativa, segundo a autora (*ibid.*), por exemplo, dizer que uma pessoa é um professor tem uma propriedade mais objetiva e facilmente verificável do que dizer que uma pessoa é um imbecil, que implicará uma avaliação depreciativa atribuída pelo sujeito da enunciação.

Os traços avaliativos podem ser identificados por um suporte no *significante* como um sufixo, como “ricaço”, ou pelo *significado* da unidade léxica, como “tutu” em vez de “dinheiro”, segundo Kerbrat-Orecchioni (*ibid.*). Quanto maior o juízo de valor atribuído ao substantivo, maior é o posicionamento do locutor (autor) diante do que enuncia (escreve). O que diferencia uma escolha de outra é se ela é mais ou menos avaliativa, pois toda escolha é carregada de intencionalidade.

Sabemos que toda unidade lexical carrega um peso maior ou menor de subjetividade, por isso o que vai determinar se um texto é mais ou menos subjetivo será a escolha de palavras mais ou menos avaliativas, que expressam mais ou menos a opinião do autor. Esse é um fator importante para a nossa análise, que enfocará o posicionamento do autor diante do seu texto e a influência dessa atitude para o leitor.

Em consonância com os conceitos propostos por Kerbrat-Orecchioni, Neves (2000) afirma que a modalização pode ser identificada em substantivos derivados de adjetivos e de verbos. O que diferencia a visão das autoras é que Neves indica que esses substantivos derivam de verbos que indicam estado, definindo-os de nomes de estado. Assim, Neves apresenta os seguintes exemplos de modalização dos substantivos, o primeiro derivado de adjetivo e o segundo de verbo:

- Há **possibilidade** de se venderem lotes premiados durante os julgamentos da mostra, exemplo de substantivo derivado de adjetivo (NEVES, *ibid.*,p.77).
- Sinto **necessidade** de refletir, de medir bem a decisão que vou tomar (*ibid.*,p.78).

#### 1.4.4 Os adjetivos

Kerbrat-Orecchioni (1980) apresenta duas classes de adjetivos: os afetivos e os avaliativos. Os afetivos determinam uma reação emotiva do locutor (autor) em relação ao objeto, esse valor afetivo pode ser inerente ao adjetivo ou ligado a um significante prosódico, tipográfico ou sintático específico, como, por exemplo, a anteposição de um adjetivo que denota uma afetividade, como “o pobre homem”.

Já os adjetivos avaliativos, que demonstram um julgamento do locutor (autor), subdividem-se em: axiológicos e não axiológico. Os não axiológicos, segundo Kerbrat-Orecchioni, compreendem os adjetivos que implicam uma avaliação qualitativa e quantitativa do objeto denotado pelo substantivo, sendo mais objetivos e informativos, enunciando menor julgamento de valor e menor engajamento do locutor (autor). Enquanto os axiológicos são marcados por um traço de valorização e desvalorização do objeto denotado, trazendo uma avaliação ideológica do locutor (autor), demonstrando maior subjetividade e maior posicionamento do locutor (autor), a favor ou contra o que é enunciado.

Também, para a autora, todos os adjetivos avaliativos são subjetivos, pois revelam alguma particularidade da competência cultural e ideológica do locutor (autor), que é variável, por exemplo, se o locutor (autor) disser “Sua casa é grande” (“boa”, “bonita”, etc.), ele partirá de um dado subjetivo, seu conceito de casa grande, para enunciar um fato. Por esse motivo, o conceito do que é grande, belo, feio, pode variar, dependendo do locutor.

Assim, os adjetivos avaliativos são considerados modalizadores, por demonstrarem o posicionamento do autor, maior ou menor julgamento diante do que escreve, deixando claro seu engajamento e sua atitude diante de seu texto.

Segundo Neves (2000,p.185), os adjetivos podem ser divididos em duas subclasses: a dos qualificadores ou qualificativos e a dos classificadores ou classificatórios. A primeira, atribui ao substantivo *uma característica mais, ou menos, subjetiva, mas sempre revestida de vaguidade*. A segunda, traz em si uma indicação objetiva, possuindo um caráter não-vago.

Os adjetivos qualificadores podem ser graduáveis, como mais fácil, fácil e menos fácil; ou intensificáveis, como completamente brancos, extremamente religiosa, profundamente solidário etc. Este pode ser formado por prefixos intensificadores, como hipervazio, super-simplificada etc., ou sufixo superlativo ou diminutivo, como pequeníssimo, limpinha etc.

Quanto aos valores semânticos dos adjetivos qualificadores, há o valor de modalização e o de avaliação. Ao tratar do valor de modalização, a autora apresenta a modalização epistêmica e a deôntica. A primeira exprime o conhecimento ou a opinião do locutor (autor), indicando sua certeza ou asseveração, como é **óbvio, claro, evidente, certo**; ou sua eventualidade, como é **possível, impossível, provável**. A segunda exprime o que o locutor (autor) considera uma necessidade ou uma obrigação, como é **necessário, imprescindível, obrigatório**.

Já, em relação ao valor semântico de avaliação, há a avaliação psicológica e a de propriedades intencionais. Naquela, o adjetivo representa as propriedades que definem o substantivo na sua relação com o locutor (autor), indicando sua avaliação sobre o substantivo, como **lamentável, impressionante** etc., ou seu posicionamento frente a ele, como sou **sincera, honesta, indiferente** etc. Enquanto nesta, o adjetivo exprime as propriedades que descrevem o substantivo de forma qualitativa, utilizando adjetivos eufóricos, demonstrando algo positivo, como bonito, limpo, bom; disfóricos, retratando algo negativo, como feio, razoável; ou neutros, como diferente, pobre etc.; ou de forma quantitativa, utilizando adjetivos concretos, que indicam dimensão ou medida, como pequeno, comprido, grande etc.; ou abstratos, que retratam intensificação, atenuação, autenticação, definição ou relativização, como fundo, intenso, relativo, genuíno, rápido, rigoroso, aproximado etc.(NEVES, 2000).

Quanto aos adjetivos classificadores, segundo Neves, correspondem, em geral, a

locações adjetivas, como sindical (de sindicato); a adjetivos com prefixos de valor numérico, como bilateral, poliglota etc.; ou a adjetivos que expressam noções adverbiais, indicando delimitações, localização no espaço, localização no tempo, quantidade de tempo transcorrido, substituição no tempo ou aspecto, como científico, internacional, passado, anteriormente, velho, momentâneo etc.

Em síntese, Neves afirma que os adjetivos qualificadores são mais subjetivos e vagos que os classificadores, os quais são definidos como não-vagos e objetivos. Assim, a lingüista atribui aos qualificadores valores semânticos de modalização e avaliação, demonstrando maior posicionamento do locutor (autor) diante do que enuncia (escreve), já, nos classificadores, esse posicionamento é apagado pela objetividade.

Apesar dessa distinção, a autora (2000, p. 199) esclarece que pode ocorrer uma permeação entre as subclasses. Assim, *adjetivos classificadores podem passar a qualificadores, em uso metafórico, com possibilidade de anteposição*, como em **polivalente**<sup>18</sup> personalidade; ou receber gradação ou intensificação, como muito feminino<sup>19</sup> e o mais brasileiro possível. Também, pode ocorrer o inverso, *adjetivos qualificadores podem passar a classificadores, especialmente em sintagmas cristalizados*, como água doce, água salgada etc .

Em relação ao posicionamento do adjetivo qualificador, Neves (*ibid.*, p. 203) afirma que a anteposição apresenta maior subjetividade que a posposição, que é uma posição mais freqüente na linguagem comum, indicando menos efeito de sentido que a anteposição, que é mais utilizada em textos literários. Dessa forma, a autora conclui que, em geral, *a anteposição do adjetivo cria ou reforça o caráter avaliativo – mais subjetivo – da qualificação*, atribuindo uma avaliação subjetiva do locutor (autor) na qualificação efetuada.

Dessa forma, podemos afirmar que o uso de adjetivos revela o posicionamento do autor diante de seu texto, demonstrando maior ou menor subjetividade, de acordo com sua intenção, por isso se torna uma estratégia importante para a argumentação do autor, direcionando, ainda, a opinião do leitor.

---

<sup>18</sup> Grifo da autora.

<sup>19</sup> Grifo da autora.

Para compreendermos as informações veiculadas no texto e a intenção do autor, muitas vezes, recorremos a informações implícitas, os pressupostos e subentendidos, pois nem tudo está exposto explicitamente no enunciado. Por esse motivo, discorreremos, a seguir, sobre os conceitos de pressuposto e subentendido, que também contribuirão para a análise do *corpus*. Além disso, verificaremos como os pressupostos auxiliam na construção de sentido dos enunciados, na coerência do texto e na argumentação do autor.

## 1.5 Os pressupostos e os subentendidos: a importância do implícito

Segundo Ducrot (1987), o pressuposto tem uma estreita relação com as construções sintáticas gerais. O valor semântico dele pode ser tirado do componente lingüístico, isto é, do sentido literal, assim, a responsabilidade do que é dito é compartilhada com o interlocutor (leitor). O subentendido, por sua vez, não tem essa relação com a sintaxe, resultando, desse modo, da reflexão do interlocutor (leitor) sobre as circunstância de enunciação da mensagem e deve ser captado por meio da descrição lingüística, transferindo ao interlocutor (leitor) a responsabilidade da interpretação do que se diz. Assim, o subentendido permite acrescentar alguma informação *sem dizê-la, ao mesmo tempo em que ela é dita* (DUCROT, *ibid.*, p.20).

Ao tratar do implícito, Ducrot define o que é posto, pressuposto e subentendido. O pressuposto é apresentado como uma evidência, como um quadro incontestável, como se o locutor (autor) e o interlocutor (leitor) compartilhassem a mesma informação, como se pertencesse ao domínio das duas personagens do diálogo (autor/leitor), tornando-se um objeto de cumplicidade fundamental, que liga entre si os participantes do ato de comunicação, o que pertence ao “nós”. O posto é o que o locutor (autor) afirma, o que é reivindicado pelo “eu”. O subentendido é o que locutor (autor) deixa para o interlocutor (leitor) concluir, é repassado ao “tu”. Assim, o subentendido é percebido após o ato de comunicação, como se tivesse sido acrescentado por meio da interpretação do interlocutor (leitor). Enquanto o posto e pressuposto se apresentam como se estivessem sido colhidos concomitantemente ao enunciado e empenham, a seguir, a responsabilidade daquele que escolheu o enunciado.



Para Ducrot (ibid.,p.30), *a pressuposição possibilita aprisionar o ouvinte em um universo intelectual que ele não escolheu, mas que lhe é apresentado coextensivo ao próprio diálogo*. Esse fato demonstra a finalidade manipuladora do pressuposto, que irá influenciar o interlocutor (leitor) por meio da fala a acreditar em algo que se é proposto ou a fazer algo que lhe é pedido.

Sob a influência da teoria dos atos de fala proposta por Austin, Ducrot (1987) faz um reexame dos conceitos de pressuposição, associando, assim, a pressuposição a um ato ilocutório e o subentendido a um perlocutório. Desse modo, o autor determina que o poder pressuposicional está inscrito na frase e é transmitido da frase ao enunciado, já o subentendido está ligado às circunstâncias de enunciação, sendo identificado pelo componente retórico.

Nesse reexame, a pressuposição é vista como parte integrante do sentido do enunciado, tendo a pretensão de obrigar o interlocutor (leitor), no mesmo momento da enunciação, a fazer esta ou aquela coisa, a crer nesta ou naquela proposição. O subentendido, por sua vez, diz respeito à maneira pela qual esse sentido deve ser decifrado pelo interlocutor (leitor). Embora distintos, o pressuposto e o subentendido têm um ponto em comum, que é a possibilidade dada ao locutor (autor) de se retirar, por assim dizer, da fala. Na pressuposição essa retirada se deve ao fato da informação ser colocada à margem do discurso e no subentendido da informação ser apresentada como um enigma ao interlocutor (leitor), atribuindo a responsabilidade da interpretação a ele (Ducrot,1987).

Ao explicar a retirada do locutor (autor), por meio do subentendido, o autor afirma que a linguagem oferece exemplos freqüentes dessa atitude do locutor (autor), citando o exemplo da modalização de uma asserção, por meio da indicação da fonte. Assim, o locutor se exime de sua responsabilidade, atribuindo-a ao autor da fonte. Com isso, o locutor (autor), para dizer algo, faz com que o outro diga, eximindo-se de sua responsabilidade.

Koch (2006a), seguindo os princípios teóricos propostos por Ducrot, afirma que a pressuposição exerce um papel específico em todo e qualquer discurso, sendo, no nível fundamental da língua, um dos fatores constitutivos do sentido dos enunciados, inscrito

geralmente na própria significação das frases. Assim, a manutenção dos pressupostos constitui um dos fatores de coerência do discurso e uma manobra argumentativa de grande eficácia.

A importância do implícito, do pressuposto e do subentendido, também é abordada por Maingueneau (1996, p.89), ao afirmar que *dizer nem sempre é dizer explicitamente, a atividade discursiva entrelaça constantemente o dito e o não dito*. Por esse motivo, ressaltamos que nem tudo será explícito no enunciado, pois uma parte das informações deverá ser interpretada pelo interlocutor (leitor), por meio de sua bagagem sócio-cultural, pelo contexto ou pela evidência dos fatos enunciados.

Dentro desta perspectiva, o autor acrescenta que o pressuposto desempenha um papel essencial na construção da coerência textual, pois, para progredir, um texto se baseia numa informação colocada que se converte em pressuposto. Na ausência deste, teríamos enunciados desvinculados ou a repetição indefinida da mesma informação. Os pressupostos são assim *pré-construídos*, seja porque foram colocados na parte do texto que precede, seja porque já são admitidos pelo interlocutor (leitor) ou seja porque são evidentes (supostamente admitido por todos). Dessa forma, o autor (*ibid.*, p.94) afirma que *o uso do pressuposto está veiculado ao princípio da economia*, pois a comunicação seria impossível se algumas informações já não fossem pressupostas, para que, a partir dessas informações, sejam introduzidas informações novas.

Ainda, o autor, tendo como base Ducrot, atribui ao co-enunciador (leitor) a interpretação do subentendido, apoiando-se na situação de enunciação e a pressuposição veiculada à estrutura do enunciado.

Em relação aos marcadores de pressuposição, que auxiliam a identificação do que está pressuposto, podemos dizer que alguns deles têm relação com a modalização do discurso, pois demonstram a adesão do locutor (autor) ao que enuncia (escreve). Segundo Koch (2006b), temos os seguintes marcadores:

- verbos que indicam mudança ou permanência de estado, como ficar, começar a , deixar de, continuar, permanecer, tornar-se, etc. (KOCH, *ibid.*, p. 46);
- verbos denominados “factivos”, isto é, que são complementados pela enunciação

de um fato (fato que, no caso, é pressuposto), de modo geral, são verbos de estado psicológico, como lamentar, lastimar, sentir, saber, etc. (*ibid.*,p.47)

- Certos conectores circunstanciais, especialmente quando a oração por eles introduzida vem anteposta: desde que, antes que, depois que, visto que, etc. (*ibid.*,p. 48)

Ao analisar os marcadores de pressuposição, relacionamo-los à modalização, porque, por meio do uso de verbos factivos, o locutor (autor) demonstra sua opinião sobre o que é enunciado (escrito), revelando seu posicionamento. Podemos, pois, considerar a pressuposição, também, uma marca de modalização do locutor (autor).

Para Koch (2006b), a pressuposição, ainda, é considerada *uma manobra argumentativa* do locutor (autor), para atenuar uma informação dada, como no caso: “Lamentamos não aceitar cheques”, que enuncia de forma cortês que não será aceito o cheque do cliente, atenuando, assim, a responsabilidade do locutor (autor) sobre o se enuncia (escreve).

Desse modo, podemos afirmar, com base nos autores, que o pressuposto faz parte de toda e qualquer situação comunicativa, sendo um fator importante para a construção de sentido dos enunciados e para a manutenção da coerência do discurso (texto), além de se tratar de uma manobra argumentativa, que permite ao locutor (autor) atenuar sua responsabilidade, deixando as informações implícitas.

Verificamos, também, que o estudo dos implícitos, pressuposição e subentendido, auxiliar-nos-á na compreensão da modalização do discurso (texto), pois nem todas as informações estão explícitas no enunciado (texto), mas são importantes para a construção de sentido do enunciado (texto) e devem ser levadas em conta, pois demonstram a adesão do locutor (autor) a seu enunciado (texto).

Ao tratar da argumentação, temos, também, de abordar os atos de fala, pois quando argumentamos, além do consentimento do interlocutor (leitor), pressupomos que ele aja em função do que lhe é enunciado. Desse modo, nossos dizeres são carregados de uma força ilocucionária, que implica uma reação do interlocutor (leitor), que pode ser a que pretendemos ou não.

Além disso, por meio dos atos ilocucionários, podemos perceber o posicionamento do locutor (autor) diante do que enuncia (escreve). Assim, por meio de alguns atos o locutor (autor) demonstra seu comprometimento, expressa seus sentimentos e atitudes, levando seu interlocutor (leitor) a realizar atos, que poderão ser realizados no momento da fala ou não. Para que sejam compreendidos esses conceitos, apresentaremos, a seguir, a Teoria dos Atos de Fala.

## 1.6 A Teoria dos Atos de Fala

A Teoria dos Atos de Fala entende a linguagem como forma de ação. Seu pioneiro foi Austin. Segundo Koch (2006b), em seus primeiros estudos, o autor estabelece que, ao proferir uma sentença, o sujeito (autor) não só descreve ou relata algo, mas, no todo ou em parte, realiza uma ação.

Segundo Austin (1990), os atos performativos, para serem válidos, devem ser ditos pela pessoa certa em circunstâncias adequadas. Por exemplo, os dizeres “Eu te batizo” só é performativo se for dito por um padre num batismo, caso seja outra pessoa em outra ocasião, o ato será nulo e vão.

Ao tratar dos proferimentos performativos, Austin apresenta dois tipos de performativos: os explícitos, que utilizam verbos performativos, como prometo, ordeno, autorizo etc.; e os implícitos<sup>20</sup>, que não utilizam. Assim, o autor destaca que para fazer uma promessa o locutor (autor) pode dizer: *Prometo que estarei lá* (performativo explícito) e *Estarei lá* (performativo implícito). Nos dois casos há uma promessa de ação, só que no primeiro caso é explícita e no segundo implícita.

Quanto aos recursos lingüísticos presentes nos performativos implícitos, o autor estabelece a utilização: do modo imperativo do verbo, como *Feche a janela* em vez de *Permito que feche a janela*<sup>21</sup>; de verbos auxiliares, como *Pode fechar a janela* em vez de *Permito que feche a janela*; do tom de voz, cadência e ênfase; de advérbios ou expressões adverbiais, como *Provavelmente*<sup>22</sup> (*Sem falta*<sup>23</sup>) eu o farei em vez de Eu o

<sup>20</sup> Austin (1990, p. 67) também designa esses proferimentos de primários

<sup>21</sup> Grifo nosso.

<sup>22</sup> O uso do advérbio atenua a força do ato.

<sup>23</sup> Nesse caso, a utilização do advérbio intensifica a força do ato.

farei; e outros exemplos. Dessa forma, podemos perceber que, ao proferir um enunciado, há, também, uma intenção de se realizar uma ação, mesmo que seja expressa de forma implícita.

Também, Austin (1990,p. 95) propõe uma divisão dos atos de fala em: locucionários, ilocucionários e perlocucionários. Os atos locucionários consistem em *proferir determinada sentença com determinado sentido e referência*, utilizando certos ruídos, certas palavras num dado contexto. Já os atos ilocutórios atribuem a sentença uma certa força (convencional), como informar, ordenar, prevenir, avisar, comprometer-se etc. Por fim, os perlocucionários exercem certos efeitos sobre o interlocutor (leitor), como convencê-lo, assustá-lo ou agradá-lo. Tais efeitos podem se realizar ou não.

Ao distinguir os atos, Austin acrescenta que os atos ilocutórios têm efeito de prevenir, por meio de um ato convencional não-verbal. Já os perlocutórios têm efeito de convencer, contudo, não são convencionais, embora possam se utilizar atos convencionais para produzir o ato perlocucionário.

Em caráter experimental, segundo Searle (2002), Austin (1990) apresenta cinco classes de atos: os vereditivos, os exercitivos, os comissivos, os comportamentais e os expositivos. Estabelecendo as seguintes características:

- *Os vereditos consistem em emitir juízo, oficial ou extra oficial, sobre evidências ou razões quanto ao valor ou ao fato, na medida em que estes são passíveis de distinção*, como absolvo, condeno, considero, constato etc. (AUSTIN, *ibid.*, p. 124);
- *Os exercitivos consistem em tomar uma decisão a favor ou contra um determinado curso da ação, ou advogá-la. É decidir algo que se tem de ser de determinada maneira, em oposição a julgar que tal coisa é assim*, como nomeio, demito, ordeno etc. (AUSTIN, *ibid.*,p. 126);
- Os comissivos estabelecem um comprometimento de *quem o usa a uma determinada linha de ação*, como prometo, comprometo-me etc. (AUSTIN, *ibid.*,p. 127);
- Os comportamentais *incluem a idéia de reação diante da conduta e da sorte dos*

*demaís, e de atitudes diante da conduta passada ou iminente do próximo, como peço desculpas, não me importo etc. (AUSTIN, *ibid.*,p.129);*

- Os expositivos utilizam *atos de exposição que consistem em expressar opiniões, conduzir debates e esclarecer usos e referência*, como cito, recapitulo, menciono que etc. (AUSTIN, *ibid.*,p.130).

Em síntese, Austin (1990,p.131) afirma que:

[...] o veredito é um exercício de julgamento, o exercitativo é uma afirmação de influência ou exercício de poder, o comissivo é assumir uma obrigação ou declarar uma intenção, o comportamental é a adoção de uma atitude e o expositivo é o esclarecimento de razões, argumentos e comunicações.

A classificação dos atos ilocucionários proposta por Austin, embora seja experimental, serve de base para os estudos de Searle (2002). O autor, ao distinguir um ato ilocucionário de outro, estabelece três dimensões importantes para serem analisadas: as diferenças quanto ao propósito do ato; as diferenças quanto à direção do ajuste entre palavras e mundo; e as diferenças quanto aos estados psicológicos expressos.

Diante dessa distinção, Searle (*ibid.*) estabelece as seguintes categorias de atos ilocucionários: os **assertivos**<sup>24</sup>, cujo propósito é o de comprometer o locutor<sup>25</sup> (em diferentes graus) com o aquilo que enuncia, avaliando se a proposição é verdadeira ou falsa; os **diretivos**<sup>26</sup>, que consistem nas tentativas do locutor (autor) de levar o interlocutor (leitor) a fazer algo; os **compromissivos**<sup>27</sup>, cujo propósito é o de comprometer o locutor (autor) com alguma ação futura; os **expressivos**<sup>28</sup>, que possuem o propósito de expressar um estado psicológico do locutor (autor), especificado na condição de sinceridade; e última classe é a das **declarações**<sup>29</sup>, que estão relacionadas aos performativos (em que “dizer faz existir”), por esse motivo a realização bem-sucedida do ato depende da correspondência entre o conteúdo proposicional e a realidade.

---

<sup>24</sup> Grifo nosso.

<sup>25</sup> Consideramos o locutor como autor.

<sup>26</sup> Grifo nosso.

<sup>27</sup> Grifo nosso.

<sup>28</sup> Grifo nosso.

<sup>29</sup> Grifo nosso.

Ao concluir sua classificação, Searle (*ibid.*, p.46) afirma que, se levarmos em conta o propósito ilocucionário, há um uso limitado de coisas básicas que fazemos com a linguagem: *dizemos às pessoas como as coisas são, tentamos levá-las a fazer coisas, comprometemo-nos a fazer coisas, expressamos nossos sentimentos e atitudes, e produzimos mudanças por meio de nossas emissões*. Também, freqüentemente, fazemos mais de uma coisa com a mesma emissão.

Além dessas distinções, o autor (2002, p.50) apresenta os atos de fala indiretos, os quais define como atos em que o *falante comunica ao ouvinte mais do que realmente diz, contando com a informação de base, lingüística e não lingüística, que compartilhariam, e também com as capacidades gerais de racionalidade e inferência que teria o ouvinte*, para que as emissões sejam entendidas e o ato seja realizado. Um exemplo de ato indireto é dizer *Você pode alcançar o sal?* tendo a intenção de que o interlocutor realize uma ação, que é passar o sal.

Os atos de fala indiretos podem fazer referência à habilidade do interlocutor, como *Você pode alcançar o sal?*, para que ele perceba que na verdade o que o locutor está fazendo é um pedido de forma indireta. Assim, o contexto, o conhecimento compartilhado, a convencionalidade desses atos e a inferência do interlocutor o ajudarão a compreender que aquela emissão é um pedido, que é passar o sal, e não uma pergunta sobre a sua habilidade.

A motivação para o uso de atos indiretos, segundo Searle (*ibid.*, p.81), é a polidez, que ameniza uma sentença imperativa e ganha a anuência de um ato livre, não sendo, assim, um ato de obediência a um comando. Ainda, *certas formas tendem naturalmente a tornar-se os meios polidos convencionais de feitura de pedidos indiretos*. As formas convencionais facilitam a compreensão dos pedidos do locutor (autor) pelo interlocutor (leitor), além do conhecimento compartilhado e da ajuda do contexto em que estão inseridos.

Quanto à força argumentativa dos atos de fala, Ducrot (1987, p.34), com base nos pressupostos de Austin, descreve que um ato ilocutório reivindica uma eficácia enquanto fala, por isso o locutor (autor), ao apresentar suas palavras, induz, imediatamente, uma *transformação jurídica da situação, apresentando-as, por exemplo, como criadoras de*

*obrigação para o destinatário* (no caso de ordem ou da interrogação) *ou para o locutor* (no caso da promessa). Já o ato perlocutório pode não ter nenhum aspecto jurídico no momento da fala, seu efeito pode ser indireto, como o ato de consolar, que terá efeito após o momento da fala.

Dessa forma, podemos dizer que a argumentação pressupõe não só o consentimento do interlocutor (leitor), mas também pode lhe impor uma ação, que poderá acontecer no momento da fala ou não. Também, dependendo da intenção do locutor (autor) será utilizado um ato de fala direto ou indireto, impondo ou fingindo não impor ao interlocutor (leitor) a ação enunciada (escrita). Para isso, utiliza-se o conhecimento partilhado, o contexto e os atos convencionais.

Segundo Koch<sup>30</sup> (2006b,p.19), *todo ato de fala é ao mesmo tempo, locutório, ilocutório e perlocutório, pois sempre que se interage através da língua, profere-se um enunciado lingüístico dotado de certa força*, produzindo no interlocutor (leitor) um efeito, mesmo que não seja o pretendido pelo locutor (autor).

A autora acrescenta que ao contrário do que se afirmava no interior da Teoria dos atos de fala, a força ilocucionária nem sempre pode ser determinada pelo uso de um performativo: primeiro, porque a força ilocucionária depende das condições gerais em que o enunciado foi proferido; segundo, porque nem sempre existe na língua um performativo adequado à explicitação da força ilocucionária.

Assim, Koch (ibid.,p.20) afirma que *os performativos explícitos são fórmulas convencionais para realizar ações e que a “performatividade” se faz presente em todo e qualquer uso da linguagem*. Por esse motivo, a intenção que o outro realize uma ação está inserida no cotidiano das pessoas e em sua argumentação.

Em relação à classificação dos atos de fala, Koch estabelece dois tipos de atos: os *diretos* e os *indiretos*. Os *diretos* são realizados por meio de expressões lingüísticas especializadas para esse fim, como o uso da interrogação ou o uso do por favor, por gentileza. Já os indiretos utilizam recursos típicos de outros tipos de ato e devem ser interpretados pelo interlocutor, por meio de seu traquejo social. Por exemplo quando se

---

<sup>30</sup> A autora utilizou como base os pressupostos de Austin e Searle.



diz: “Está abafado aqui dentro!”, espera-se que o interlocutor faça algo para atenuar o calor. Se o ato não for interpretado pelo interlocutor, será considerado um ato inócuo.

Com base nos pressupostos dos autores, podemos afirmar que os atos de fala demonstram o posicionamento do locutor (autor). Tal afirmação pode ser comprovada com base na classificação proposta de Searle (2002), o qual apresenta os atos assertivos, que demonstram o comprometimento do locutor (autor) ao avaliar as proposições como verdadeiras ou falsas, e os atos expressivos, que revelam os sentimentos do locutor (autor) diante do que enuncia (escreve). Assim, por meio de alguns atos, o locutor (autor) demonstra seu posicionamento (comprometendo-se, avaliando, expressando seus sentimento) diante de seus dizeres (textos).

Além disso, os atos de fala retratam a força ilocucionária do enunciado, demonstrando a intenção do locutor (autor) e sua influência sobre seu interlocutor (leitor), porque a todo momento por meio dos nossos dizeres impomos a nosso interlocutor uma ação, que pode ou não ser realizada. Essa força ilocucionária dos enunciados é prevista na Teoria da Argumentação, que determina que o objetivo da argumentação *é provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam [...] ou pelo menos, crie neles uma disposição para a ação, que se manifestará no momento oportuno* (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 50).

Dessa forma, a Teoria dos Atos de Fala nos ajuda a compreender que, por meio do nosso enunciado, não só argumentamos, mas também pressupomos que o interlocutor (leitor) aja em função dos nossos dizeres. Com isso, atribuímos a nossos dizeres uma força ilocucionária, criando no nosso interlocutor (leitor) uma disposição para a ação, que poderá ser a esperamos ou não.

Neste capítulo, traçamos o percurso histórico e teórico sobre os estudos da argumentação, desde a Retórica Clássica, que marca o início desses estudos, até a Teoria da Argumentação, que retoma e atualiza os princípios teóricos da Retórica, a fim de contextualizar a modalização como uma estratégia argumentativa, que revela o posicionamento do autor em relação a seu texto.

Ao tratarmos da modalização, percebemos que o estudo dos implícitos

(pressuposto e subentendido) é importante para a compreensão da modalização, pois nem todas as informações estão explícitas no texto, mas são importantes para a construção do seu sentido e para a manutenção da coerência do texto. Ainda, a pressuposição pode ser considerada uma manobra argumentativa do autor, segundo Koch (2006a), pois permite atenuar a responsabilidade do autor em relação ao seu texto, podendo, assim, ser relacionada à modalização, que indica o posicionamento do autor em relação ao seu texto.

Além da importância do implícito (pressuposto e subentendido), destacamos, neste capítulo, os atos de fala, que, também, demonstram o posicionamento do autor, comprometendo-se, avaliando e expressando seus sentimentos, em relação ao que escreve. Tal afirmação é baseada na classificação de Searle (2002), que aponta os atos assertivos, que revelam o que o locutor (autor) considera verdadeiro ou falso, e os expressivos, que demonstram o sentimento do locutor (autor) diante de seu enunciado (texto).

Desse modo, podemos afirmar que os estudos sobre a Argumentação, os implícitos e os Atos de Fala nos auxiliam na compreensão da modalização, objeto de análise deste trabalho.

## Capítulo 2 – Jornalismo Opinativo

---

Este capítulo tem por finalidade apresentar estudos sobre o jornalismo opinativo, abordando, para tanto, os traços fundamentais do jornalismo, a expressão da opinião no jornal e os gêneros jornalísticos, principalmente a crônica, que é o *corpus* do trabalho. Dessa forma, ressaltamos como o jornal expressa sua opinião, apontando algumas das estratégias jornalísticas utilizadas para orientar o leitor, revelando a opinião do jornal.

Organiza-se o capítulo em cinco seções: a natureza do jornalismo: traços fundamentais; a expressão da opinião no jornal; os gêneros jornalísticos; a crônica; e o leitor: seus interesses e a expressão de sua opinião.

As principais referências teóricas do capítulo são: Melo (2003 e 1977), Beltrão (1992 e 1980), Guaraciaba (1992), Bond (1959), Lage (2005), Sá (2005) e Lacerda (1990).

### 2.1 A natureza do jornalismo: traços fundamentais

Segundo Beltrão (1992, p. 67), o jornalismo trata da *informação de fatos correntes, devidamente interpretados e transmitidos periodicamente à sociedade, com o objetivo de difundir conhecimentos e orientar a opinião pública, no sentido de promover o bem comum*. O autor, em sua definição, ressalta a funcionalidade do jornalismo junto ao público, retratando sua seriedade e seu comprometimento.

Quanto às características do jornalismo, Beltrão (*ibid.*) destaca:

- A atualidade é uma característica fundamental no jornalismo, pois o jornal vive do cotidiano, do presente, do efêmero, extraído dos fatos o que é básico, essencial e perene, pois uma edição envelhece ao surgir outra, no outro dia. Também, Beltrão esclarece que há um caráter de permanência na atualidade, ao conciliar fatos presentes com os passados e até com os futuros.

- A variedade busca satisfazer a três necessidades humanas: a de informar-se do novo, do imprevisto, do original, recordando o passado; a de receber uma orientação, alertando para o futuro e para a ação; e a de entreter-se. Assim, o autor afirma que a variedade se refere à multiplicidade de fatos, à universalidade de aspectos, aos diversos setores, objetivos e temas que são disponibilizados às Instituições Jornalísticas.
- A interpretação ocorre devido à variedade de informações. Assim, o jornalista, diante do fato ocorrido, examinará a sua importância e caráter, o interesse que despertará e as repercussões de sua divulgação. Ainda, o simples fato de destacar um fato e publicá-lo expressa o resultado de uma interpretação, que *consiste no ato de submeter os dados recolhidos a uma seleção crítica, transmitindo ao público, apenas, os fatos que são realmente significativos*<sup>31</sup>. De forma geral, o autor resume que a interpretação é um princípio básico do jornalismo, sendo imprescindível para a divulgação de qualquer matéria jornalística.
- A periodicidade revela a constância com que os fatos cotidianos, devidamente interpretados, são levados ao conhecimento do público. As exigências do público encurtaram os prazos em que os veículos jornalísticos devem apresentar suas informações e comentários, criando, assim, uma regularidade na publicação e no envio das matérias jornalísticas a seu público.
- A popularidade objetiva prestar serviço a toda a comunidade, independente da classe social, atingindo uma expressiva parcela da população. Para isso, as suas manifestações visam a promoção do bem comum, pois se esse interesse coletivo não for atingido faltará o apoio do leitor, isto é, a popularidade. Além disso, a popularidade faz com que o veículo se torne de fácil e geral penetração, apresentando uma linguagem, um estilo, uma forma própria, amena, fácil, leve, acessível, fugindo ao verboso, ao retórico, ao professoral e ao enfadonho.
- A promoção tem o propósito de assegurar o bem comum, formando e orientando o leitor. Por esse motivo, os relatos e idéias expressas no jornal permitem ao homem um pronunciamento, uma decisão, para impulsioná-lo à ação. Assim, a missão

---

<sup>31</sup> Segundo Beltrão (1992, p. 76).

política e social do jornalismo se desenvolve visando às seguintes metas: 1. informar de forma objetiva e verídica seu público; 2. contribuir para a elaboração da vontade popular; 3. servir de meio de expressão à opinião pública.

Na apresentação das características do jornalismo, Beltrão destaca pontos importantes como a importância da periodicidade e a atualidade dos fatos. Além disso, aponta a necessidade de interpretação das informações, devido à variedade de informações disponíveis, destacando, ainda, a popularidade que as informações conseguiram atingir e a promoção do bem comum, retratando o papel social do jornalismo.

Em relação à interpretação dos fatos, Bond (1959) afirma que ela se tornou uma necessidade para o leitor comum, que precisa ser orientado para que compreenda alguns fatos complexos que o cercam. Fatos esses com os quais os próprios especialistas ficam confusos em seu próprio campo de conhecimento. Por esse motivo, o jornalismo, além de informar, dá explicações e interpretações dos fatos lidos e ouvidos pelo leitor.

Os autores destacam que a interpretação dos fatos ocorre devido à variedade de informações e à complexidade dos fatos. Assim, a interpretação é necessária para que a popularidade da informação seja atingida e a informação seja compreendida pela maioria do público leitor.

Segundo Melo (2003, p.13), o jornalismo se *nutre do efêmero, do provisório, do circunstancial*, exigindo maior sutileza *na observação e melhor instrumentalização metodológica para não cair na malha do transitório*. Ainda, o autor esclarece que a essência do jornalismo está no fluxo de informações, que é o relato dos fatos, sua apreciação e seu julgamento racional.

Também, Melo não admite a idéia de que no jornalismo haja objetividade, imparcialidade e neutralidade, muito menos compactua com a idéia de que a mensagem jornalística seja politizante, isto é, que possua apenas um objetivo político. Assim, o autor acredita que a essência do jornalismo está no fluxo de informações, que é o relato dos fatos e a expressão da opinião.

Além disso, com base nos estudos de Groth, Melo (*ibid.*,p.17) afirma que o jornalismo *trata-se de um processo contínuo, ágil, veloz, determinado pela atualidade*, que liga emissor e receptor ao conjunto de fatos que estão acontecendo. Para o autor, o jornalismo tem como ponto de tensão o que a coletividade gostaria de saber e o que a instituição quer fazer saber, por isso é estabelecido um equilíbrio entre os interesses da instituição e as expectativas da coletividade.

Ainda, o jornalismo é articulado em função de dois núcleos de interesse: *a informação (saber o que se passa) e a opinião (saber o que se pensa sobre o que se passa)*. Assim, o relato jornalístico assumiu duas modalidades: *a descrição e a versão do fato* (MELO, *ibid.*,p.63).

Outra questão importante sobre o jornalismo, segundo Lacerda (1990, p. 35), é o segredo que ele guarda, o qual consiste em:

[...] tomar muito a sério fatos cotidianos, sem ao mesmo tempo perder a perspectiva da relativa desimportância de tais fatos em face do tempo. Essa combinação de atualidade e permanência é que dá conteúdo ao jornalismo, na medida em que esses dois fatores se combinam para formar a substância do jornal.

O autor (*ibid.*, p.35) acrescenta que *o jornalismo é a arte de simplificar a complexidade dos fatos e das opiniões, tornando-os acessíveis à compreensão de um número apreciável de pessoas, fixando-os num momento de sua trajetória*, conferindo uma permanência à sua transitoriedade.

Dessa forma, o texto jornalístico consegue, por meio da interpretação, simplificar fatos e conceitos complexos e transmiti-los a um número considerável de pessoas, como um fato de grande importância para esse público. Fato esse que se tornará velho quando uma nova edição for escrita, pois *nada é mais velho do que o jornal de ontem* (LACERDA, *ibid.*,p.34).

Quanto à linguagem jornalística, levando em consideração a escolha de itens léxicos, Lage (2005) descreve que: utiliza-se, sempre que possível, de registros formais admissíveis; elimina-se (com exceção das citações) expressões que manifestam preconceito, adjetivos e advérbios que emitem juízos de valor, expressando a

subjetividade de quem produz a mensagem; busca-se a concisão, a simplicidade e a clareza da linguagem; atualiza-se a linguagem, por meio de neologismos; adapta-se a linguagem ao público; e utiliza-se o discurso em terceira pessoa, com exceção do discurso direto.

Com base nos autores, consideramos que os traços importantes do jornalismo são: informar e orientar seus leitores; abranger um número considerável de pessoas; abordar informações novas como importantes, mesmo que amanhã elas sejam substituídas por outras; dar credibilidade ao que se escreve; estabelecer um equilíbrio entre os interesses da população e os da instituição jornalística; também interpretar os fatos para facilitar a leitura (por causa da variedade de informações) e a compreensão (devido à complexidade dos fatos enunciados) dos leitores.

Também, é importante destacar que a interpretação dos fatos revela a opinião da instituição, por meio das escolhas e do destaque que ela faz dos fatos que publica. Assim, a opinião da instituição pode ser percebida não só pelos editoriais, mas sim por todas as matérias jornalísticas publicadas. A seguir, abordaremos a expressão da opinião no jornal.

## **2.2 A expressão da opinião no jornal**

Desde os primeiros tempos, segundo Bond (1959, p.7), *o jornalismo tem procurado influenciar o homem*, por meio da palavra escrita, dos desenhos, das fotografias e da fala. Para isso, utiliza as nuances da argumentação e de todos os artifícios da propaganda. Assim, o autor afirma que *a notícia é a matéria prima da opinião*, ainda, *a opinião pode ser formulada sem que nenhuma palavra de comentário seja dita, apenas pela forma de se apresentar a notícia*.

Com base no autor, podemos afirmar que a argumentação está presente no jornalismo, tendo como objetivo influenciar a opinião dos leitores. Além disso, a notícia, também, é utilizada para a expressão opinativa no jornal. Isso acontece, mesmo que nenhum comentário seja formulado, apenas pela forma de se apresentar a notícia, dando destaque a algumas informações e omitindo outras.

Também, os meios de comunicação coletiva podem ser considerados aparatos ideológicos, que atuam como indústria da consciência, influenciando as pessoas, comovendo grupos, mobilizando comunidades. *São, portanto, veículos que se movem na direção que lhes é dada pelas forças sociais que os controlam e que refletem também as contradições inerentes às estruturas societárias em que existem* (MELO,2003, p. 73).

Em síntese, os autores destacam que o jornal expressa sua opinião com o objetivo de influenciar seus leitores. Também, segundo Melo, o jornal é controlado pelas forças sociais que o cerca, tornando-se uma indústria da consciência, direcionando, assim, opiniões.

Quanto à expressão da opinião jornalística, Melo (*ibid.*) a compreende como um *mecanismo de direcionamento ideológico*, que se materializa por meio da seleção da informação a ser divulgada. Dessa forma, a opinião do jornal é identificada por meio do privilégio de certos assuntos, destacando determinados personagens, obscurecendo alguns fatos e omitindo diversos.

Além disso, o autor afirma que a escolha das informações passa pelo controle da instituição jornalística, que determina o que vai ser difundido em cada edição ou emissão. Também, o autor admite que há possibilidade dos profissionais intervirem nesse controle.

O principal recurso de que a empresa dispõe para controlar a seleção da informação, segundo Melo, é a estrutura da redação, pois as decisões são tomadas de cima para baixo. Dessa forma, as chefias decidem o que os subordinados vão fazer. Assim, o autor estabelece os mecanismos desse controle que são: a pauta, a cobertura, as fontes e o copidesque. A pauta *é um roteiro destinado à pré-seleção das informações a serem publicadas*<sup>32</sup>, seu papel é de *peneira informativo/ideológica*, e é por meio dela que ocorre a distribuição das tarefas dos profissionais que integram a redação. Já a cobertura trata-se de uma estrutura organizada para garantir o acompanhamento do que está acontecendo na sociedade; seria a familiarização com os fatos e seus personagens. A cobertura tem um papel importante na seleção da informação, pois, ao privilegiar certas organizações ou núcleos da sociedade e ao omitir outras, ocorre a marginalização do fluxo noticioso.

---

<sup>32</sup> Melo (2003,p.78).



Já as fontes podem ser: próprias, que correspondem ao serviço mantido pela empresa que são os correspondentes, as sucursais, a reportagem local; contratadas, que são as agências informativas especializadas na cobertura de fatos nacionais e internacionais; e voluntárias, que são os serviços de relações públicas. Por fim, o *copidesque* *cumpr*e o papel de *microfiltro*<sup>33</sup>, em que há um jornalista encarregado de reescrever as matéria produzidas pelos demais integrantes da equipe redatorial, atuando no plano meramente lingüístico. Assim, torna-se um mecanismo final de vigilância do jornal sobre o que é publicado (MELO, *ibid.*).

Ainda, a expressão opinativa pode ser revelada, segundo Melo (*ibid.*), por meio da manchete e da titulação. Assim, ao destacar um fato dos outros, transformando-o em manchete, determina-se o que é mais importante e o que se deve ler. O mesmo acontece com a titulação, que se torna o anúncio da notícia, indicando o que é relevante, tendo um papel orientador. Dessa forma, as *informações destacadas desempenham um papel decisivo na formação da visão de mundo que cotidianamente o cidadão obtém*, moldando a atitude coletiva (MELO, *ibid.*, p.86).

Com base nos pressupostos de Melo, podemos afirmar que o jornal expressa sua opinião por meio da seleção das informações que são publicadas todos os dias no jornal e, também, por meio das manchetes e dos títulos, que revelam o que o jornal considera importante. Assim, ao destacar um fato dentre outros, o jornal orienta seus leitores, determinando o que deve ser lido e compreendido.

Segundo Beltrão (1980), a expressão da opinião no jornalismo tem o objetivo de orientar cada leitor e toda a massa à ação. Ainda, para o autor, o jornalismo veicula três categorias de opinião: a do editor, a do jornalista e a do leitor. *A opinião do editor*, segundo Beltrão (*ibid.*, p. 19), *é expressa pelos editoriais e pela linha do jornal, identificáveis pelo critério de seleção das informações, pelo relevo dado a determinadas matérias, pelos títulos, fotografias [...]*. Assim, a opinião se fundamenta: nas convicções filosóficas do grupo; nas informações e relações que envolvem o tema; nas experiências dos chefes de redação; e nos interesses econômicos da empresa.

Já a opinião do jornalista é o juízo que ele manifesta sobre os fatos, informando e

---

<sup>33</sup> Melo (2003,p.84).

comentando nas secções a seu cargo. Assim, ele apreende seu significado social e o apresenta mais ou menos de acordo com o leitor, fazendo-se porta-voz de um grupo de opinião, criando tendências para ação, que é o fim de seu ofício. Ainda, sua opinião se fundamenta: no contato próximo que tem com o leitor; na sua condição social e filosófica; e na sua experiência profissional. Além disso, sua opinião coincide, muitas vezes, com a do editor. Por fim, a opinião do leitor se manifesta nas entrevistas, em cartas, em atitudes que são objetos de notícia e até no aumento ou redução da compra do periódico (BELTRÃO, *ibid.*).

Em relação ao controle da opinião, Beltrão afirma ser realizado pela seleção das informações e dos temas que são objetos da opinião, seguindo a política editorial do jornal. Essa atividade seletora, segundo o autor, não é considerada uma deturpação, pois o espaço do jornal não comportaria todas as informações, nem todas as informações poderiam ser divulgadas, por causa das conseqüências sociais, além disso os leitores não disporiam de tempo para ler e assimilar tantas informações. Assim, o autor considera a seleção importante para a divulgação de qualquer matéria jornalística, sem deturpar os fatos.

Beltrão esclarece, também, que há limites para a supressão de notícias e expressão da opinião do jornal. Um desses limites é o da convivência, que é motivado pelo interesse do jornalista, que segue seus princípios morais e convicções filosóficas; pelo interesse da empresa, que sofre pressões políticas, econômicas e sociais; pelo interesse de um núcleo social, que defende seus interesses; e pelo interesse da sociedade, para não divulgar fatos que tenham influência maléfica sobre o público.

Outro limite é o da oportunidade, cuja supressão da notícia passa por um exame criterioso sobre o momento exato para a publicação do fato, para não *deflagrar revoltas e iras populares, pondo em risco a segurança e a ordem da sociedade* (BELTRÃO, *ibid.*, p. 43).

Em suma, Beltrão afirma que a supressão das informações e das notícias ocorre devido à impossibilidade do público ler tanta informação e devido às conseqüências sociais que algumas informações poderiam causar. Também, a supressão segue os limites da convivência impostos pelos interesses do jornalista, da empresa e da

sociedade; e os limites da oportunidade, que examinará o momento certo para se divulgar os fatos, com objetivo de não pôr em risco a ordem e a segurança da sociedade.

Ainda, segundo Beltrão, o jornal tem o dever de exercitar a opinião, pois ela valoriza e engrandece a atividade jornalística. Além disso, quando a opinião é expressa com a intenção de orientar o leitor, sem distorcer os fatos, torna-se um meio importante para se obter o bem-estar e a harmonia do corpo social.

Para manifestar e elaborar a opinião, o jornalista terá de manipular a informação em três tempos: primeiro, dominar a informação, analisando sua extensão, seu alcance, suas causas, seus aspectos significativos e sua seqüência lógica; segundo, reger a informação, levando-a ao conhecimento público, seguindo as normas éticas de sua divulgação; e por último, assistir à informação, acompanhando seus efeitos (BELTRÃO, *ibid.*).

Ao abordar a expressão da opinião, não podemos ignorar o seu significado. Segundo Beltrão (*ibid.*, p.14), *trata-se da função psicológica, pela qual o ser humano, informado de idéias, fatos ou situações conflitantes, exprime valores (avaliação) a respeito do seu juízo. Nas bases do juízo estão as informações que o sujeito tem sobre o objeto. Assim, a opinião é a demonstração do juízo que o sujeito tem sobre um fato conhecido. Por causa desse conhecimento, o sujeito se sente capaz de emitir valores a esses fatos.*

Com base nos pressupostos de Melo e Beltrão, podemos afirmar que a expressão da opinião no jornal se materializa por meio da seleção da informação. Entretanto, em relação à seleção das informações, cada autor possui um enfoque diferenciado. Melo (2003) destaca o papel manipulador dessa seleção, pois, quando há a omissão das informações, o leitor não tem acesso a fatos que poderiam ser importantes. Já Beltrão (1980) destaca que o jornal, por ter o propósito de promover o bem comum, faz a seleção pela impossibilidade de se abordar tantos fatos; e porque a divulgação de alguns poderiam prejudicar o bem-estar e a ordem social.

Dentro dessa perspectiva, consideramos que há um meio termo, no que se refere à seleção da opinião, pois o jornal não só se preocupa com a promoção do bem comum, mas também manipula as informações seguindo interesses financeiros, políticos e

econômicos da sociedade que o cerca. Assim, o jornal deve estabelecer um equilíbrio entre os interesses da instituição e os interesses do público.

Além disso, podemos afirmar que a opinião da instituição jornalística não só é expressa nos editoriais, mas também por meio de todas as escolhas que o jornal faz, desde os fatos que vão ser publicados até as manchetes e os títulos que serão divulgados. Também, a parte gráfica destaca o que é para ser lido e o que a instituição considera mais importante, por exemplo o espaço que os textos ocupam demonstra a escolha do jornal, revelando sua opinião.

Outro conceito importante que devemos destacar é o significado de opinião pública, que, segundo Melo (1977), significa o juízo de valor formulado pelo povo em torno de um fato concreto. O conceito de opinião pública não é unânime; o autor afirma que o termo é constantemente usado para indicar a manifestação de grupos de pressão, como passeatas, movimento de protestos, reivindicações e outros. Também, seu conceito pode ser confundido com a opinião da imprensa.

Um instrumento para verificar as tendências da Opinião Pública, de acordo com Melo (*ibid.*), é a sondagem ou a pesquisa. A manifestação das opiniões individuais é captada, por meio de uma amostra significativa da totalidade da população e, utilizando procedimentos matemáticos e estatísticos, é possível definir as tendências majoritárias. A identificação da opinião pública orienta o trabalho dos profissionais da comunicação de massa.

Quanto à manifestação da opinião no jornalismo contemporâneo, Melo (2003) afirma que não se trata de um fenômeno monopolítico, pois as condições de produção de um jornal exigem a participação de equipes enormes, impossibilitando o controle total do que se vai divulgar. Embora haja um acompanhamento e supervisão das etapas que transformam os acontecimentos em notícia, a instituição não consegue participar de todo o processo de produção. Assim, o jornal se fragmentou em seções e gêneros diferentes, a seguir, apresentaremos os gêneros jornalísticos que compõem o jornal, ressaltando o gênero crônica.

## 2.3 Os gêneros jornalísticos

Segundo Melo (1994, p. 37), a preocupação com os gêneros tornou-se um ponto de partida para descrever *as peculiaridades da mensagem (forma/conteúdo/temática) e permitir avanços na análise das relações socioculturais (emissor/receptor) e político-econômicas (instituição jornalística/ Estado/ corporações mercantis/ movimentos sociais)* que permeiam a totalidade do jornalismo.

O único pesquisador a se preocupar sistematicamente com a classificação dos gêneros jornalísticos, no Brasil, foi Beltrão, segundo Melo (2003). Para Beltrão (*apud* Melo, 2003) os gêneros se dividem em três categorias:

A) Jornalismo informativo

- Notícia
- Reportagem
- História de interesse humano
- Informação pela imagem

B) Jornalismo interpretativo

- Reportagem em profundidade

C) Jornalismo opinativo

- Editorial
- Artigo
- Crônica
- Opinião ilustrada
- Opinião do leitor

O critério de classificação adotado por Beltrão, segundo Melo (*ibid.*), leva em consideração a função que os gêneros desempenham junto ao público, que é informar, explicar e orientar. Assim, o autor não inclui a categoria diversional, por acreditar na seriedade do jornalismo, que tem como fim a promoção do bem comum.

Utilizando como referência os estudos de Beltrão, Melo (2003) estabelece dois critérios para a classificação dos gêneros jornalísticos. O primeiro critério está relacionado às categorias historicamente atribuídas ao jornalismo (a informativa e a

opinativa) que correspondem à intencionalidade determinante do relato. Assim, o autor identifica duas vertentes para a sua classificação: a reprodução do real (jornalismo informativo) e a leitura do real (jornalismo opinativo). Em relação ao jornalismo interpretativo e diversional, Melo entende que os dois podem ser incluídos no jornalismo informativo, pois o primeiro é visto como um procedimento explicativo, seguindo fielmente o sentido do fato, e o segundo não transcende à descrição da realidade, com um toque imaginário, cujo objetivo é estreitar a relação entre a instituição jornalística e seu público.

Dessa forma, o autor determina que, utilizando o critério da intencionalidade do relato, sua classificação segue duas vertentes: o jornalismo informativo, no qual está incluído o jornalismo interpretativo e diversional; e o jornalismo opinativo.

Já o segundo critério estabelecido por Melo parte da estrutura dos relatos. Os gêneros informativos se estruturam a partir do referencial exterior à instituição, que depende da eclosão e evolução dos acontecimentos e da relação que os jornalistas estabelecem com seus protagonistas. Em relação aos gêneros opinativos, eles têm sua estrutura é co-determinada por variáveis controladas pela instituição, que assumem duas feições: a autoria (quem emite a opinião) e a angulação (perspectiva temporal ou espacial que dá sentido à opinião). Assim, os gêneros informativos se estruturam tendo como referencial fatores externos à instituição, que são os acontecimentos, e os opinativos são co-determinados pela instituição.

Com base nesses critérios (intencionalidade do relato e sua estrutura), o autor (*ibid.*, p.62) propõe a seguinte classificação dos gêneros jornalísticos:

A) Jornalismo Informativo

Nota

Notícia

Reportagem

Entrevista

B) Jornalismo Opinativo

Editorial

Comentário

Artigo

Resenha  
Coluna  
Crônica  
Caricatura  
Carta

Ao apresentar sua classificação, o autor (*ibid.*) esclarece algumas características de cada gênero. Em relação aos gêneros informativos, estabelece que: a nota é o relato dos acontecimentos em processo de configuração; a notícia é o relato integral do fato; a reportagem é o relato ampliado de um acontecimento; por fim, a entrevista é o relato dos protagonistas do fato, possibilitando-lhes o contato direto com a coletividade.

Já em relação aos gêneros opinativos, o autor (*ibid.*, p. 66) afirma que: o comentário, o artigo e a resenha possuem uma autoria definida e explicitada e o editorial não possui uma autoria definida, isto é, a autoria é atribuída à instituição jornalística. Quanto à estrutura, o comentário e o editorial possuem uma angulação temporal que exige continuidade e imediatismo, enquanto o artigo e a resenha não se caracterizam pela frequência, pois em ambos a angulação é *determinada pelo critério de competência dos autores na busca dos valores inerentes aos fatos que analisam*.

A coluna, a crônica, a caricatura e a carta têm como traço comum a autoria. Já a angulação é distinta, na coluna e na caricatura as opiniões são emitidas de forma contínua aos acontecimentos. No caso da crônica e da carta o tempo é mais defasado, não coincidindo com a eclosão dos fatos. Ainda, a carta resgata o outro lado do fluxo jornalístico, que é o do receptor, e a crônica e a coluna incorporam a mediação com as idéias da comunidade ou dos grupos sociais a que o jornal se dirige (MELO, *ibid.*).

Também, em relação aos gêneros opinativos, o autor determina que a valoração (julgamento/avaliação) dos acontecimentos emerge de quatro núcleos: da opinião da empresa, que se manifesta no conjunto da orientação editorial (seleção, destaque, titulação), aparecendo oficialmente no editorial; da opinião do jornalista, que se apresenta em forma de comentário, resenha, coluna, crônica, caricatura e eventualmente artigo; da opinião do colaborador, que se expressa em forma de artigo; e da opinião do leitor, por meio da carta.

A classificação proposta por Melo (*ibid.*) se diferencia da apresentada por Beltrão (*op.cit.*) por incluir o jornalismo interpretativo e o diversional dentro da vertente do jornalismo informativo. Essa divisão não acontece na classificação de Beltrão, pois o autor apresenta o jornalismo informativo e interpretativo como duas vertentes diferentes e o jornalismo diversional não é citado.

Dentre os gêneros tratados por Melo, abordaremos, a seguir, a crônica, a fim de aprofundarmos nossos estudos sobre o gênero que será objeto de nossa análise, para compreender suas características e especificidades, a frequência de sua divulgação, a responsabilidade atribuída ao autor e a relação com o público.

## 2.4 A crônica

De acordo com Melo (2003), a crônica é um gênero tipicamente brasileiro, que não é encontrado equivalente em outro país. O termo crônica, no jornalismo mundial, está ligado ao significado de narração histórica por ordem cronológica. Já, no nosso país, predomina o sentido de relato poético do real, situado entre a informação da atualidade e a narração literária. Fato que não ocorre em outros países.

A crônica, segundo o autor, chegou ao jornalismo com o sentido de relato histórico, de forma cronológica. Já era o embrião da reportagem, isto é, da narrativa dos fatos observados pelo jornalista num determinado tempo. No início, a crônica era exatamente um *folhetin* publicado num espaço que o jornal reservava semanalmente, para registrar os acontecimentos do período. Esse *folhetin* não tinha as características da crônica de hoje.

Com o tempo a crônica vai se desvencilhando da seção de variedades e vai assumindo características de um gênero autônomo no nosso jornalismo. Afrânio Coutinho (*apud* Melo, 2003) afirma que a crônica adquire personalidade com Machado de Assis, que incorpora a linguagem coloquial à sua narrativa, abandonando aos poucos o estilo empolado da linguagem jornalística e literária da época.

Desde os fins do século XIX, o gênero continua a ser praticado no jornal brasileiro,



porém, somente nos anos 1930 surgiu a modalidade de crônica com um perfil marcadamente nacional. Nesse período, segundo Melo, a crônica assume a agilidade de um jornalismo em transformação, sendo incorporada no corpo do jornal como matéria ligada à edição noticiosa. Assim, a crônica moderna gira em torno da atualidade, captando com sutileza e sensibilidade o dinamismo da notícia.

O bom cronista, segundo o autor (*ibid.*, p.156), *atua como mediador literário entre os fatos que estão acontecendo e a psicologia coletiva*, transformando a crônica em algo desejado pelos leitores, traduzindo a realidade com ironia e humor. Assim, o cronista atua como consciência poética da realidade, mantendo vivo o interesse do seu público, acrescentando ironia e humor à dureza do cotidiano.

Dessa forma, a crônica moderna configura-se como gênero jornalístico, apresentando, para Melo, as seguintes características:

1. Fidelidade ao cotidiano, analisando os fatos que estão acontecendo e captando os estados psicológicos coletivos.
2. Crítica social, que reflete, profundamente, o significado dos atos e sentimentos do homem. Assim, o traço essencial da crônica moderna é uma aparente conversa fiada e uma apreciação irônica dos acontecimentos, deixando de lado a característica de comentário expositivo e argumentativo que tinha no século XIX.

Em síntese, Melo considera a crônica um gênero jornalístico, por ser um produto do jornal, vinculada à atualidade, à oportunidade e à difusão coletiva. Mas também, um gênero literário, por ser publicada em livros, atravessando o tempo e continuando a despertar o fascínio dos leitores. Assim, o autor conceitua a crônica como o relato poético do real.

Quanto à classificação das crônicas, ressaltamos a proposta por Beltrão (1980), que classifica as crônicas, seguindo dois critérios: um quanto ao tema e o outro quanto ao tratamento que o cronista dá a esse tema. Em relação ao primeiro critério, o autor estabelece: a crônica geral, que trata de variados assuntos e ocupa um espaço fixo no jornal; a crônica local, que capta as tendências da opinião pública da comunidade a que

pertence; e a crônica especializada, que trata de um determinado campo de atividade. Já, em relação ao segundo, Beltrão apresenta: a crônica analítica, que expõe os fatos analisando-os objetivamente; a crônica sentimental, que explora os fatos, utilizando seus aspectos líricos e pitorescos, cujo objetivo é comover e influenciar o público à ação; e a crônica satírico-humorística, que critica, ridicularizando e ironizando os fatos, personagens, buscando entreter os leitores.

Segundo Sá (2005), a crônica é uma soma de jornalismo e literatura, pois se dirige a leitores que têm preferência pelo jornal, mas que, posteriormente, adquire um caráter permanente ao ser publicada em livro. Assim, por ser, primeiramente, publicada no jornal, a crônica segue algumas limitações, como atender a ideologia do veículo, que corresponde ao interesse de seus consumidores, direcionado pelos proprietários e/ou editores-chefes de redação. Também, a crônica possui um espaço limitado no jornal, que obriga o cronista a explorar de maneira econômica seus dizeres. Dessa economia determinada pelo espaço do jornal nasce a riqueza estrutural da crônica.

O cronista, segundo o autor, tem mais liberdade ao escrever seu texto, dando-lhe uma aparência de superficialidade, que não funciona na construção de um texto literário, pois o escritor cumpre o papel de antena do seu povo, captando o que o leitor não depreende. Dessa forma, o escritor explora as potencialidades da língua, buscando uma construção que provoque várias significações, interpretando os fatos obscurecidos e ignorados pelo público, de forma leve e descontraída.

Essa aparente simplicidade tratada por Sá não descarta as artimanhas artísticas que existem na crônica. Ela acontece, porque a crônica herda do jornal sua transitoriedade e sua urgência na publicação das matérias. Essa pressa de escrever se reflete na sintaxe do texto, que lembra alguma coisa desestruturada, solta, próxima de uma conversa, aproximando-se da oralidade. Mas, esse coloquialismo é utilizado para marcar o diálogo entre o cronista e o leitor. Assim, a crônica ganha sua dimensão exata, equilibrando o coloquial e o literário, por meio do dialogismo.

Dessa forma, o diálogo permite ao cronista expor seu lirismo reflexivo, provocando outras visões sobre o tema e subtema abordados na crônica. Com isso, o escritor capta *um instante brevíssimo que também faz parte da condição humana e lhe confere (ou lhe*

*devolve) a dignidade de um núcleo estruturante de outros núcleos, transformando a simples situação no diálogo sobre a complexidade das nossas dores e alegrias (SÁ, ibid.,p. 11)*

Com base em Melo (op.cit.) e Beltrão (op.cit.), também, destacamos o aspecto argumentativo da crônica, que, segundo os autores, faz parte do jornalismo opinativo. Consideramos importante deste destaque, pois as crônicas de Carlos Heitor Cony – *corpus* deste trabalho – são publicadas na página 2 (Opinião) do 1.º caderno.

Segundo Guaraciaba (1992, p.87), os textos de opinião publicados na Folha de S. Paulo recebem um tratamento gráfico diferenciado: *são compostos em grifo (12); têm espaços específicos na edição (2.ª e 3.ª páginas do 1.º caderno); a autoria pode merecer destaque especial, como é o caso dos profissionais que assinam coluna*, imprimindo seus nomes acima do título do texto. Assim, o autor vira personagem e fonte de prestígio e credibilidade para a empresa.

Dessa forma, podemos afirmar que a crônica não só relata os fatos de forma poética, mas também tem um papel opinativo de orientar o leitor sobre os fatos que estão acontecendo. Para isso, o autor faz uso da ironia e do humor para abordar os fatos cotidianos.

Além disso, como a publicação das crônicas possui uma continuidade (no caso de Cony toda terça, quinta e domingo), podemos dizer que é estabelecida uma interação constante entre autor e leitor. Por esse motivo, a seguir, verificaremos como o leitor, que é parte importante nesse processo, e seus interesses, influenciam as produções e a divulgação dos textos jornalísticos.

## **2.5 O leitor: seus interesses e a expressão de sua opinião**

Segundo Bond (1959), há três tipos de leitores: os intelectuais, os práticos e os não-intelectuais. O primeiro tipo é um grupo relativamente pequeno, que encontra prazer no estímulo mental, interessa-se por artigos que tratam de assuntos internacionais, política, governo, finanças e descobertas científicas. Também, aprecia música, arte e literatura urbana, como novelas policiais que possuem mistérios e enigmas. Já o segundo

tipo é um grupo envolvido em negócios, que lê artigos que ajudarão em seus negócios, voltando-se para uma leitura técnica em seu próprio campo de interesse. Por fim, o último tipo é o maior grupo de todos, que lê revistas baratas, aprecia espetáculos baratos e emociona-se com filmes de perseguição e aventura.

Também, o autor (*ibid.*) apresenta o leitor comum, que não é citado na classificação anterior, mas que representa a maioria dos leitores, isto é, todos nós. Esse leitor interessa-se mais pelas notícias locais do que pelas internacionais, visita mais as páginas ilustradas e lê mais as notícias sobre o tempo do que os editoriais e as manchetes; ainda se interessa pelos necrológios, principalmente as leitoras.

Além desses interesses, Bond acrescenta os interesses: pela novidade, pela objetividade, pelo ritmo e pela variedade. O interesse pela novidade (o novo e o incomum) desperta o interesse de todo mundo. Assim, quando os fatos possuem frescor ou originalidade, o escritor não terá de se preocupar com o estilo do seu texto, quando isso não ocorre, o jornalista deve provocar o interesse pelo fato, escrevendo o velho de maneira nova. Já, o interesse pela objetividade se refere à aproximação do escritor com o leitor, por meios de falas dirigidas diretamente ao leitor, tratando-o por você e lhe fazendo perguntas. Em relação ao interesse pelo ritmo, consiste em apresentar informações com objetividade, concisão e ritmo, utilizando sentenças afirmativas e curtas, com conteúdo exato e de rápida compreensão.

Quanto ao interesse pela variedade, destaca-se a variedade de informações, a variedade no vocabulário, que ostenta também uma variada dimensão de pensamento, a variedade na forma gráfica da matéria, tendo um apelo visual na extensão das frases e dos parágrafos, na pontuação e no tipo que compõe a matéria.

Alguns interesses dos leitores comuns apontados por Bond são apresentados por Beltrão como características do jornalismo. Tais características são identificadas no jornalismo justamente para atender ao interesse do público. Dentre os pontos de contato, podemos destacar o interesse pela novidade, que Beltrão nomeia como atualidade, e o pela variedade. Dessa forma, o interesse do leitor influencia a produção das matérias jornalísticas, influenciando tema, impondo variedades de assuntos, formas e vocabulário, dentre outros aspectos.

Segundo Beltrão (1980,p.92), *o leitor não é apenas aquele tipo que foge à colaboração ou aquele ser passivo, que não parece sofrer a influência dos fatos e idéias, das perspectivas e opiniões constantes do diário*; pelo contrário, quando há um tema ou problema coletivo que apaixone as massas, ocorrem mobilizações, cobranças, um acompanhamento do desenrolar dos fatos, chegando algumas vezes à violência, como depredação do prédio e impedimento do funcionamento do veículo informativo.

O leitor, de acordo com Beltrão, também, trava um diálogo com o seu jornal de forma familiar e construtiva. Assim, quando algo não lhe agrada, o leitor escreve à redação para discutir alguns aspectos que o comentarista não abordou. Também, há a contribuição intelectual direta do leitor à obra jornalística, como repórter amador, fornecendo fatos e ocorrências do seu conhecimento, fotografias, ilustrações e objetos, sem receber nada por isso. Ainda, muitas vezes, o leitor paga para a divulgação de suas informações, como notícias de óbito, de casamento, de aniversário e outros.

A colaboração do leitor é considerada por Beltrão (1992) como passiva e ativa. A passiva se refere ao aspecto econômico, por meio da compra dos jornais. Mas essa passividade não é absoluta, pois, quando algo não lhe agrada, ele deixa de comprar o periódico, protesta, ataca a instituição até com violência. Já a ativa seria a contribuição intelectual direta dos leitores, como trazer informações, escrever para o jornal, participando da produção das matérias.

Para o leitor dialogar com o jornal, segundo Beltrão (1980), com base em Adler, precisa primeiro fazer uma leitura estrutural ou analítica do texto lido, verificando o conteúdo informativo e a linha ideológica do jornal; depois, fazer uma leitura interpretativa ou sintética, identificando as mensagens contidas nos principais títulos do jornal, o significado dos argumentos expostos e as soluções propostas; e, por último, fazer uma leitura crítica ou avaliadora, para o leitor julgar o jornal, concordando ou discordando do seu pronunciamento. Essa leitura aprofundada foge à maioria dos apressados leitores dos nossos dias, por isso, muitas vezes, o periódico recusa a colaboração do leitor, não divulgando seu ponto de vista, por não verificar uma análise minuciosa e apenas discordar utilizando uma leitura superficial.

Dessa forma, o autor afirma que a crítica do leitor deve observar as seguintes

máximas: não criticar antes de analisar e compreender o texto; não discordar como se tivesse brigando ou disputando; discordar civilizadamente; respeitar a diferença entre informação e opinião.

A opinião do leitor, para Beltrão, manifesta-se da seguinte forma: nas entrevistas concedidas, em pronunciamentos oficiais de grupos, em cartas que escreve à redação, nas próprias atitudes que são objetos de notícia. Também, o leitor manifesta sua concordância ou oposição nas eleições, nas respostas às enquetes, nas manifestações e até no aumento ou redução da compra do periódico. Ainda, o leitor reclama a opinião do editor/jornalista, pois não está capacitado para descobrir por si as conseqüências dos fatos, suas repercussões, seus entrelaçamentos e seus valores.

Entretanto, por ser da natureza do homem, *o leitor gosta de discutir, debater, opinar. Em outras palavras, de exprimir um julgamento baseado em fundamentos, não raro, insuficientes para produzir certezas* (BELTRÃO, *ibid.*, p.22). Assim, o homem em todos os momentos gosta de opinar e argumentar, seja num diálogo do seu cotidiano, seja num jornal com que está familiarizado.

Com base nos pressupostos dos autores, podemos destacar a importância dos leitores para a produção das matérias jornalísticas, influenciando a divulgação de informações que atendam seus interesses. Além disso, percebemos que o leitor também expressa sua opinião de diversas formas, por meio de cartas, de entrevista, de enquete dentre outras.

O presente capítulo abordou os traços fundamentais do jornalismo e ressaltou a expressão da opinião no jornal, apontando a interpretação dos fatos, a seleção das informações e o seu destaque (as manchete e a titulação), como elementos que revelam a opinião do jornal e do jornalista sobre os acontecimentos tratados. Além disso, este capítulo apresentou os gêneros jornalístico, destacando as características da crônica, e tratou dos interesses do leitor e da expressão de sua opinião, que influenciam e determinam as produções jornalísticas.

Entendemos que todos esses elementos podem colaborar para a análise do nosso *corpus*, pois a crônica faz parte do jornalismo opinativo e é publicada no jornal (Folha de

S. Paulo), carregando, assim, características específicas desse veículo, que são a atualidade, a transitoriedade e a urgência na publicação das matérias. Por esse motivo, é importante conhecermos a natureza do jornalismo e a expressão da opinião do jornal, para compreendermos a crônica que constitui nosso *corpus* de análise.

## **Capítulo 3 – Análise de Crônicas de Carlos Heitor Cony**

---

O presente capítulo tem o objetivo de analisar a modalização, por meio das marcas lingüísticas (verbos, advérbios, substantivos e adjetivos), que indicam o posicionamento do autor (Carlos Heitor Cony) em relação a seu texto (crônicas).

A partir dessa análise, apresentamos que tipo de leitor o cronista pressupõe ao produzir seu texto e que tipo de crônica escreve para atender ao interesse de seu público (leitor).

### **Considerações iniciais**

A modalização, conforme abordamos no capítulo I, caracteriza-se como uma estratégia argumentativa, que revela o posicionamento do autor (comprometendo-se, avaliando e expressando seus sentimentos e opiniões) em relação a seu texto. Ao se posicionar, o autor interpreta os fatos abordados, dando sua opinião, e influencia, por meio de sua credibilidade, a opinião do seu leitor.

As escolhas do autor de termos mais ou menos avaliativos determinam sua opinião sobre os fatos. Também, como vimos no capítulo II, as escolhas de uma determinada informação em relação a tantas outras revelam a opinião do jornalista e do jornal sobre os fatos que consideram importantes. Ainda, a titulação e a manchete expressam quais são os fatos que devem ser destacados dentre todos.

Assim, apontamos como ponto comum entre as abordagens feitas nos capítulos I e II a expressão da opinião do autor por meio de suas escolhas. No caso da modalização, a opinião do autor é expressa por termos mais ou menos avaliativos e, no jornalismo, pela escolha das informações e pelo destaque que se dá a elas (manchete e titulação). Tais escolhas contribuem para a argumentação do escritor (autor), reforçando-a.

Com base nos estudos do capítulo I, elegemos as seguintes categorias para a análise do *corpus*:



1. Os verbos modalizadores que imprimem uma marca de julgamento do autor sobre o que escreve.
2. Os advérbios modalizadores que demonstram a adesão do autor em relação a seu texto.
3. Os substantivos modalizadores que revelam um traço avaliativo do autor sobre o objeto nomeado.
4. Os adjetivos modalizadores que indicam o posicionamento do autor em relação seu texto.

A partir da análise da modalização, apontaremos, na seção discutindo a análise, o tipo de leitor e de crônica, com base nos pressupostos do capítulo II, verificando que tema e que tratamento o cronista dá a ele em função do interesse de seu público (leitor).

### 3.1 Texto 1

#### **Transparência lá e cá**

Carlos Heitor Cony

**RIO DE JANEIRO** - Parece filme de Woody Allen, mas não é. Tampouco tenho certeza se foi um sonho absurdo, como costumam ser os sonhos, mas que sempre servem para alguma coisa. No meu caso pessoal, já cheguei ao exagero de escrever dois romances a partir de sonhos que tenho mesmo sem estar dormindo. Nada demais que agora escreva uma crônica que me dá menos trabalho e, tal como os romances, nenhuma glória.

Não estou acompanhando com entusiasmo (e mesmo sem ele) a campanha eleitoral nos EUA. Leio as notícias e os comentários muito por cima, sem me interessar por nenhum candidato. Nem mesmo me edifico com a transparência, que, tal como no Brasil, passou a ser virtude indispensável dos governos e dos governantes. Todos agora se preocupam com a transparência, que antigamente era atributo exclusivo de seres incorpóreos, como os anjos e alguns extraterrestres.

Sonhei que Hillary Clinton, pré-candidata democrata, após comício em que ganhou o apoio de vários convencionais que nela votarão na devida hora, chegou em casa eufórica e comunicou o

sucesso ao marido: "Bill, dei uma que vai derrubar o Obama definitivamente. Prometi que serei transparente como nunca ninguém foi neste país, nem mesmo você, que foi tão opaco naquele caso com a estagiária da Casa Branca. Para mostrar transparência, decidi me assumir tal como sou e declarei que não mais usaria peruca. Num gesto teatral que provocou uma ovação delirante, arranquei a minha peruca e a joguei para os convencionais".

O ex-presidente e marido estava tentando ler sem interesse um relatório sobre as consequências do aquecimento global, tema que não o alarmava pessoalmente. Sem tirar os olhos da papelada, estranhou:

"Mas querida, você nunca usou peruca!".

*Folha de S. Paulo (SP) 4/3/2008*

### 3.1.1 Situando a crônica

A crônica *Transparência cá e lá* aborda a questão da transparência na política utilizada como uma estratégia eleitoral. Nesta crônica, o autor tece sua argumentação, por meio da ironia, pois tudo que associa à transparência é sonho ou pertence a seres incorpóreos (anjos ou extraterrestres). Assim, a transparência tanto aqui (Brasil) como nos Estados Unidos não existe; na verdade, é utilizada nos discursos políticos apenas para ganhar a confiança dos leitores, por isso o autor acompanha a disputa eleitoral entre Hillary e Obama sem preferências e sem entusiasmo.

Observaremos, então, as marcas de modalização que revelam o posicionamento do autor.

### 3.1.2 Os verbos

No primeiro parágrafo da crônica, destacamos os seguintes verbos que revelam o posicionamento do autor: **"parece"** ("**Parece** filme de Woody Allen, mas não é.") e **"costumam ser"** ("Tampouco tenho certeza se foi um sonho absurdo, como **costumam ser** os sonhos, mas que sempre servem para alguma coisa"). O verbo **"parece"** revela o que o autor considera possível (modalização alética<sup>34</sup>), avaliando que possivelmente a transparência

---

<sup>34</sup> Segundo Kock (2004 e 2006a).

ligada à política se assemelha aos filmes de Woody Allen (comédias), mas não é, pois faz parte do discurso de nossos políticos. Assim, para o cronista, a transparência ligada à política parece uma piada (comédia) que, na verdade, todos os políticos a usam.

Já a expressão verbal “**costumam ser**” exprime uma avaliação de Cony em relação aos sonhos, que, habitualmente, são absurdos, como o fato de comparar a política a palavra transparência. Essa expressão verbal denota um julgamento do autor sobre os hábitos (costumes) dos políticos, que por serem absurdos o autor os nomeia de sonhos.

No segundo parágrafo, identificamos os verbos “(sem me) **interessar**” (“Leio as notícias e os comentários muito por cima, **sem** me **interessar** por nenhum candidato.”), “**passou a ser**” (Nem mesmo me edifico com a transparência, que, tal como no Brasil, **passou a ser** virtude indispensável dos governos e dos governantes.”) e “**se preocupam**” (“Todos agora **se preocupam** com a transparência, que antigamente era atributo exclusivo de seres incorpóreos, como os anjos e alguns extraterrestres.”). O verbo “**interessar**”, modificado pela preposição *sem*, revela uma avaliação negativa do autor diante dos candidatos, por esse motivo ele acompanha tudo por cima e sem interesse, pois já não acredita nos discursos políticos.

Em relação aos verbos “**passou a ser**” e “(agora) **se preocupam**” são usados pelo autor para avaliar a recente utilização da palavra transparência no discurso político aqui (no Brasil) e lá (nos Estados Unidos), que, na verdade, tornou-se mais um modismo. O primeiro verbo inicia a modalização deôntica<sup>35</sup> concretizada no adjetivo indispensável, que revela a tendência obrigatória dos políticos de abordar transparência em seus discursos. Já o segundo verbo confirma esse posicionamento do autor e ironiza o fato, pois, no passado, era uma palavra (transparência) associada a seres incorpóreos (anjo, extraterrestres) e não fazia parte do discurso político, tornando-se uma preocupação recente desta eleição (como moda) .

No terceiro, quarto e quinto parágrafos, temos um relato do autor sobre seu sonho com Hillary e Bill Clinton. Assim, a maioria dos verbos que se seguem são locutórios, segundo Kerbrat-Orecchioni (1980), que introduzem os dizeres de uma outra pessoa, no caso Hillary Clinton (pré-candidata democrata) e Bill Clinton, seu marido (o ex-presidente).

---

<sup>35</sup> Segundo Koch (2004 e 2006a).

No terceiro parágrafo, observamos os verbos “**sonhei**” (“**Sonhei** que Hillary Clinton, pré-candidata democrata...”), “**ganhou**” (“..após comício em que **ganhou** o apoio de vários convencionais que nela votarão na devida hora...”), “**vai derrubar**” (“ ‘Bill, dei uma que **vai derrubar** o Obama definitivamente...’ ”), “**prometi**” (“**Prometi** que serei transparente como nunca ninguém foi neste país...” ) e “**decidi me assumir**” (“Para mostrar transparência, **decidi me assumir** tal como sou e declarei que não mais usaria peruca.”) . O verbo “**sonhei**” exemplifica um sonho absurdo, ao qual o autor se referiu no primeiro parágrafo. Esse verbo não teria uma carga avaliativa se não servisse para exemplificar o que o autor afirma. Assim, o autor utiliza o verbo (“**sonhei**”) para avaliar a transparência como uma irreabilidade, ou melhor, uma mentira. Já o verbo “**ganhou**” exprime uma avaliação positiva dos conservadores diante de um fato mentiroso e irrelevante, que é a Hillary arrancar sua peruca (que nunca usou). Com isso, o autor avalia negativamente os apoios políticos, que são feitos com base em mentiras.

Em relação ao verbo “**prometi**” e à expressão verbal “**decidi me assumir** (tal como sou)” são utilizados pelo autor para ironizar e confirmar as atitudes enganosas dos políticos. Assim, o primeiro verbo (“**prometi**”), que é um performativo explícito<sup>36</sup>, indica um comprometimento da candidata em relação ao que enuncia, mas tudo que ela promete não passa de uma mentira. Também, a expressão verbal “**decidi me assumir** (tal como sou)” retrata um comprometimento da pré-candidata, como base em uma mentira, pois, na realidade, ela nunca usou peruca. Desse modo, o autor avalia ironicamente o comprometimento de Hillary, porque é baseado em uma mentira.

Por fim, o verbo “(vai) **derrubar**” ressalta a finalidade do discurso de Hillary, que é vencer Obama, seu adversário, para conseguir o apoio dos conservadores, já que o discurso do Obama conquistou os liberais e os revolucionários. Esse verbo é locutório avaliativo<sup>37</sup>, pois aponta o objetivo de Hillary em relação a seu discurso. Dessa forma, o autor avalia, por meio de sua escolha, que o uso da transparência no discurso político tem um objetivo eleitoral, que passa por cima de todos os princípios éticos e morais. Portanto, o autor, no terceiro parágrafo, se posiciona para ironizar e ridicularizar o uso da transparência no discurso político aqui (Brasil) e lá (Estados Unidos), exemplificando-o

---

<sup>36</sup> Segundo Koch (2004 e 2006a).

<sup>37</sup> Segundo Kerbrat-Orecchioni (1980).

com esse sonho com a Hillary Clinton.

Já, no quarto e quinto parágrafos, notamos os seguintes verbos locutórios<sup>38</sup>, que marcam o posicionamento do autor: “estava **tentando** ler (sem interesse)” (“O ex-presidente e marido **estava tentando ler** sem interesse um relatório sobre as consequências do aquecimento global...”), “**alarmava**” (“...tema que não o **alarmava** pessoalmente...”) e “**estranhou**” (“ Sem tirar os olhos da papelada, **estranhou**: 'Mas querida, você nunca usou peruca!'”). Os verbos “**tentando**” e “**alarmava**” denotam o desinteresse de Bill Clinton em relação a temas que interessam à população, no caso, as consequências do aquecimento global. O primeiro verbo (**tentando**) retrata a avaliação do cronista sobre o desinteresse do político pelo assunto, pois não lia, mas tentava ler; ainda sem interesse. Também, o segundo verbo confirma a avaliação do autor sobre o descomprometimento do político (Bill), pois o verbo “**alarmava**”, modificado pelo advérbio de negação “não”, expressa que Bill Clinton não se preocupava com o fato (aquecimento global).

Por fim, no último parágrafo, o autor utiliza o verbo “**estranhou**” que revela a manifestação psicológica de Bill diante da mentira contada pela esposa, pois ela nunca usou peruca. Com isso, o autor finaliza sua crônica com esse estranhamento do marido, que reforça o posicionamento do cronista sobre a transparência na política construído em todo o texto, apontando que tudo não passa de promessas de campanha.

### 3.1.3 Os advérbios

No primeiro parágrafo, identificamos o advérbio “**sempre**” (“...um sonho absurdo, como costumam ser os sonhos, mas que **sempre** serve para alguma coisa.”), que antecipa e justifica o comentário do cronista sobre o sonho que teve com Hillary Clinton e Bill Clinton, pois os sonhos sempre (todas às vezes) servem para alguma coisa, no caso, para ilustrar o motivo do desânimo do autor em relação aos políticos e ironizar o uso da palavra transparência nesse discurso.

No segundo parágrafo, localizamos os advérbios “**com entusiasmo**” (“Não estou acompanhando **com entusiasmo**...”) e “**muito por cima**” (“Leio as notícias e os comentários

---

<sup>38</sup> Segundo Kerbrat-Orecchioni (*ibid.*).

**muito por cima...**”), que revelam as reações emotivas do autor diante do que é enunciado. Os dois advérbios são modalizadores afetivos subjetivos<sup>39</sup> e reiteram como o autor se sente desanimado (“sem entusiasmo”) diante da política nos Estados Unidos, por isso acompanha tudo de forma superficial (“muito por cima”). O posicionamento do autor demonstra sua decepção em relação à política. Esse desânimo de Cony também é compartilhado pelos seus leitores, pois, ultimamente, o que se vê na política são casos de corrupção e de descaso dos políticos com o interesse da população.

Observamos, no terceiro parágrafo, os advérbios “**definitivamente**” (“...dei uma que vai derrubar o Obama **definitivamente**”) e “**nunca**” (“...serei transparente como **nunca** ninguém foi neste país...”). Os dois advérbios são modalizadores epistêmicos asseverativos, segundo Castilho A. e Castilho C. (1993), pois demonstram uma alta adesão do falante (no caso Hillary) em relação a sua proposição, revelando o que a pré-candidata considera certo, que é a derrubada definitiva do adversário e que será transparente como ninguém. Também, identificamos um traço argumentativo presente na afirmação de Hillary, por se considerar transparente como nunca ninguém foi, e relacionamos essa afirmação ao lugar de qualidade, de acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), que valoriza o que é único por seu prestígio inegável sobre o que é comum. No entanto, a argumentação da pré-candidata perde força, quando seu marido estranha seu relato e revela que ela nunca usou peruca. Assim, Cony constrói e desconstrói a argumentação de Hillary, para justificar seu desânimo em relação à política.

No quarto e quinto parágrafos, apontamos os advérbios “**sem interesse**” (“...estava tentando ler **sem interesse** um relatório...”), “**pessoalmente**” (“...tema que não o alarmava **pessoalmente**...”) e “**nunca**” (“...você **nunca** usou peruca.”). Os dois primeiros advérbios são modalizadores afetivos subjetivos<sup>40</sup>, pois revelam as reações emotivas de Bill Clinton (falante) diante do que é enunciado, que confirmam o desinteresse desse político pelos problemas da população, que são as consequências do aquecimento global que afetam a todos nós. Já o advérbio “**nunca**” é um modalizador epistêmico asseverativo<sup>41</sup> que demonstra uma alta adesão do ex-presidente (Bill) em relação a sua proposição, isto é, tem certeza do que enuncia (sua esposa não usa peruca).

---

<sup>39</sup> Segundo Castilho A. e Castilho C. (1993)

<sup>40</sup> Segundo Castilho A. e Castilho C. (*ibid.*).

<sup>41</sup> Segundo Castilho A. e Castilho C. (*ibid.*).

### 3.1.4 Os substantivos

No primeiro parágrafo, observamos os substantivos modalizadores: “**certeza**” (“tenho **certeza** se foi um sonho absurdo, como costumam ser os sonhos”), “**sonho**” (“**sonho** absurdo”), “**sonho** (“**sonho** que tenho sem estar dormindo”)” e “**glória**” (“Nada demais que agora escreva uma crônica que dá menos trabalho e, tal como os romances, nenhuma **glória**”). O primeiro substantivo é um modalizador epistêmico<sup>42</sup>, que indica o comprometimento do autor em relação a seu enunciado, retratando o que o cronista considera certo e verdadeiro, que é a certeza de que os sonhos servem para alguma coisa, no caso, ilustrar os argumentos do autor.

Já o substantivo “**sonho**”, que significa um conjunto de imagens, de pensamentos e de fantasia que se apresenta à mente durante o sono<sup>43</sup>, é utilizado pelo autor para avaliar os fatos (uso da transparência na política), primeiramente, como “absurdo”, mas que sempre serve para alguma coisa (ilustrar o que argumenta). Em seguida, o cronista trata dos sonhos reais (“que tenho mesmo sem estar dormindo”), que, por serem fatos absurdos (como os discursos políticos), são comparados aos sonhos. Esses sonhos reais são tratados por Cony em dois de seus romances e nessa crônica, mas o autor admite que não obteve e nem obterá nenhum reconhecimento, ao tratar desse assunto. Por fim, nesse parágrafo, destacamos o substantivo “**glória**” (“nenhuma **glória**”), que julga ironicamente a falta de reconhecimento do trabalho do autor, ao tratar dos sonhos reais em seus romances e nessa crônica.

No segundo parágrafo, ressaltamos o substantivo: “**virtude**” (“... passou a ser **virtude** indispensável dos governadores e dos governantes”), que é qualificada como indispensável, isto é, uma qualidade moral obrigatória (modalização deôntica<sup>44</sup>) que, recentemente, os políticos devem ter, para conseguirem apoios políticos e votos. Assim, o cronista avalia a transparência como qualidade (virtude) obrigatória para ironizar, pois, na verdade, o que os políticos fazem é mentir, como o autor descreve em seu sonho.

Ainda, nesse parágrafo, localizamos o substantivo “**atributo**” (“... que antigamente era **atributo** exclusivo de seres incorpóreos...”), que significa o que é próprio e peculiar a alguém

<sup>42</sup> Segundo Koch (2004 e 2006a)

<sup>43</sup> HOUAIS, Antonio; SALLES VILLAR, Mauro de. **Dicionário Houais da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

<sup>44</sup> Segundo Neves (2000).

ou a alguma coisa<sup>45</sup>, é, no caso, uma peculiaridade dos seres incorpóreos e não dos políticos. Assim, o autor julga que o uso da transparência no discurso político fere o bom senso, pois essa é uma peculiaridade de seres que não podemos ver, que não é o caso dos políticos, pois vemos perfeitamente como são e ficamos sabendo de seus atos (corrupção, mentiras, vantagens que recebem de forma abusiva etc.).

No terceiro parágrafo, identificamos o substantivo “**sucesso**” (“...comunicou o **sucesso** ao marido...”)), que nomeia a consequência da encenação de Hillary e a avalia como positiva, com o objetivo de ridicularizar a situação, pois um ato como esse justifica, perfeitamente, o descrédito que os políticos adquiriram para a população (todos nós). Também, nesse parágrafo, apontamos o substantivo “**ovação**” (“Num gesto teatral que provocou uma **ovação** delirante...”)), que significa uma aclamação pública de alguém<sup>46</sup>, que é utilizado pelo autor para confirmar o sucesso da pré-candidata, ridicularizando-o, já que se exalta uma mentira.

### 3.1.5 Os adjetivos

Muitos dos adjetivos que destacamos foram citados na apresentação dos substantivos por causa da relação entre eles. No entanto, serão retomados para apontarmos seu significado na crônica. No primeiro parágrafo, temos o adjetivo “**absurdo**” (“...foi um sonho **absurdo**...”)) e a oração subordinada adjetiva “**que tenho mesmo sem estar dormindo**” (“...já cheguei ao exagero de escrever dois romances a partir de sonhos **que tenho mesmo sem estar dormindo**...”)), que qualificam os sonhos. O adjetivo “**absurdo**”, que significa o que se opõe à razão e ao bom senso, que é destituído de sentido, de racionalidade<sup>47</sup>, denota uma avaliação negativa do autor em relação aos sonhos, trata-se, então, de um adjetivo disfórico<sup>48</sup>. Nesse caso, o autor declara seu posicionamento em relação aos sonhos, pois o substantivo camufla seu sentido real. Já a oração “**que tenho mesmo sem estar dormindo**” qualifica os sonhos que o cronista tem mesmo quando está acordado, isto é, a nossa realidade que por ser inacreditável é associada aos

<sup>45</sup> HOUAIS, Antonio; SALLES VILLAR, Mauro de. **Dicionário Houais da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

<sup>46</sup> HOUAIS, Antonio; SALLES VILLAR, Mauro de. **Dicionário Houais da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

<sup>47</sup> HOUAIS, Antonio; SALLES VILLAR, Mauro de. **Dicionário Houais da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

<sup>48</sup> Segundo Neves (2000).



sonhos.

No segundo parágrafo, localizamos o adjetivo “**indispensável**” (“...passou a ser virtude **indispensável** dos governos e dos governantes.”), que é um modalizador deôntico<sup>49</sup>, que revela o que o autor considera obrigatório, que é o político utilizar a virtude (qualidade) da transparência em seu discurso, para conseguir apoio político e votos.

No terceiro parágrafo, verificamos os adjetivos: “**eufórica**” (“... chegou em casa **eufórica**...”), “**transparente**” (“Prometi que serei **transparente** como nunca ninguém foi...”), “**opaco**” (“...nem mesmo você, que foi tão **opaco**...”) e “**delirante**” (“...provocou uma ovação **delirante**...”). O primeiro adjetivo caracteriza o estado psicológico de Hillary diante de seu sucesso. Esse adjetivo eufórico<sup>50</sup> (avaliação positiva) atribui ao substantivo uma característica subjetiva revestida de vaguidade, que é o conceito de uma pessoa entusiasmada, que varia por ser uma avaliação psicológica do autor em relação à personagem (Hillary). Também, os adjetivos “**transparente**” e “**opaco**” sugerem uma avaliação psicológica do autor e representam características opostas, pois aquele significa perceber com clareza a psicologia de alguém ou algo<sup>51</sup> (adjetivo eufórico<sup>52</sup>), caracterizando Hillary, e este significa sem qualquer claridade, escuro, sombrio<sup>53</sup> (adjetivo disfórico<sup>54</sup>), que qualifica Bill. Assim, há uma avaliação positiva da pré-candidata e uma negativa do ex-presidente, mas tal avaliação positiva é desfeita após o marido revelar que a esposa mentiu.

O último adjetivo, do terceiro parágrafo, é “**delirante**” (“ovação **delirante**”), que significa uma comoção ou perturbação interior<sup>55</sup>, sugerindo que a aclamação pública de Hillary foi um pouco perturbadora, pois esse adjetivo, também, significa perder a razão. Fato que pode ser confirmado porque ela nunca usou peruca, portanto essa ovação pode ser considerada insensata, por causa do ato em si.

---

<sup>49</sup> Segundo Neves (*ibid.*)

<sup>50</sup> Segundo Neves (*ibid.*)

<sup>51</sup> HOUAIS, Antonio; SALLES VILLAR, Mauro de. **Dicionário Houais da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

<sup>52</sup> Segundo Neves (2000).

<sup>53</sup> HOUAIS, Antonio; SALLES VILLAR, Mauro de. **Dicionário Houais da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

<sup>54</sup> Segundo Neves (*ibid.*)

<sup>55</sup> HOUAIS, Antonio; SALLES VILLAR, Mauro de. **Dicionário Houais da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

Dessa forma, a maioria das avaliações positivas atribuídas pelo autor ao sonho, aos personagens envolvidos (Hillary e Bill) adquirem um caráter irônico, pois tudo isso é mentira. Por esse motivo, a avaliação do autor desqualifica o uso da transparência pelos políticos e justifica seu desânimo ao acompanhar as questões políticas nos Estados Unidos e no Brasil.

### **3.1.6 Discutindo a análise**

Cada marca de modalização destacada na análise apresenta um julgamento do autor sobre o uso da transparência no discurso político aqui e nos Estados Unidos. Essa avaliação, ora recai sobre as personagens (Hillary e Bill) abordadas no sonho, ora sobre a situação descrita, ora sobre o comentário do autor em relação ao uso da transparência nesse discurso (político).

O cronista, muitas vezes, utiliza a ironia para se posicionar, julgando de forma positiva para ridicularizar a situação (o uso da transparência no discurso político). Para isso, ele faz uso dos sonhos e os associa a nossa realidade, que são os sonhos que temos acordados, isto é, que acontecem, mas, por serem absurdos, costumamos a acreditar.

Também, é importante ressaltar que o posicionamento do autor se constrói, por meio da interpretação de todas as marcas lingüísticas analisadas (verbos, advérbios, substantivos e adjetivos). Assim, percebemos que não é uma marca de modalização sozinha que compõe o posicionamento do cronista, mas, sim, a relação entre elas (marcas de modalização) dentro do contexto da crônica.

Ainda, ao analisarmos a modalização, verificamos que o tipo de leitor pressuposto por Cony, nesta crônica, é o intelectual<sup>56</sup>, pois o cronista aborda um assunto internacional (a eleição dos Estados Unidos) e político, que são assuntos de interesse desse tipo de leitor. Além disso, o cronista desenvolve sua crônica de uma forma que estimule intelectualmente seu leitor, fazendo, para isso, uso da ironia e de informações implícitas, que possam ser compreendidas por esse público (leitor intelectual).

---

<sup>56</sup> Segundo Bond (1954).

Quanto à classificação da crônica analisada em relação ao tema, percebemos que se trata de uma crônica geral<sup>57</sup>, pois aborda um assunto atual (não especializado), que é a utilização da palavra transparência na política, e tem um lugar fixo para ser publicada, no caso, a segunda página, seção Opinião. No que se refere ao tratamento que o cronista dá ao tema, identificamos que a crônica é satírico-humorística, porque critica, ridicularizando e ironizando o fato dos políticos utilizarem a transparência em seus discursos, com objetivo de conseguir apoio político e votos, buscando, com isso, entreter seus leitores.

A análise desta crônica, com base no tema, no tratamento que o cronista dá a ele e no tipo de leitor, é importante para compreendermos as características argumentativas nela presentes, pois o contrato intelectual com o leitor torna-se um requisito para toda a argumentação<sup>58</sup>. Ainda, percebemos que, ao apresentar os dizeres de Hillary no sonho, o autor faz uso do lugar de qualidade<sup>59</sup>, em que a personagem considera o seu ato (“...de ser transparente como nunca ninguém foi...”) como único, diferenciando-o dos outros governantes, que são comuns. Essa força argumentativa atribuída à fala de Hillary se desfaz, quando o marido revela que se trata de uma afirmação enganosa.

Desse modo, todo o desânimo do autor em relação a política é justificado, pois cada vez mais temos mais motivos para duvidar da honestidade e dos discursos políticos, tanto aqui (Brasil) quanto lá (Estados Unidos).

## 3.2 Texto 2

### O nome deles é Legião

*Carlos Heitor Cony*

**RIO DE JANEIRO** - No meu tempo, dizia Machado de Assis, já havia velhos, mas poucos. Parodiando o mestre, direi que, no meu tempo, já existiam chatos, mas relativamente poucos. E não eram tão espalhafatosos e onipresentes. Quando Cristo expulsou Satanás de um endemoniado, perguntou-lhe o nome. Satanás respondeu: ‘Meu nome é Legião’. Os chatos de agora são também uma legião, a internet ampliou-os em número, frequência e virulência.

---

<sup>57</sup> Segundo Beltrão (1980).

<sup>58</sup> Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005).

<sup>59</sup> Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (*ibid.*).

Todos os meus amigos -e até mesmo alguns que não chegam a isso- reclamam das mensagens, das sugestões e, sobretudo, das denúncias do interesse de cada um. Do prefeito que não asfaltou a rua, do emprego que alguém não obteve, do concurso que o reprovou.

O e-mail, que deu oportunidade à comunicação de forma surpreendente, se, de um lado, está servindo na busca e na troca de informações para aproximar pessoas, de outro, está produzindo chatos em massa, em escala industrial.

Desocupados, embriões de gênios que desejariam ser comentaristas de política, de esportes, de economia e de cultura, ditando regras disso ou daquilo, encontraram afinal a tribuna, o miniespaço que buscavam e não conseguiam.

Entram na internet com tempo e garra suficientes para tentar criar um mundo à sua imagem e semelhança, mundo que felizmente não existe, a não ser na cabeça desses novos Petrônios informatizados.

E, ao contrário de Deus, que quando criou todas as coisas, o céu e a Terra, o Sol e as estrelas, descansou no sétimo dia, o chato eletrônico não descansa, trabalha em tempo integral, todos os dias, sábados, domingos e feriados, não tira férias, não adoece. E como ninguém toma as providências que ele reclama, o chato adota um moralismo pedestre, primário, tentando mudar o mundo que insiste em rejeitá-lo.

*Folha de S. Paulo (SP) 16/3/2008*

### **3.2.1 Situando a crônica**

A crônica *O nome deles é Legião* trata das inúmeras mensagens que recebemos, todos os dias, dos internautas, que tentam, por meio de suas mensagens, modificar os problemas do mundo (problemas do interesse de cada um). Nesta crônica, Cony compara os internautas do seu tempo, que eram relativamente poucos, com os de hoje, afirmando que a internet os ampliou em escala industrial, provocando reclamações de maneira geral, pois eles não se cansam de nos mandar mensagens inconvenientes. Por esse motivo, o cronista os nomeia de chatos e de legião, que é o nome do Satanás. Ainda, afirma que Deus descansou após criar o mundo, mas que os chatos (os internautas) nunca descansam nem adoecem.

Destacaremos, então, as marcas de modalização que revelam o posicionamento do autor.

### 3.2.2 Os verbos

No segundo parágrafo, observamos os verbos “**chegam**” (“... até mesmo alguns que não **chegam** a isso...”)<sup>60</sup> e “**reclamam**” (“Todos meus amigos [...] **reclamam** das mensagens, das sugestões e, sobretudo, das denúncias do interesse de cada um..”). O primeiro verbo revela uma avaliação do cronistas sobre as pessoa que não são seus amigos, ao utilizar esse verbo, em vez de não são meus amigos, indica ainda mais o afastamento do autor em relação a essas pessoas. Já o segundo verbo é um locutório avaliativo<sup>60</sup>, em que há um julgamento explícito do cronista em relação aos dizeres de outras pessoas, pois elas não afirmam ou dizem, mas, sim, reclamam.

No terceiro parágrafo, destacamos a expressão verbal “**está produzindo**” (“O e-mail [...] **está produzindo** chatos em massa, em escala industrial...”)<sup>61</sup> que revela uma avaliação do autor em relação aos internautas, pois os tratam como objetos produzidos de forma industrial, como se não estivesse se referindo a pessoas, mas, sim, a coisas (objetos).

No quarto parágrafo, apontamos os verbos “**desejariam ser**” (“Desocupados, embriões de gênios que **desejariam** ser comentaristas de política, de esportes, de economia e de cultura...”), “**ditando**” (“... **ditando** regras disso ou daquilo...”), e “(não) **conseguiam**” (“... encontraram afinal a tribuna, o miniespaço que buscavam e não **conseguiam**.”). A expressão verbal “**desejariam ser**” indica uma possibilidade, que não se realizou, pois não passa de um desejo (não realizado), podemos afirmar que, por indicar uma possibilidade, trata-se da modalização alética<sup>61</sup>.

Já o verbo “**ditando**” indica o que os internautas fariam se tivessem realizado seu desejo, que seria impor regras (obrigações). Nesse caso, temos uma avaliação do cronista diante da possível ação dos internautas. Quanto ao verbo “**conseguiam**”, modificado pelo advérbio não, exprime um julgamento do cronista sobre as tentativas dos

---

<sup>60</sup> Segundo Kerbrat-Orecchione (1980).

<sup>61</sup> Segundo Koch (2004 e 2006a).

internautas, que buscavam um espaço e não conseguiam. Assim, o autor minimiza a conquista dos internautas, avaliando-a como a não desejada, mas a que restou. Ao relatar essa busca por um espaço, o autor expressa sua avaliação negativa sobre ela, que irá se confirmar na análise das outras marcas de modalização desse parágrafo.

No quinto parágrafo, temos a expressão verbal “**tentar** criar” (“Entram na internet com tempo e garra suficientes para **tentar** criar um mundo à sua imagem e semelhança...”), que indica uma tentativa dos internautas. Por meio da escolha desse verbo, o cronista avalia o fato como uma tentativa, pois os internautas não criam, apenas tentam. Assim, o autor aponta uma incapacidade dos internautas.

No sexto parágrafo, encontramos vários verbos que juntos vão construindo a avaliação do autor. Destacamos os verbos: “(não) **descansa**” (“E, ao contrário de Deus, que quando criou todas as coisas, o céu e a Terra, o Sol e as estrelas, descansou no sétimo dia, o chato eletrônico não **descansa**...”), “(não) **tira**” (“...trabalha em tempo integral, todos os dias, sábados, domingos e feriados, não **tira** férias...”), “(não) **adoece**” (“...não **adoece**...”), “**toma**” (“E como ninguém **toma** as providências...”), “**reclama**” (“...ninguém **toma** as providências que ele **reclama**...”), “**tentando** mudar” (“...o chato adota um moralismo pedestre, primário, **tentando** mudar o mundo ...”), “**insiste em rejeitar**” (“... o mundo que **insiste** em **rejeitá-lo**.”). Os verbos “(não) **descansa**”, “(não) **tira**” e “(não) **adoece**” denotam uma avaliação negativa do cronista sobre a insistência dos internautas, como se fosse uma gradação não descansa, não tira férias e chegam ao ponto de nem adoecem. Essa gradação ressalta uma insistência sem fim (sem interrupção), que incomoda a todos.

Já o verbo “**toma**” (“...ninguém **toma**...”) e a expressão verbal “**insiste em rejeitar**”, que se referem à rejeição das pessoas diante da insistência dos internautas, são verbos modalizadores, que exprime uma avaliação do autor, também, sobre a opinião de outras pessoas. Dessa forma, o cronista comprova que ele não é o único a pensar dessa maneira, apontando que é a opinião de todos (amigos ou não) sobre os internautas.

Quanto à expressão verbal “**tentando** mudar”, ela indica uma possibilidade, pois os internautas, apenas, tentam, mas não mudam o mundo. Assim, essa expressão denota uma avaliação negativa do cronista sobre as possíveis boas intenções dos internautas, que acabam, na realidade, só incomodando as pessoas com suas inúmeras mensagens.

### 3.2.3 Os advérbios

Os advérbios, que são marcas lingüísticas mais avaliativas, foram identificadas em menor número na presente crônica. Podemos ressaltar os advérbios “**relativamente**” (“...no meu tempo já existiam chatos, mas **relativamente** poucos.”), no primeiro parágrafo, “**afinal**” (“...encontraram **afinal** a tribuna, o miniespaço...”), no quarto parágrafo, e “**felizmente**” (“...para tentar criar um mundo à sua imagem e semelhança, mundo que **felizmente** não existe...”), no quinto parágrafo. O primeiro advérbio é utilizado pelo autor para avaliar negativamente a expansão dos chatos (internautas), que, no seu tempo, eram em menor número, comparando que, hoje, os chatos são muitos (ampliaram em escala industrial).

Já o segundo advérbio (**afinal**) denota uma avaliação subjetiva do autor sobre o fato dos internautas encontrarem um espaço na internet para se expressarem, por isso podemos considerar que se trata de um advérbio modalizador afetivo subjetivo<sup>62</sup>. Assim, o autor expressa que finalmente conseguiram um espaço (a internet).

Por fim, o advérbio “**felizmente**” é um modalizador afetivo subjetivo<sup>63</sup>, que expressa uma avaliação pessoal do cronista sobre o fato, que é bom este mundo não existir, e revela sua proposição, que é criticar a atitude do internauta de impor a qualquer custo sua opinião às pessoas. Esse advérbio revela uma maior adesão do autor diante do sua proposição, apresentando-a claramente.

### 3.2.4 Os substantivos

No primeiro parágrafo, observamos os substantivos modalizadores “**mestre**” (“Parodiando o **mestre**...”), “**chatos**” (“...no meu tempo já existiam **chatos**...”), “**legião**” (“Os **chatos** de agora são também uma **legião**...”) e “**virulência**” (“... a internet ampliou-os em número, frequência e **virulência**.”). O primeiro substantivo tem uma carga avaliativa positiva de Cony em relação a Machado de Assis, pela qualidade do escritor, considerando-o como alguém que nos ensina (mestre). Já o substantivo “**chatos**”, que aparece duas vezes neste parágrafo, denota uma avaliação negativa do autor em relação aos internautas, chegando

---

<sup>62</sup> Segundo Castilho A. e Castilho C. (1993).

<sup>63</sup> Segundo Castilho A. e Castilho C. (*ibid.*).

a nomeá-los de legião. O terceiro substantivo (**legião**), que significa um batalhão, um exército de demônios<sup>64</sup>, exprime uma avaliação pejorativa do autor em relação aos internautas atuais, nomeando-os de um exército de demônios, que perturbam o tempo todo as pessoas com suas inúmeras mensagens.

Por fim, o substantivo “**virulência**”, que significa a capacidade de um vírus ou bactéria de se multiplicar dentro de um organismo, provocando doença<sup>65</sup>, denota uma avaliação negativa do autor sobre a ação dos internautas, que invadiram a internet como um vírus invade um organismo, provocando uma doença (causando muitas reclamações).

No terceiro parágrafo, temos a repetição do substantivo “**chatos**” (“...está produzindo **chatos** em massa...”)<sup>66</sup> que, novamente, é utilizado pelo autor para avaliar negativamente os internautas.

No quarto parágrafo, identificamos os substantivos modalizadores “**embriões**” (“...**embriões** de gênios...”)<sup>67</sup> e “**miniespaço**” (“... encontraram afinal a tribuna, o **miniespaço**...”). O primeiro substantivo, que significa um organismo imaturo, nos primeiros estágios de desenvolvimento, antes de deixar o ovo ou o útero materno<sup>68</sup>, expressa uma avaliação negativa do autor sobre os internautas, nomeando-os de imaturos, não desenvolvidos. Já o segundo substantivo possui um traço avaliativo no suporte do significante<sup>69</sup>, no caso, o prefixo mini, que expressa um julgamento do autor sobre o espaço conquistado pelos internautas, denominando-o como muito pequeno. Assim, a utilização do diminutivo, denota um maior juízo de valor atribuído pelo cronista ao espaço, desqualificando-o.

No quinto parágrafo, destacamos o substantivo “**Petrônio**”<sup>70</sup> (“... a não ser na cabeça desses novos **Petrônios** informatizados...”) que foi um escritor romano, mestre na prosa da Literatura latina, satirista notável, autor de Satíricon. O substantivo (próprio) utilizado pelo autor para renomear os internautas revela uma avaliação negativa do autor sobre os internautas, que só conseguem é zombar (maldizer) da situação, pois suas denúncias se

<sup>64</sup> HOUAIS, Antonio; SALLES VILLAR, Mauro de. **Dicionário Houais da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

<sup>65</sup> HOUAIS, Antonio; SALLES VILLAR, Mauro de. **Dicionário Houais da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

<sup>66</sup> HOUAIS, Antonio; SALLES VILLAR, Mauro de. **Dicionário Houais da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

<sup>67</sup> Segundo Kerbrat-Orecchione (1980).

<sup>68</sup> Informações retiradas do site <http://pt.wikipedia.org/wiki/Petr%C3%B4nio>. Acesso em: 17/07/2009.



baseiam em interesses pessoais (de cada um) e não no interesse da população em geral, que são as pessoas que recebem as mensagens. Assim, os internautas são considerados pelo escritor como satiristas apenas.

No sexto parágrafo, apontamos, novamente, o substantivo “**chato**” (utilizado no primeiro e no terceiro parágrafos), citado duas vezes (“o **chato** eletrônico não descansa [...] o **chato** adota um moralismo pedestre...”)<sup>69</sup> que aponta uma avaliação negativa do cronista sobre os internautas.

Os substantivos utilizados denotam uma avaliação direta do autor sobre as personagens citadas (Machado de Assis e os internautas) e sobre o fato, pois o cronista qualifica ou desqualifica sem o uso da ironia, indicando claramente seu posicionamento sobre os fatos e os envolvidos.

### 3.2.5 Os Adjetivos

No primeiro parágrafo, identificamos os adjetivos “**espalhafatosos**” e “**onipresentes**” (“E não eram tão **espalhafatosos** e **onipresentes**.”). O primeiro adjetivo significa aquele que chama a atenção pelas atitudes descomedidas, imoderado, extravagante, excêntrico<sup>69</sup>. Assim, o autor utiliza esse adjetivo, que é disfórico<sup>70</sup>, para avaliar de forma negativa os internautas, que possuem uma atitude descomedida para chamar a atenção. Já o segundo adjetivo significa aquele que está presente em todos lugares, em toda a parte. Embora esse adjetivo não tenha uma carga negativa em si, nesta crônica, ele se torna um adjetivo disfórico<sup>71</sup>, pois o autor, ao avaliar o internauta, julga que sua presença em toda parte, torna-se uma imposição, que incomoda muitas pessoas (amigos ou não). Portanto, nesse parágrafo, o autor utiliza dois adjetivos qualitativos disfóricos, que revelam uma avaliação psicológica do cronista sobre os internautas.

No terceiro parágrafo, observamos o adjetivo “**surpreendente**” (“... deu oportunidade

---

<sup>69</sup> HOUAIS, Antonio; SALLES VILLAR, Mauro de. **Dicionário Houais da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

<sup>70</sup> Segundo Neves (2000).

<sup>71</sup> Segundo Neves (*ibid.*).

à comunicação de forma **surpreendente...**) , que denota uma avaliação psicológica do autor sobre a forma de como a internet deu oportunidade de se expandir à comunicação. Nesse caso, o autor avalia essa expansão da comunicação de duas formas, de um lado positiva, pois favorece a busca e a troca de informações, e, de outro, negativa, pois ampliou (em massa e escala industrial) os internautas.

No quarto parágrafo, notamos o adjetivo “**desocupados** (“**Desocupados** embriões de gênios que desejariam ser comentarista...”)), que exprime uma avaliação pejorativa do autor sobre o substantivo qualificado (internautas), pode, portanto, ser considerado um adjetivo disfórico<sup>72</sup>.

No sexto parágrafo, verificamos os adjetivos “**pedestre**” e “**primário**” (“...o chato adota um moralismo **pedestre** e **primário**...”). O primeiro adjetivo significa sem brilho, rústico, modesto<sup>73</sup>. Já o segundo significa instrução insuficiente ou incapacidade intelectual; limitado, estreito, bronco<sup>74</sup>. Com base nos significados dos adjetivos e pelo contexto, podemos classificar os dois adjetivos como disfóricos<sup>75</sup>, pois denotam uma avaliação negativa do autor sobre o moralismo adotado pelos internautas.

### 3.2.6 Discutindo a análise

Nesta crônica, o autor se compromete com o que escreve, posicionando-se de forma direta em relação aos internautas. Assim, o cronista emite juízos de valor que ironizam e desqualificam essas pessoas (internautas). As avaliações positivas presentes na crônica se referem a Machado de Assis e ao fato dos internautas não conseguirem o espaço que almejavam.

As marcas de modalização na análise foram separadas para apresentar especificamente a avaliação (julgamento e comprometimento) do autor presente em cada termo, mas percebemos que essa avaliação não se concentra separadamente em cada um dos termos (verbos, advérbios, substantivos e adjetivos), pelo contrário, ela é

---

<sup>72</sup> Segundo Neves (2000).

<sup>73</sup> HOUAIS, Antonio; SALLES VILLAR, Mauro de. **Dicionário Houais da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

<sup>74</sup> HOUAIS, Antonio; SALLES VILLAR, Mauro de. **Dicionário Houais da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

<sup>75</sup> Segundo Neves (*ibid.*).

composta pela junção desses elementos avaliativos, que formam a opinião do autor sobre o assunto abordado na crônica. Assim, podemos afirmar que é o conjunto dos termos que revela o posicionamento do autor e constrói o sentido do texto.

Ao analisarmos as marcas de modalização, notamos que o tipo de leitor pressuposto por Cony, nesta crônica, é o intelectual<sup>76</sup>, pois o cronista utiliza informações implícitas, que estimulam intelectualmente seu leitor, fazendo-o refletir sobre as nuances de sua argumentação contidas na crônica.

Também, podemos classificar a crônica analisada, como geral<sup>77</sup>, levando em consideração o critério tema, pois trata de um assunto atual (não especializado), que é o aumento das mensagens enviadas por internautas que incomodam muitas pessoas, e tem um lugar fixo para ser publicada, que é a segunda página do jornal<sup>78</sup>, na seção Opinião. Em relação ao tratamento que o cronista dá ao tema, a crônica pode ser classificada como satírico-humorística<sup>79</sup>, porque o autor critica, ridicularizando e ironizando os fatos, buscando entreter seus leitores.

A análise desta crônica, com base no tema, no tratamento que o cronista dá a ele, e no tipo de leitor, é importante para compreendermos as características argumentativas (opinativas) presentes nela, pois o contrato intelectual com o leitor, torna-se um requisito para a argumentação do autor e todo o seu desenvolvimento<sup>80</sup>.

---

<sup>76</sup> Segundo Bond (1959).

<sup>77</sup> Segundo Beltrão (1980).

<sup>78</sup> *Folha de S. Paulo*.

<sup>79</sup> Segundo Beltrão (*ibid.*)

<sup>80</sup> Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005).

### 3.3 Texto 3

#### O pau e o gato

Carlos Heitor Cony

**RIO DE JANEIRO** – Já haviam me dito, mas não acreditei. Ou melhor, não dei importância. A turma que se esbofa para tornar a sociedade politicamente correta, que mudou a designação de mudos, surdos, cegos, impotentes, homossexuais, carecas, gagos etc., finalmente chegava ao cancionário infantil, às cantigas de roda. Não se devia mais cantar o “Atirei o pau no gato”, seria politicamente incorreto habituar as crianças a maltratar os animais.

Numa festinha de aniversário do prédio vizinho, ouvi de longe a versão feita para a musiquinha que todos aprendemos na infância. Não deu para entender quase nada. Não mais se atirava o pau no gato, nem dona Chica admirou-se do berro que o gato deu.

Era uma coisa complicada, peguei palavras que nada tinham com a letra original, o pau foi substituído por uma flor e o berro final foi trocado civilizadamente: em vez de “berro” o gato dizia “obrigado”.

Dona Chica compareceu sob a espécie de uma respeitável, uma inacreditável “Dona Francisca”. E ela nem ficou admirada do berro que o gato não deu, berro substituído por uma flor que ela agradeceu penhorada.

Embora pertença a uma geração que cantou para si e para as filhas a mesmíssima cantiga, Deus é testemunha de que ainda não consta dos meus hábitos jogar pau nos gatos.

E uma de minhas filhas, que mora em Roma, cidade onde os gatos são fartos, tem em casa uma porção deles e os trata com rações dinamarquesas – que parecem ser as melhores.

Se já tinha motivos bastantes para desprezar o politicamente correto, ganhei mais um – e acredito que definitivo. Gosto de ouvir gatos fazendo miau, pedindo leite e carinho.

*Folha de S. Paulo (SP) 23/3/2008*

### 3.3.1 Situando a crônica

A crônica *O pau e o gato* aborda a crítica dos politicamente corretos contra a cantiga *Atirei o pau no gato*, que, segundo eles, incentiva o maltrato de animais (gatos). Nesta crônica Cony critica a turma (dos politicamente corretos) que, desta vez, implicaram com as cantigas de roda. No caso, o cronista contesta a opinião da turma, considerando que essa afirmação é uma bobagem, pois ele e suas filhas cantaram essa cantiga e nem por isso maltratam os gatos, pelo contrário, tratam-nos muito bem.

Analisaremos, então, as marcas de modalização que revelam o posicionamento do autor.

### 3.3.2 Os Verbos

No primeiro parágrafo da crônica, identificamos os seguintes verbos modalizadores: “(não) **acreditei**” (“Já haviam me dito, mas não **acreditei**.”), “(não) **dei** (importância)” (“Ou melhor, não **dei** importância”), “**se esbofa**” (A turma que se **esbofa** para tornar a sociedade politicamente correta...), “(não) se **devia** (mais) **cantar**” (“Não se **devia** mais **cantar** o 'Atirei o pau no gato'...”), “**seria** (politicamente incorreto) **habituar** (as crianças) a **maltratar**” (“...**seria** politicamente incorreto **habituar** as crianças a **maltratar** os animais...”). Os verbos (não) **acreditei** e (não) **dei** (importância) são modalizadores epistêmicos<sup>81</sup>, pois denotam uma certeza do autor em relação a sua proposição, isto é, não acredita (não dá importância) nos comentários dos politicamente corretos. Já o verbo “se **esbofa**”, que significa tornar (se) muito cansado, esfaltar-se<sup>82</sup>, é um verbo avaliativo em que há um julgamento explícito do autor, que expressa o que ele pensa sobre os politicamente corretos.

Quanto ao verbo auxiliar “**devia**” (“não se **devia** mais cantar”), trata-se de um modalizador deôntico<sup>83</sup>, que aponta o que os politicamente corretos consideram obrigatório, no caso, o dever de não se cantar mais a cantiga *Atirei o pau no gato*, pois a

<sup>81</sup> Segundo Koch (2004 e 2006a).

<sup>82</sup> HOUAIS, Antonio; SALLES VILLAR, Mauro de. **Dicionário Houais da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

<sup>83</sup> Segundo Koch (*ibid.*).

cantiga incentiva o maltrato dos animais (gatos). O uso desse modalizador indica uma imposição por parte de seu locutor (os politicamente corretos), que não condiz com o que defende. Já a expressão verbal “**seria** (politicamente incorreto) **habitu**ar (as crianças) **a maltratar**” denota uma possibilidade, por isso pertence a modalização alética<sup>84</sup>, indicando uma possibilidade de se **habitu**ar a criança a **maltratar** os animais. Assim, a proibição dos politicamente corretos se fundamenta em uma possibilidade, que é contestada por Cony.

No segundo, terceiro e quarto parágrafos, o cronista relata que ouviu (de longe) a nova versão da cantiga *Atirei o pau no gato* e comenta sua modificação, avaliando que nada tinha a ver com a letra original. Ao analisarmos esses parágrafos, destacamos a expressão verbal “(Não) **deu** para **entender** (quase nada)” (“ Não **deu** para **entender** quase nada. Não mais se atirava o pau no gato, nem dona Chica admirou-se do berro que o gato deu.”), pertencente ao segundo parágrafo, que expressa um julgamento do autor. Essa expressão verbal (“Não **deu** para **entender**...”) sugere uma dupla interpretação. A primeira é que o cronista não entendeu bem a canção por tê-la ouvido de longe, apontando um descomprometimento do autor diante de seu texto. Já a segunda é que o autor avaliou negativamente a cantiga modificada, pois modificou a letra original, descaracterizando-a (não se atirava o pau no gato e a Dona Chica não se admirou). Ao criar uma dupla interpretação, o autor permite uma possível defesa em relação ao que escreve.

No quinto e no sexto parágrafos, o cronista utiliza o relato de sua experiência pessoal para comprovar seu posicionamento. No caso, tanto ele como suas filhas cantaram a cantiga, mas nem por isso maltratam os gatos, pelo contrário, tratam-nos muito bem. Podemos apontar, no quinto parágrafo, a expressão verbal “(não) **consta** (dos meus hábitos) **jogar**” (“ Deus é testemunha de que ainda não **consta** dos meus hábitos **jogar** pau nos gatos.”) e, no sexto, a “**parecem** ser” (“os trata com rações dinamarquesas – que **parecem** ser as melhores.”). A primeira expressão verbal (“..não **consta** dos meus hábitos **jogar**...”) exprime a modalização epistêmica<sup>85</sup>, apresentando a certeza do autor sobre sua proposição, que, embora tenha cantado essa cantiga, não tem hábito de maltratar os gatos. Para confirmar essa certeza, o cronista, ainda, utiliza Deus como testemunha.

---

<sup>84</sup> Segundo Koch (*ibid.*).

<sup>85</sup> Segundo Koch (2004 e 2006a).

No sexto parágrafo, a expressão verbal “**parecem** ser” denota um afastamento do autor em relação ao que afirma, pois ele não diz que é a melhor. Assim, se não for, ele não se compromete, pois ele afirmou que **parecem** ser, não são. Essa escolha permite ao cronista se descomprometer diante do que escreve.

No sétimo parágrafo, destacamos os verbos “**desprezar**” (“Se já tinha motivos bastantes para **desprezar** o politicamente correto...”), “**acredito**” (“...e **acredito** que definitivo...”) e “**gosto**” (“**Gosto** de ouvir gatos fazendo miau, pedindo leite e carinho.”). O verbo “**desprezar**” denota uma avaliação negativa do autor em relação à opinião dos politicamente corretos. Assim, o autor afirma que já tinha motivos, para não acreditar neles, ganhou outro (definitivo).

Já o verbo “**ganhei**” exprime um julgamento positivo do autor em conseguir, mais um motivo para desprezar os politicamente corretos, considerando-o definitivo. Quanto ao verbo “**acredito**”, é um modalizador epistêmico<sup>86</sup>, que denota o comprometimento do cronista em relação ao que escreve, considerando sua proposição como certa e verdadeira. Ainda, acredita que é uma opinião definitiva, isto é, que não mudará de opinião sobre o fato. Por fim, o verbo “**gosto**” revela uma avaliação positiva do autor em relação aos gatos, provando que o que os politicamente corretos afirmam é uma bobagem, pois ele gosta de gatos e os trata bem, apesar de ter cantado a cantiga criticada.

### 3.3.3 Os Advérbios

No primeiro parágrafo, observamos o advérbio modalizador “**politicamente**”, citado duas vezes (“**politicamente** correto” e “**politicamente** incorreto”), que é advérbio delimitador<sup>87</sup>, que explicita o âmbito dentro do qual o conteúdo é dito, no caso, dentro do ponto de vista político. Assim, o cronista explicita que a turma que fala sobre o ponto de vista político quer indicar o que é certo e o que é errado, isto é, determinar o que se deve ou não fazer.

No segundo parágrafo, apontamos os advérbios modalizadores “**de longe**” (“...ouvi **de longe** a versão...” ) e “**quase**” (“Não deu para entender **quase** nada”). Os dois advérbios são

---

<sup>86</sup> Segundo Koch (*ibid.*)

<sup>87</sup> Segundo Castilho A. e Castilho C. (1993).

utilizados pelo cronista para se descomprometer em relação ao que escreve, pois ele ouviu de longe e não entendeu quase nada. Esse recurso resguarda a face do autor, possibilitando sua defesa, caso seja contestado.

No terceiro parágrafo, identificamos o advérbio “**civilizadamente**” (“... o berro final foi trocado **civilizadamente**...”), que é um modalizador afetivo subjetivo<sup>88</sup>, que exprime o sentimento do autor sobre o fato (trocar o berro pelo obrigado) e sobre sua proposição, no caso, ironizar essa troca, considerando-a civilizada, pois, na verdade, o autor não considera que a música incentive o maltrato dos gatos.

No quinto parágrafo, verificamos o advérbio “**ainda**” (“...**ainda** não consta dos meus hábitos jogar paus nos gatos.”) é um modalizador que expressa o descomprometimento do autor sobre o que escreve, pois revela que, até aquele momento, não houve nenhum maltrato. Assim, o autor protege sua face em relação a ações futuras.

### 3.3.4 Os substantivos

No primeiro parágrafo, observamos o substantivo modalizador “**turma**” (“A **turma** que se esbofa para tornar a sociedade politicamente correta...”), que, pelo contexto, revela uma avaliação pejorativa do autor sobre essas pessoas, que querem tornar a sociedade politicamente correta.

No segundo parágrafo, identificamos o substantivo modalizador “**musiquinha**” (“...a versão feita para a **musiquinha** que todos nós aprendemos na infância.”), que permite uma dupla interpretação. A primeira que denota uma avaliação positiva do autor em relação à cantiga, pois, ao utilizar o substantivo no diminutivo, indica uma afetividade do cronista em relação à cantiga. Já a segunda, pelo uso do diminutivo, ameniza a influência do conteúdo da música sobre o maltrato de animais (gatos).

No terceiro parágrafo, destacamos o substantivo “**coisa**” (“Era uma **coisa** complicada...”), que indica uma avaliação negativa do cronista em relação à nova versão da cantiga, denominando-a como coisa. Essa denominação se opõe ao parágrafo anterior (segundo), que exprime uma avaliação positiva e afetiva atribuída à letra original.

No quarto parágrafo, podemos apontar o substantivo “**espécie**” (“Dona Chica compareceu sob a **espécie** de uma respeitável [...] Dona Francisca.”), que exprime uma avaliação negativa do autor sobre a troca das personagens da música, que descaracteriza, sem

<sup>88</sup> Segundo Castilho A. e Castilho C. (*ibid.*)



motivo, a versão original.

### 3.3.5 Os adjetivos

No primeiro parágrafo, observamos os adjetivos “**correta**” (“A turma que se esbofa para tornar a sociedade politicamente **correta**...”) e “**incorreto**” (“...seria politicamente **incorreto** habituar as crianças a maltratar os animais.”), que são modalizadores epistêmicos<sup>89</sup>, que revelam uma certeza da turma (dos politicamente corretos), indicando o que consideram certo, que é mudar a denominação de mudos, surdos, cegos etc., e errado, que é habituar as crianças a maltratar os animais.

No terceiro parágrafo, ressaltamos o adjetivo “**complicada**” (“Era uma coisa **complicada**...”) que denota uma avaliação subjetiva do cronista em relação à nova versão da cantiga *Atirei o pau no gato*. Assim, podemos afirmar que se trata de um adjetivo disfórico<sup>90</sup>, pois o autor avalia de forma negativa essa mudança, qualificando-a como complicada.

No quarto parágrafo, identificamos os adjetivos “**respeitável**” e “**inacreditável**” (“Dona Chica compareceu sob a espécie de uma **respeitável**, uma **inacreditável** 'Dona Francisca'.”), que exprimem uma avaliação psicológica do autor sobre a mudança da designação da Dona Chica. Os adjetivos podem ser considerados disfóricos<sup>91</sup>, pois a avaliação do cronista sobre essa mudança é negativa. Assim, embora o primeiro adjetivo em seu sentido real não tenha essa conotação, devido às avaliações do autor sobre a nova versão, ele passa a ter uma carga pejorativa.

No quinto parágrafo, verificamos o adjetivo “**mesmíssima**”, que é qualitativo intensificado pelo sufixo superlativo, que revela uma avaliação subjetiva do autor sobre a cantiga (*Atirei o pau no gato*), no caso, uma avaliação positiva, pois o cronista não acredita que ela estimule o maltrato dos gatos.

No sexto parágrafo, podemos apontar os adjetivos “**dinamarquesas**” (“...trata com rações **dinamarquesas**...”) e “**melhores**” (“... que parecem ser as **melhores**.”), que revelam uma avaliação psicológica de Cony em relação ao substantivo *ração* (dada por sua filha aos

---

<sup>89</sup> Segundo Neves (2000).

<sup>90</sup> Segundo Neves (*ibid.*).

<sup>91</sup> Segundo Neves (2000).

gatos). Os dois adjetivos podem ser considerados eufóricos<sup>92</sup>, pois exprimem uma avaliação positiva do autor sobre a ração. Embora o adjetivo “**dinamarquesas**”, seja um adjetivo, normalmente, neutro, ao analisarmos o contexto, percebemos que ele adquire uma conotação positiva (eufórica), qualificando a ração.

Por fim, no sétimo parágrafo, destacamos os adjetivos “**bastantes**” (“Se já tinha motivos **bastantes**...”) e “**definitivo**” (“...acredito que **definitivo**...”). O primeiro adjetivo é quantitativo e indica uma intensificação. No caso, o adjetivo intensifica os motivos (substantivo) que o autor tem para desprezar o politicamente correto. Já o segundo adjetivo é um modalizador epistêmico<sup>93</sup> que indica a certeza do cronista sobre sua proposição, de que a cantiga não estimula o maltrato dos animais. Com essa certeza, o autor finaliza sua crônica, como se tivesse concluindo seu texto.

### 3.3.6 Discutindo a análise

A crônica analisada revela um comprometimento maior do autor em relação a seu texto, pois, ao avaliar diretamente os fatos, de forma negativa, as falas dos politicamente corretos e a nova versão da cantiga (*Atirei o pau no gato*), e de forma positiva a cantiga original, o autor apresenta claramente sua opinião sobre o que escreve. Ainda, para comprovar seu posicionamento, o cronista utiliza sua experiência e de suas filhas como prova de sua proposição (a cantiga não habitua as crianças a maltratarem os animais). Além disso, utiliza Deus como testemunha de sua proposição e a considera como verdadeira e definitiva, utilizando a modalização epistêmica para demonstrar sua adesão ao que escreve.

Os principais exemplos que destoam desse comprometimento do autor em relação ao que escreve são: ao ouvir a nova versão e ao qualificar a ração como as melhores. No primeiro exemplo, o autor se descompromete com que escrever, ao comenta que ouviu a nova versão de longe e que não deu para entender quase nada. Já, no segundo, ele afirma que parecem ser as melhores, o verbo parecer garante ao autor a possibilidade de defesa, caso seja contestado. Esse descomprometimento do autor não interfere no seu posicionamento apresentado na crônica, pois o autor afirma que sua proposição é definitiva.

---

<sup>92</sup> Segundo Neves (*ibid.*)

<sup>93</sup> Segundo Neves (*ibid.*)

Também, é importante destacar, que a modalização na crônica é compreendida por meio da combinação de todas as marcas lingüísticas (verbos, advérbios, substantivo e adjetivo) que revelam o posicionamento do cronista, pois a avaliação do autor presente em cada marca vai tecendo sua opinião sobre o assunto abordado (que a cantiga *Atirei o pau no gato* não incentiva o maltado dos animais). Assim, podemos afirmar que é o conjunto dessas marcas que constrói o sentido do texto, permite a percepção das informações implícitas (pressupostas e subentendidas) e exprime o posicionamento do autor.

A partir da análise da modalização, identificamos que o tipo de leitor pressuposto por Cony, nesta crônica, é o intelectual<sup>94</sup>, pois esse leitor encontra prazer no estímulo mental. Assim, o autor utiliza sutilezas e informações implícitas, para estimular a reflexão de seu leitor.

Em relação ao tipo de crônica, verificamos que a crônica analisada é uma crônica geral<sup>95</sup>, pois aborda um assunto não especializado, que é a interferência da turma dos politicamente corretos nas cantigas de roda, especificamente *Atirei o pau no gato*, e ocupa um espaço fixo no jornal (segunda página, seção Opinião). Quanto ao tratamento que o cronista dá ao tema, classificamos a crônica como satírico-humorística, porque critica, ridicularizado e ironizando o fato dos politicamente corretos proibirem as cantigas, por causa da possibilidade de incentivarem o maltrato dos gatos.

Além de identificarmos o tipo de leitor e de crônica, percebemos que Cony, ao defender seu ponto de vista, utiliza uma prova, que serve para demonstrar o que afirma. Para isso, o cronista lança mão de uma prova que depende da arte<sup>96</sup> fornecida por seu discurso (texto), com base em seu caráter moral (sua experiência pessoal), para comprovar o que escreve, imprimindo em seu texto sua credibilidade.

---

<sup>94</sup> Segundo Bond (1959).

<sup>95</sup> Segundo Beltrão (1980), seguindo o critério tema.

<sup>96</sup> Segundo Aristóteles (s/d).

### 3.4 Texto 4

#### Triunfo de nossas cores

*Carlos Heitor Cony*

**RIO DE JANEIRO** - Mais uma vez o mundo se curvou diante do Brasil. Tantas e tamanhas vezes já se curvou que devia estar habituado, mas o Brasil é surpreendente, está sempre aprontando. A bola da vez não é um Santos Dumont, um Ayrton Senna, um Pelé, que em seus respectivos tempos obrigaram o mundo a dobrar a espinha diante de feitos individuais que se transformaram em façanhas coletivas.

Mas tudo vale a pena se a alma não é pequena -e grande é a nossa alma, sobretudo na hora dos nossos triunfos. Uma cidadã natural de um nobre Estado, que tem o nome de uma das pessoas da Santíssima Trindade, está sendo apontada como a responsável pela desgraça política de um governador nos Estados Unidos. A imprensa não arranjou melhor profissão para ela do que a de cafetina -nome um pouco defasado, no meu tempo as cafetinas eram mais modestas, embora vorazes. Exploravam mulheres da vida e eram exploradas a vida inteira pela polícia. E nenhuma delas alcançava a glória de tamanho feito: derrubar um governador que de repente podia ser presidente da maior nação do mundo.

Reclamaram que a chegada da cafetina no Brasil no último fim de semana foi uma consagração. Ela ameaça escrever um livro, será capa da 'Playboy' e página amarela (e bota amarela nisso) da 'Veja'. Modestamente, está sendo assunto de um cronista habitualmente sem assunto.

Melhoramos muito. Nos últimos anos do século passado exportávamos travestis e mulheres da vida, e apesar de todas as mulheres serem da vida, algumas conseguem ser mais da vida do que

outras. Subimos no ranking e agora exportamos cafetinas, por sinal bem sucedidas, que muito aliviarão as taxas de nossas exportações comprometidas pela má qualidade da carne do nosso gado vacuum. Conosco ninguém podemos.

*Folha de S. Paulo (SP) 25/3/2008*

### 3.4.1 Situando a crônica

A crônica *Triunfo de nossas cores* aborda o escândalo sexual, envolvendo uma rede de prostituição de luxo, que motivou a renúncia do governador de Nova York, Eliot Spitzer, no dia 12 (março de 2008). O caso veio à tona com a publicação de uma reportagem, no jornal "The New York Post", dizendo que uma brasileira, a cafetina e prostituta Andréia Schwartz, teria servido como informante na investigação federal que descobriu a ligação de Spitzer com a rede de prostituição<sup>97</sup>.

Cony, em sua crônica, comenta o fato, dizendo que temos de nos orgulhar do nosso país, pois agora exportamos cafetinas bem sucedidas. Essa melhora alivia a má qualidade da carne do gado que está sendo exportada. Na verdade, o cronista está criticando e ridicularizando a situação.

### 3.4.2 Os verbos

No primeiro parágrafo da crônica, identificamos a modalização, por meio das escolhas dos seguintes verbos: “**se curvou**” (“Mais uma vez o mundo **se curvou** diante do Brasil. Tantas e tamanhas vezes já **se curvou**...”), “**devia** estar habituado” (“... **devia** estar habituado, mas o Brasil é surpreendente...”), “**está...aprontando**” (“... está sempre **aprontando**...”), e “**obrigaram**” (“**obrigaram** o mundo a dobrar a espinha diante de feitos individuais...”). O verbo “**se curvou**”, citado duas vezes, significa inclinar-se em sinal de respeito e/ou cumprimento<sup>98</sup>, no caso, o autor o utiliza para ironizar o fato do Brasil

<sup>97</sup> Essa notícia foi publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 22/03/2008.

<sup>98</sup> HOUAIS, Antonio; SALLES VILLAR, Mauro de. **Dicionário Houais da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

aparecer na mídia internacional, por causa de um escândalo envolvendo uma cafetina brasileira e por tantos outros. Na realidade, isso não é motivo para cumprimentos ou respeito, mas de vergonha.

Já a expressão verbal “**está** sempre **aprontando**” revela uma avaliação negativa do autor em relação aos escândalos, pelos quais o Brasil é conhecido mundialmente, pois o verbo “**aprontar**” significa proceder de modo indevido, quase fazendo o que não deve ou provocando confusão<sup>99</sup>. Assim, o autor julga que o Brasil é conhecido mundialmente por seus problemas.

Nesse parágrafo, também, identificamos o verbo “**obrigaram**” e o verbo auxiliar “**devia**” (“**devia** estar habituado”), que revelam o que o cronista considera obrigatório. No primeiro caso, a obrigação do mundo cumprimentar o Brasil pelos feitos individuais (como o de Pelé, Santos Dumont etc.) e no segundo caso de que devia se habituar com os escândalos envolvendo o país (Brasil). As escolhas do autor expressam a modalização deôntica<sup>100</sup> e apresentam o que o autor considera obrigatório (o que deve ser feito).

No segundo parágrafo, destacamos os verbos “**vale**” (“Mas tudo **vale** a pena se a alma não é pequena...”), “**arranjou**” (“A imprensa não **arranjou** melhor profissão para ela do que a de cafetina ...”), “**exploravam**” (“**Exploravam** mulheres da vida...”), “**eram exploradas**” (“...**eram exploradas** a vida inteira pela polícia.”), “**alcançava**” (“E nenhuma delas **alcançava** a glória de tamanho feito...”), “**derrubar**” (“...**derrubar** um governador...”) e “**podia ser**” (“...um governador que de repente **podia ser** presidente da maior nação do mundo...”). O verbo “**vale**” se refere ao que deve ser digno de apreço, de valorização<sup>101</sup>, no caso, nossa alma se engrandece por valorizarmos feitos, como o da cafetina. Esse verbo é utilizado de forma irônica, pois esses feitos não são motivos para nos orgulharmos.

Já o verbo “**arranjou**”, que significa criar na imaginação, inventar, fantasiar<sup>102</sup>, indica que a imprensa não conseguiu imaginar um nome melhor para brasileira do que cafetina, apesar de o nome estar um pouco defasado para denominar o “feito” da

<sup>99</sup> HOUAIS, Antonio; SALLES VILLAR, Mauro de. **Dicionário Houais da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

<sup>100</sup> Segundo Koch (2004 e 2006a).

<sup>101</sup> HOUAIS, Antonio; SALLES VILLAR, Mauro de. **Dicionário Houais da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

<sup>102</sup> HOUAIS, Antonio; SALLES VILLAR, Mauro de. **Dicionário Houais da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

brasileira em relação às outras.

Quanto aos verbos, “**exploravam**”, “**eram exploradas**” e “**alcançava**”. Os dois primeiros verbos, que significam extrair lucro, compensação material de algo<sup>103</sup>, referem-se respectivamente às cafetinas, que obtinham lucro com as mulheres da vida, e aos policiais, que exploravam às cafetinas. Assim, as cafetinas exploravam, mas também eram exploradas. Por esse motivo, nenhuma delas conseguem uma ascensão social. Já o terceiro verbo (“**alcançava**”) aponta a ascensão da cafetina Andréia Schwartz em relação as outras, pois ela conseguiu um grande feito, que é derrubar um governador. Assim, o verbo “**alcançava**” qualifica o feito da cafetina, com a intenção de desvalorizá-lo, pois não é um feito digno de ser exaltado.

Também, nesse parágrafo, identificamos os verbos “**derrubar**” e “**podia ser**”. Aquele (“**derrubar**”) significa tirar do poder, derribar, destituir<sup>104</sup>. Ao utilizar esse verbo, o autor reafirma o poder atribuído à cafetina o de destituir um possível presidente. Já este, que é o verbo auxiliar “**podia**” (“**podia ser**”), denota uma possibilidade que foi interrompida pela cafetina. Esse verbo auxiliar pertence aos modalizadores aléticos, segundo Koch (2006a e 2004), apontando uma possibilidade.

No terceiro parágrafo, observamos os verbos “**reclamaram**” (“**Reclamaram** que a chegada da cafetina no Brasil no último fim de semana foi uma consagração.”), “**ameaça escrever**” (“Ela **ameaça escrever** um livro ...”) e “**bota**” (“...será capa da ‘Playboy’ e página amarela (e **bota** amarela nisso) da ‘Veja’.”). O verbo “**reclamaram**” é um verbo locutório de julgamento explícito<sup>105</sup>, pois revela uma avaliação explícita das pessoas sobre o fato de se exaltar a chegada de uma cafetina.

Já a expressão verbal “**ameaça escrever**” possui dois sentidos: o primeiro, prometer (algo mal); anunciar castigo, dano, prejuízo e o segundo, estar prestes a, estar na iminência de acontecer, de se fazer presente, de chegar<sup>106</sup>. Os dois sentidos asseguram ao cronista uma possibilidade de defesa, pois encobrem seu julgamento, que

<sup>103</sup> HOUAIS, Antonio; SALLES VILLAR, Mauro de. **Dicionário Houais da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

<sup>104</sup> HOUAIS, Antonio; SALLES VILLAR, Mauro de. **Dicionário Houais da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

<sup>105</sup> Segundo Kerbrat-Orecchioni (1980).

<sup>106</sup> HOUAIS, Antonio; SALLES VILLAR, Mauro de. **Dicionário Houais da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

é um dano cultural uma publicação dessa, por meio da possibilidade do segundo significado, que é uma novidade que está por vir. Tal avaliação do cronista pode ser confirmada pelo próximo verbo **“bota”** (“bota amarela nisso”), que ridiculariza a exposição da opinião da cafetina nas folhas amarelas da Veja.

No quarto parágrafo, identificamos os verbos **“melhoramos”** (**“Melhoramos muito.”**), **“exportávamos”** (Nos últimos anos do século passado **exportávamos** travestis e mulheres da vida...”), **“conseguem”** (“...algumas **conseguem** ser mais da vida do que outras.”), **“subimos”** (**“Subimos** no ranking e agora exportamos cafetinas, por sinal bem sucedidas...”), **“aliviarão”** (“...cafetinas [...] que muito **aliviarão** as taxas de nossas exportações comprometidas pela má qualidade da carne do nosso gado vacum.”) e **“podemos”** (“Conosco ninguém **podemos**”). Os verbos **“melhoramos”**, **“subimos”** e **“podemos”** são utilizados de forma irônica, pois o autor, na verdade, não faz uma avaliação positiva, mas, sim, negativa da situação, confirmando seus outros julgamentos.

Também, os verbos **“exportávamos”** e **“aliviarão”** revelam o julgamento do autor, que ridiculariza a exportação de pessoas (travestis e mulheres da vida), comparando-a com a exportação de outros produtos, como a carne do gado vacum, e ressalta que o fato de melhoramos a qualidade das mulheres da vida compensa (“alivia”) a má qualidade da carne bovina. Ainda, o verbo **“conseguem”** sugere a melhora das mulheres da vida, isto é, uma superação da sua qualidade, portanto novamente o autor avalia o fato de forma irônica, para desqualificar a cafetina e a situação.

### 3.4.3 Os advérbios

Os advérbios, que são mais avaliativos, foram identificados em menor número na crônica. Podemos destacar os advérbios: **“sempre”** (“...mas o Brasil é surpreendente, está **sempre** aprontando...”), no primeiro parágrafo, **“modestamente”** e **“habitualmente”** (**“Modestamente**, está sendo assunto de um cronista **habitualmente** sem assunto.”), no terceiro parágrafo. O advérbio **“sempre”** intensifica e modifica a locução verbal “está ... aprontando”, ressaltando que não é um fato isolado, mas sim freqüente. Assim, o autor avalia o escândalo, não como um fato único, mas como um fato corriqueiro para os brasileiros.



Já o advérbio “**modestamente**” pode ser considerado um advérbio modalizador afetivo intersubjetivo<sup>107</sup>, pois expressa como o autor se representa perante seu leitor, apresentando-se de forma modesta para tratar do escândalo. Por fim, o advérbio “**habitualmente**” pode ser considerado um advérbio afetivo subjetivo<sup>108</sup>, porque expressa a posição do autor em face dos fatos e de sua própria proposição. Assim, o autor avalia negativamente o fato, desqualificando-o, ao afirmar que o abordou por estar habitualmente sem assunto, isto é, por não ter nenhum fato importante para escrever.

### 3.4.4 Os substantivos

No primeiro parágrafo, o substantivo que indica a avaliação do cronista é “**façanhas**” (“...feitos individuais que se transformaram em **façanhas** coletivas”), que denota dois significados: o primeiro, um feito heróico; proeza impressionante<sup>109</sup> e o segundo uma ação imprudente, escandalosa ou simplesmente brincalhona. O autor explora esses dois sentidos para ironizar e ridicularizar a situação, associa o primeiro significado às personalidades citadas (Santos Dumont, Ayrton Senna e Pelé) e o compara com o feito da cafetina, que, como as personalidades, representa um feito de todo o povo brasileiro, isto é, um feito para todo o povo se envergonhar, referindo-se, na verdade, ao segundo significado.

Também, devemos ressaltar, nesse parágrafo, o substantivo “**bola**” (“A **bola** da vez não é um Santos Dumont, um Ayrton Senna, um Pelé...”.) que representa o recente destaque, que é a cafetina, comparando-a, ironicamente, com pessoas que alcançaram um reconhecimento mundial por seus méritos. Assim, com essa comparação, o autor reconhece a posição dessa cafetina, com um mérito maior do que as outras cafetinas, pois esta obteve um reconhecimento mundial.

No segundo parágrafo, podemos destacar os substantivos “**triunfos**” (“...sobretudo na hora dos nossos **triunfos**”) e “**glória**” (“E nenhuma delas alcançava a **glória** de tamanho

---

<sup>107</sup> Segundo Castilho A. e Castilho C. (1993).

<sup>108</sup> Segundo Castilho A. e Castilho C. (*ibid.*).

<sup>109</sup> HOUAIS, Antonio; SALLES VILLAR, Mauro de. **Dicionário Houais da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

feito...”), utilizados de forma irônica, pois, na verdade, não é algo para se ter orgulho, mas sim vergonha. O outro substantivo avaliativo que identificamos, neste parágrafo, é “**desgraça**” (“...**desgraça** política de um governador...”), que possui uma carga avaliativa negativa do cronista em relação à destituição do governador.

No terceiro parágrafo, localizamos o substantivo “**consagração**” (“...a chegada da cafetina [...] foi uma **consagração**.”), que revela o julgamento do autor sobre a repercussão que o fato teve na mídia, pois a cafetina não merce tanto destaque, como teve. Por esse motivo, não deveria ser tão assediada, porque se tornaria um mérito, que envergonha a todos os brasileiros.

### 3.4.5 Os adjetivos

No primeiro parágrafo, encontramos o adjetivo avaliativo qualitativo “**surpreendente**” (“...mas o Brasil é **surpreendente**, está sempre aprontando.”), que revela uma avaliação psicológica<sup>110</sup> do cronista sobre o substantivo (Brasil). Com essa avaliação, o autor expressa sua opinião, que a cada dia nosso país o surpreende, apresentando um novo escândalo.

Já, no segundo parágrafo, podemos destacar o adjetivo “**nobre**” (“Uma cidadã natural de um **nobre** Estado”), que, por causa da sua anteposição ao substantivo (Estado), reforça o caráter avaliativo da qualificação do autor. Segundo Neves (2000), a anteposição do adjetivo é mais avaliativa do que a posposição. Assim, o fato do autor utilizar o adjetivo “nobre” anteposto ao substantivo destaca a ironia de um Estado, com o nome de uma pessoa da Santíssima Trindade, ser residência de uma cafetina (mais da vida do que as outras), que é uma pecadora.

No terceiro parágrafo, observamos o adjetivo classificador “**amarela**” (“...será capa da Playboy e página amarela (e bota **amarela** nisso) da 'Veja'”), que aparentemente tem um caráter não vago e objetivo, segundo Neves (*ibid.*), mas que o autor o utiliza para desqualificar a publicação da opinião da cafetina na Veja. Assim, o autor atribui uma carga negativa a um adjetivo que não teria essa conotação, desqualificando o destaque da cafetina na mídia.

---

<sup>110</sup> Segundo Neves (2000).

No último parágrafo (quarto), localizamos as expressões “**da vida**” (“...mulheres **da vida**”) e “**mais da vida do que as outras**” (“...apesar de todas serem da vida, algumas conseguem ser **mais da vida do que as outras**.”). Ao utilizar essas expressões, o cronista compara as prostitutas, que são “**da vida**”, isto é, prostitutas comuns, com a prostituta Andréia Schwartz, que é “**mais da vida do que as outras**”, colocando-a numa posição de destaque em relação às outras, qualificando-a como melhor. Essa qualificação pode ser comparada aos lugares da essência, propostos por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), atribuindo à qualificação um valor argumentativo, que denota a superioridade da cafetina sobre as outras cafetinas enquanto representante bem representada de uma essência. Assim, ela é a que melhor representa a essência das prostitutas.

### 3.4.6 Discutindo a análise

Percebemos que as avaliações positivas do autor, nesta crônica, são utilizadas de forma irônica, pois, com base nas informações implícitas (pressupostas e subentendidas), sabemos que o fato não é motivo de orgulho, mas, sim, de vergonha. Assim, em toda a crônica, Cony qualifica a fim de desqualificar, posicionando-se em relação ao assunto, isto é, ridiculariza o destaque dado ao feito da cafetina, apresentando, ainda, o que considera possível, que é o fato do governador ter sido o presidente dos Estados Unidos, e obrigatório, que o mundo deveria se habituar com os escândalos envolvendo o Brasil.

As marcas de modalização na análise foram separadas para apresentar especificamente a avaliação (julgamento e comprometimento) do autor presente em cada termo, mas percebemos que essa avaliação não se concentra separadamente em cada um dos termos (verbos, advérbios, substantivos e adjetivos); pelo contrário, ela é composta pela junção desses elementos avaliativos, que formam a opinião do autor sobre o assunto abordado na crônica. Assim, notamos que é o conjunto dos termos que revela o posicionamento do autor e permite que suas avaliações sejam compreendidas.

Ao analisarmos as marcas de modalização, observamos que o tipo de leitor pressuposto por Cony, nesta crônica, é o intelectual<sup>111</sup>, pois o cronista aborda um assunto

---

<sup>111</sup> Segundo Bond (1959).

internacional (a renúncia do governador de Nova York por causa das denúncias da prostituta brasileira Andréia Schwartz) e o trata de forma irônica, utilizando informações implícitas, que estimulam intelectualmente seu leitor, fazendo-o refletir sobre as nuances de sua argumentação contidas nas crônicas.

Um dos traços argumentativos presente na crônica é a referência aos lugares da essência, de acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (*op.cit.*), em que a cafetina é qualificada como a melhor representante da essência das cafetinas.

Também, a crônica analisada pode ser classificada como geral<sup>112</sup>, levando em consideração o critério tema, pois trata de assunto atual (não especializado) e tem um lugar fixo para ser publicada, que é a segunda página do jornal<sup>113</sup>, na seção Opinião. Em relação ao tratamento que o cronista dá ao tema, a crônica pode ser classificada como satírico-humorística<sup>114</sup>, porque critica, ridicularizando e ironizando os fatos e a cafetina (personagem), buscando entreter seus leitores.

## Considerações Finais

A análise da modalização, por meio das marcas que indicam o posicionamento do autor, permitiu observar como o cronista, ao abordar os fatos e as personagens envolvidas, emite juízos de valor, julgando de forma positiva e negativa os fatos e os envolvidos. Desse modo, Cony se compromete com seu texto, expressando o que considera certo, possível ou obrigatório. Ainda, qualifica e desqualifica, exprimindo sua opinião sobre o que escreve.

Também, percebemos que o julgamento do autor é expresso por meio de todas as marcas lingüísticas analisadas, isto é, está presente em verbos, advérbios, substantivos e adjetivos. Ainda, observamos que a modalização não se faz presente em apenas uma marca lingüística ou outra; pelo contrário, é a combinação de todas elas que permite a

---

<sup>112</sup> Segundo Beltrão (1980)

<sup>113</sup> *Folha de S. Paulo*.

<sup>114</sup> Segundo Beltrão (*ibid.*).

compreensão do posicionamento do autor. Assim, cada marca deixa indícios e complementa a avaliação expressa pelo cronista.

Além disso, muitas vezes, recorreremos às informações implícitas, para analisar o julgamento do autor, pois ele, muitas vezes, utiliza a ironia, para expressar sua opinião. Também, o autor conta com o conhecimento prévio do leitor sobre o fato, para que sejam compreendidas as sutilezas de sua avaliação.

A modalização não é a única marca argumentativa presente nas quatro crônicas analisadas; notamos, também, o uso de exemplos<sup>115</sup>, como o sonho com Hillary e Bill Clinton e a nova versão para a cantiga (Atirei o pau no gato), e provas, como o relato pessoal de Cony sobre sua experiência e de suas filhas, que, embora tenham cantado a cantiga, nunca maltrataram nenhum gato. A prova utilizada pelo autor é dependente da arte<sup>116</sup>, pois se baseia no discurso (texto) do autor, que imprime em seu texto sua credibilidade (seu caráter moral). Além dos exemplos e das provas, podemos apontar, em duas crônicas (*Triunfo de nossas cores* e *Transparência cá e lá*), o uso dos lugares do preferível<sup>117</sup>, o da essência, quando o autor qualifica a cafetina como mais da vida do que as outras, apresentando a cafetina como a melhor representante de sua essência; e o da qualidade, expresso no discurso de Hillary (“...serei transparente como nunca ninguém foi neste país.”), em que a personagem (pré-candidata) se qualifica como única em relação aos outros, que são comuns.

Ainda, identificamos que o tipo de leitor pressuposto por Cony, nas quatro crônicas, é o leitor intelectual<sup>118</sup>, porque as crônicas, de modo geral, estimulam intelectualmente seu leitor e abordam assuntos de seu interesse (assuntos internacionais, políticos e do cotidiano desse tipo de leitor). Também, todas as crônicas podem ser classificadas como gerais<sup>119</sup>, em relação ao critério tema, pois tratam de assuntos atuais (não especializados) e tem um lugar fixo para serem publicadas (página 2, na seção Opinião) e como satírico-humorísticas<sup>120</sup>, em relação ao tratamento que o autor dá ao tema, porque critica,

---

<sup>115</sup> Segundo Aristóteles (s/d), por meio do emprego de exemplos e de provas, todos os oradores procuram influenciar seu auditório, utilizando as provas (demonstração) aceitas por todos.

<sup>116</sup> Segundo Aristóteles (*ibid.*).

<sup>117</sup> Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005).

<sup>118</sup> Segundo Bond (1959).

<sup>119</sup> Segundo Beltrão (1980).

<sup>120</sup> Segundo Beltrão (*ibid.*).

ridicularizando e ironizando os fatos e as personagens envolvidas, para entreter seus leitores.

A análise das crônicas, com base no tema e no tratamento que o cronista dá a ele, e do tipo de leitor, também, é importante para compreendermos as características argumentativas nelas presentes, pois o contrato intelectual com o leitor torna-se um requisito prévio para a argumentação do autor e é essencial para todo o seu desenvolvimento<sup>121</sup>. Também, percebemos, por meio das crônicas analisadas, que a modalização é uma estratégia argumentativa, que permite que o autor se comprometa com o seu texto, opinando e orientando a opinião de seu leitor.

Desse modo, as escolhas do autor, além de apresentarem seu posicionamento (avaliando e julgando) em relação ao assunto tratado, revelam sua opinião, ao comentar os fatos, tendo um papel de orientar o leitor, para que ele perceba as nuances que envolvem os fatos. Também, o cronista ironiza e ridicularia esses fatos com o objetivo de entreter seu leitor, estabelecendo, assim, uma interação com o seu público (leitor), que acompanha suas publicações.

---

<sup>121</sup> Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005).

## CONCLUSÃO

---

Ao concebermos este trabalho, estabelecemos como objetivo geral desenvolver uma pesquisa que contribua para os estudos de Língua Portuguesa, com especial destaque para a leitura. Como objetivos específicos, propomos: verificar como se dá a modalização nas crônicas de Carlos Heitor Cony e refletir, com base na análise, sobre a modalização como estratégia argumentativa do autor.

Para atingir nossos objetivos, abordamos, no capítulo I, os princípios teóricos da Retórica, que marcam o início dos estudos sobre a argumentação, a Teoria da Argumentação, que retoma e atualiza os princípios teóricos da Retórica, para contextualizarmos a modalização como uma estratégia argumentativa. Também, apresentamos as marcas lingüística que expressam a modalização, os implícitos (os pressupostos e os subentendidos) e os atos de fala, para compreendermos como se dá a modalização.

Por escolhermos como corpus de análise quatro crônicas de Carlos Heitor Cony, no capítulo II, tratamos das características do jornalismo, da expressão da opinião no jornal e dos gêneros jornalísticos, para traçarmos as características do gênero crônica, considerado por Beltrão (1980) e Melo (2003) como pertencente ao jornalismo opinativo. Assim, por serem publicadas no jornal (*Folha de S. Paulo*), as crônicas apresentam temas e características pertencentes a esse veículo de comunicação, como a atualidade, a transitoriedade e a urgência na publicação das matérias. Também, por selecionar dentre tantos assuntos apenas um, o cronista expressa sua opinião, apontando o que considera importante. Desse forma, por meio da escolha das informações abordadas nas crônicas, o autor exprime sua opinião e destaca os fatos que julga importantes, orientando seu leitor sobre as nuances que envolvem os fatos.

Dentro dessa perspectiva, podemos afirmar que a expressão da opinião do autor se inicia pela escolha de um assunto, dentre tantos outros. Depois, essa opinião é articulada, por meio da escolha das marcas lingüísticas (verbo, advérbio, substantivo e

adjetivo) que compõem o texto. Notamos, nas crônicas analisadas, que as escolhas de verbos, de advérbios, de substantivos e de adjetivos de cunho avaliativo-axiológico<sup>122</sup> e modalizador é freqüente e explicitam o julgamento (posicionamento) do autor (Cony) sobre o assunto abordado em cada crônica, interpretando para o leitor os fatos.

A presença dessas marcas lingüísticas com traços avaliativos e de modalização, nas crônicas analisadas, denota um comprometimento do cronista em relação a seu texto. Verificamos poucas marcas de descomprometimento do autor diante do que escreve. Quando isso acontece, ele utiliza a dupla interpretação, a possibilidade ou o desconhecimento do assunto. Também, percebemos que esse descomprometimento não se torna significativo, pois o autor, em todas as crônicas analisadas, se posiciona sobre o que enuncia, avaliando de forma positiva ou negativa os fatos. Para isso, o autor utiliza verbos modalizadores e avaliativos, advérbios modalizadores epistêmicos e afetivos, substantivos com traços avaliativos e adjetivos eufóricos, disfóricos e modalizadores (deônticos e epistêmicos). Ao utilizar essas marcas, o autor se compromete com que escreve, avaliando os fatos como certos, verdadeiros, obrigatórios, positivos e negativos.

Ainda, o comprometimento de Cony em relação ao que escreve, permite que ele imprima sua credibilidade em seu texto, por se tratar de um escritor experiente e consagrado. Assim, o posicionamento do autor influencia a opinião do seu leitor, possibilitando a utilização de suas experiências pessoais, como situações passadas, relatos de um sonho, conversa com amigos (ou não), para exemplificar e comprovar sua opinião.

A partir da análise da modalização, observamos que o tipo de leitor pressuposto por Cony, nas crônicas analisadas, é o intelectual<sup>123</sup>, porque o cronista estimula intelectualmente seu leitor, ao produzir suas crônicas, e aborda assuntos do interesse desse leitor. Também, as crônicas (analisadas), podem ser classificadas como com gerais<sup>124</sup>, em relação ao critério tema, pois tratam de assuntos atuais (não especializados) e têm um lugar fixo para serem publicadas, que é a página 2 do jornal (*Folha de S. Paulo*), na seção Opinião; e como satírico-humorística, em relação ao tratamento que o autor dá ao tema, porque critica, ridicularizando e ironizando os fatos e as personagens

---

<sup>122</sup> Segundo Kerbrat-Orecchioni (1980), os axiológicos têm traços avaliativos do tipo bem/mal.

<sup>123</sup> Segundo Bond (1959).

<sup>124</sup> Segundo Beltrão (1980).



envolvidas, para entreter seus leitores.

A análise das crônicas, com base no tema e no tratamento que o cronista dá a ele, e do tipo de leitor, também, é importante para compreendermos as características argumentativas presentes na crônica, pois o contrato intelectual com o leitor torna-se um requisito prévio para a argumentação do autor e é essencial para todo o seu desenvolvimento<sup>125</sup>. Também, percebemos, por meio da análise, que a modalização é uma estratégia argumentativa, que permite que o autor se comprometa com o seu texto, opinando e orientando a opinião de seu leitor.

Podemos dizer, portanto, que os fundamentos teóricos abordados para subsidiar nosso trabalho foram adequados às análises da modalização como estratégia argumentativa, visto que apontaram as marcas lingüísticas que revelam o posicionamento do autor, permitindo que ele se comprometa com o que escreve, interpretando os fatos e orientando a opinião do seu público (leitor). Também, a base teórica possibilitou a observação de outras marcas argumentativas presentes na crônica, que, tradicionalmente, é considerada como um gênero pertencente à tipologia narrativa. Assim, com base na pesquisa e análise, percebemos traços argumentativos e opinativos presentes nesse gênero (crônica), que confirmam a classificação da crônica como parte do jornalismo opinativo<sup>126</sup>.

Também, acreditamos que a modalização permite ao cronista inserir sua credibilidade como um argumento, para convencer seu leitor. Assim, ao se posicionar, o autor revela sua opinião e interpreta os fatos, utilizando sua credibilidade (competência), para orientar seu leitor.

Este trabalho apresenta novas perspectivas para o ensino de leitura, possibilitando que os alunos observem, por meio da análise das marcas lingüísticas avaliativas (verbos, advérbios, substantivos e adjetivos), o posicionamento do autor nos textos lidos. Desse modo, percebam que as escolhas do autor também revelam sua opinião sobre os fatos abordados.

---

<sup>125</sup> Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005).

<sup>126</sup> Segundo Beltrão (1980) e Melo (2003).

Assim, esta pesquisa abre novas perspectivas para o estudo da modalização em outros gêneros textuais e pode representar um instrumento valioso para o ensino de leitura.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- ABREU, Antônio S. **A Arte de Argumentar**: gerenciando razão e emoção. 4. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2001.
- ALBERT, Silvia Augusta de Barros. **Interação pela linguagem na avaliação de produções escritas: ordem ou diálogo?** São Paulo, 2007.170p. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- ARISTÓTELES. **Arte Retórica e Arte Poética**. trad. Antônio Pinto de Carvalho. 17.ed. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.
- AUSTIN, John L. **Quando dizer é fazer**. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BELTRÃO, Luiz. **Iniciação à filosofia do jornalismo**. 2.ed. São Paulo: EDUSP, Com-Arte, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- BENVENISTE, Emile. Da subjetividade na linguagem. trad. Maria da Gloria Novak e Maria Luiza Neri. In: \_\_\_\_\_. **Problemas de Lingüística Geral I**. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 1995, p.284-293.
- \_\_\_\_\_. O aparelho formal da enunciação. In: \_\_\_\_\_. **Problemas de Lingüística Geral**. Campinas, SP: Pontes, 1989.
- BOND, F. Fraser. **Introdução ao jornalismo**. trad. Cícero Sandroni. Rio de Janeiro: AGIR, 1959.
- BRANDANI, Andréa Escame. **A argumentação no discurso publicitário da Bombril**. Londrina, 2005.136p. Dissertação de Mestrado em Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Londrina.
- BRETON, Philipe. **A argumentação na comunicação**. Bauru, SP : EDUSC, 2003.
- CABRAL, Ana Lucia Tinoco. **Modalização e interação na linguagem: a subjetividade em processos civis**. São Paulo, 2000.185p. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

CASTILHO, Ataliba T. de e CASTILHO, C.M.M. Advérbios modalizadores. In: ILARI, R. (org.). **Gramática do Português Falado vol.II**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993, p.213-260.

CORACINI, Maria J. R. F. **Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência**. Campinas, SP: Ponte, 1991.

DUCROT, Oswald. **Provar e Dizer: leis lógicas e leis argumentativas**. Trad. Maria A. Barbosa, Maria de Fátima G. Moreira e Cidmar T. Pais. São Paulo: Global Editora, 1981.

\_\_\_\_\_. **O Dizer e o Dito**. Campinas, SP : Pontes, 1987.

Folha de S. Paulo . **Manual Geral da Redação**. 2. ed. 1987.

GUARACIABA, Andréa. Crônica. In: MELO, José Marques de (org.). **Gêneros Jornalísticos na Folha de S. Paulo**. São Paulo: FTD, 1992, p.82-89.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. **L' énonciation**. Paris: Minuit, 1980.

KOCH, Ingedore G. V. **Argumentação e Linguagem**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006a.

\_\_\_\_\_. **A inter-ação pela linguagem**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006b.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Lingüística Textual: trajetória e grandes temas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

LACERDA, Carlos. **A missão da Imprensa**. São Paulo: EDUSP, Com-Arte,1990.

LAGE, Nilson. Linguagem jornalística. In:\_\_\_\_\_. **Teoria e Técnica do Texto Jornalístico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, p. 125-134.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. Trad. Cecília P. Souza-e-Silva e Décio Rocha. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. **Pragmática para o discurso literário**. Trad. Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MATEUS, M. H. M. et alli. **Gramática da língua portuguesa** 4.ed. Lisboa: Caminho, 1987.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes Limitada,1994.

\_\_\_\_\_. **Comunicação, opinião, desenvolvimento**. 3.ed. Petrópolis: Vozes Limitada, 1977.

\_\_\_\_\_. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3 ed. Campos de Jordão: Mantiqueira, 2003.

MOSCA, Lineide do Lago Salvador. Velhas e Novas Retóricas: Convergências e desdobramentos. In: \_\_\_\_\_. (org.). **Retóricas de ontem e de hoje**. 3.ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004, p.17-54.

NEVES, Maria H. M. A modalidade. In: KOCH, Ingedore G.V. **Gramática do Português Falado vol.II**. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1996, p.163-200.

\_\_\_\_\_. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PACHECO, Gustavo de B. F. **Retórica e Nova Retórica: a tradição grega e a teoria de Chaïm Perelman**. Disponível em:<[http://www.sphere.rdc.pucrio.br/sobrepuc/depto/direito/pet\\_jur/c1gpache.html](http://www.sphere.rdc.pucrio.br/sobrepuc/depto/direito/pet_jur/c1gpache.html)>. Acesso em: 11 set. 2008.

PERELMAN, Chaïm. **O império retórico: retórica e argumentação**. Trad. Fernando Trindade e Rui Alexandre Garcia. Porto: Edições ASA, 1993.

\_\_\_\_\_ e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. Trad. Maria Ermantina de A. P. B. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PERINI, M. A. **Gramática Descritiva do Português**. São Paulo: Ática, 1996.

PIRES, Luciane dos Passos. **Estratégias de argumentação no texto escrito: Perspectivas para o ensino de leitura**. São Paulo, 2004.128p. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SÁ, Jorge de. **A Crônica**. 6 ed. São Paulo: Ática, 2005.

SEARLE, John R. **Expressão e significado: Estudos da teoria dos atos de fala**. Trad.Ana Cecília G. A. de Camargo e Ana Luiza Marcondes Garcia. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SOUSA, Américo de. **A persuasão – estratégia para uma comunicação influente**. Dissertação de Mestrado. Universidade da Beira Interior, março/2000. Disponível em:<<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-americo-persuasao-4.html>>. Acesso em: 13 set. 2008.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)